



Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em Direito
Mestrado em Direito, Estado e Constituição

Paloma Leles Conceição de Jesus

PARA ALÉM DE UMA NOTA DE RODAPÉ:
A força motriz feminina no campo da segurança pública do Brasil

BRASÍLIA
2024



Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em Direito
Mestrado em Direito, Estado e Constituição

Paloma Leles Conceição de Jesus

PARA ALÉM DE UMA NOTA DE RODAPÉ:

A força motriz feminina no campo da segurança pública do Brasil

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Direito, Estado e Constituição no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (PPGD-UnB). Linha de Pesquisa: Criminologia, Estudos Étnicos-Raciais e de Gênero.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristina Zackseski.

BRASÍLIA

2024

PALOMA LELES CONCEIÇÃO DE JESUS

PARA ALÉM DE UMA NOTA DE RODAPÉ:

A força motriz feminina no campo da segurança pública do Brasil

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Cristina Zackseski
Orientadora — Faculdade de Direito — UnB

Prof.^{fa}. Dr.^a. Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Membro interno — Faculdade de Direito — UnB

Dr.^a. Carolina Barreto Lemos
Membro externo - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura —
MNPCT

Prof. Dr. Evandro Charles Piza Duarte
Suplente — Faculdade de Direito — UnB

Brasília, dezembro de 2024

RESUMO

Esta dissertação consiste em uma investigação a respeito da contribuição das mulheres no desenvolvimento do campo da segurança pública no Brasil, a partir de suas percepções sobre trajetórias, trabalhos realizados na gestão pública e construções epistemológicas relacionadas à temática. Trata-se de uma pesquisa com abordagem essencialmente qualitativa, alicerçada em 32 entrevistas realizadas com estudiosas e gestoras entre os anos de 2022 e 2023, sem desconsiderar, contudo, os dados quantitativos encontrados na análise documental e nos referenciais teóricos ao longo do estudo. Os resultados da pesquisa revelaram como as produções das profissionais e suas implicações no campo da segurança pública no Brasil contribuem para desmistificar estigmas estruturados em opressões de gênero. Como conclusão, observou-se que o trabalho feminino ocupa um ponto de interseção entre três pilares fundamentais para a transformação da segurança pública no Brasil: a relação entre o Estado, a academia e a sociedade civil. Por fim, foi destacada a importância de uma leitura interseccional, associada à percepção dos capitais essenciais ao ingresso e permanência das mulheres no campo, a fim de possibilitar novas construções teóricas sobre a presença do gênero feminino na segurança pública brasileira.

Palavras-chave: Segurança pública; Mulheres no Campo; Contribuição Feminina; Gênero; Mulher.

ABSTRACT

This dissertation investigates women's contributions to the construction of the public security field in Brazil, based on their perceptions of career trajectories, work in public management, and epistemological constructions related to the subject. The research employs an essentially qualitative approach, based on 32 interviews conducted with scholars and public managers between 2022 and 2023, while also considering quantitative data from document analysis and theoretical frameworks found throughout the study. The findings revealed how the productions of these professionals and their implications in the public security field in Brazil help dismantle stigmas rooted in gender-based oppression. In conclusion, it was observed that women's work occupies a point of intersection among three fundamental pillars for transforming public security in Brazil: the relationship between the state, academia, and civil society. Finally, the study highlights the significance of an intersectional perspective of the subject, associated with the perception of the essential capitals required for women to access and remain in the field, aiming to enable new theoretical frameworks regarding the presence of women in Brazilian public security.

Keywords: Public security; Women in the Field; Female Contribution; Gender; Woman.

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Áreas de graduação das entrevistadas	25
Quadro 2 - Instituições onde as entrevistadas cursaram graduação	26
Quadro 3 - Legado iniciado durante a década de 1990	46
Quadro 4 - Legado iniciado a partir dos anos 2000	49
Quadro 5 - Vinculação das entrevistadas com instituições voltadas para a segurança pública	73
Quadro 6 - O olhar das mulheres sobre suas construções da gestão da segurança pública	82
Quadro 7 - Os contributos das interlocutoras na educação, na pesquisa e no ativismo social	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - “TECITURAS” INICIAIS	9
1 “CORPOS ESTRANHOS” NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA	22
1.1 FORMAÇÃO ACADÊMICA	25
1.1.1 A FORMAÇÃO CONTINUADA	26
1.1.2 DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E CENTROS DE PESQUISA	27
1.2 CONSTRUINDO UM SENTIDO ALÉM DOS CORPOS NO CAMPO	28
1.3 O CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	31
1.3.1 A POLÍTICA INSTITUCIONAL E O USO DA VIOLÊNCIA COMO LEI	34
1.4 A DAMA E O JOGO: O INGRESSO DAS MULHERES NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA E OS SEUS CAPITAIS	40
1.4.1 AS PIONEIRAS NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA	40
1.4.2 AS VOZES PIONEIRAS NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA	44
1.4.3 O INGRESSO DAS MULHERES E AS TRANSFORMAÇÕES DO CAMPO NA DÉCADA DE 1990	46
1.4.4 A GERAÇÃO DOS ANOS 2000	49
1.5 OS RECURSOS UTILIZADOS PARA INGRESSAR E SE “MANTER” NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA	52
1.5.1 A DAMA E O JOGO: OS CAPITAIS NECESSÁRIOS PARA MANTER-SE NO JOGO DA SEGURANÇA PÚBLICA	55
2 UM ENSAIO SOBRE A GESTÃO - A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	58
2.1 “UM ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA”. O PODER DA CADEIRA E DO DISCURSO OFICIAL	59
2.1.1 UM ENSAIO SOBRE OS ESPAÇOS DE PODER FRENTE À SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	61
2.1.2 A CONFIGURAÇÃO DAS GESTÕES ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE O	63
2.2 AS EXPRESSÕES DO GÊNERO FEMININO NAS ESFERAS DE PODER FRENTE À SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	69
2.2.1 AS SIGLAS DO PODER E REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL	71
2.3 A GESTÃO E A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL	82
3 A EDUCAÇÃO E A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES PARA O CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA	89
3.1 O SABER E O PODER NA EDUCAÇÃO COMO UM EXERCÍCIO DE LIBERDADE.	89
3.2 MAPEANDO AS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E O TERCEIRO SETOR	92

3.2.1 MAPEANDO OS GRUPOS DE PESQUISA	93
3.2.2 MAPEANDO AS ORGANIZAÇÕES CIVIS	103
3.3 A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NA SEGURANÇA PÚBLICA UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO.	104
3.3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O SABER COMO INSTRUMENTO DE INSUBMISSÃO FEMININA	109
3.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MULHERES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO.	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU APENAS UM NÓ)	118
REFERÊNCIAS	125
ANEXOS	131

INTRODUÇÃO - “TECITURAS” INICIAIS

Algumas histórias que nos são oferecidas têm o poder de atrair nossos olhos e ouvidos como uma verdadeira Odisseia, nos levando a conjecturar momentos imageticamente grandiosos, devanear por protagonistas fortes, inteligentes e poderosos, que rememora a uma terna fantasia sobre contos de heróis, corpos fortes, mentes poderosas e trabalhos hercúleos. Outras narrativas, no entanto, mesmo versando sobre a mesma temática, nos são apresentadas bem mais modestamente e, por vezes, minimizando a participação de sujeitos com papéis fundamentais na história, nos conduzindo à produção de memórias que tendem à reprodução de desigualdades estruturais e apagamentos históricos.

Ainda há, em algumas histórias, o que não nos foi contado sobre indivíduos que sequer foram passíveis de percepção, gente cuja nossa memória não se permite servir. E quando serviu, pregou-nos a peça do apagamento. Na maior parte das vezes, somente quem tem o poder de falar e se fazer ouvir é quem conta as histórias sobre si e sobre os outros. Contudo, ainda resistem algumas entusiastas, pessoas que por natureza são curiosas e que pela desconfiança sobre a hegemonia de quem narra, se permitem à escuta de vozes que contam suas próprias trajetórias, descaminhos, conquistas, fracassos, construções, desconstruções e reconstruções. Isto posto, me faço às escritas de Conceição Evaristo:

Gosto de ouvir, mas não sei se sou hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. E, quando de mim uma lágrima se faz mais rápida do que o gesto de minha mão a correr sobre o meu próprio rosto, deixo o choro viver. E depois confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar (Evaristo, 2020, p.10).

Pessoas aficionadas por biografias buscam acontecimentos, relatos e teorias a fim de conhecerem e, vez ou outra, desvelar o que ainda não foi posto à luz, transitando entre o reconhecimento de sua própria trajetória de vida, a análise do que é dito ou mesmo à observação atenta e crítica sobre o que é silenciado. Talvez eu me encontre nesse lugar: entusiasta da escuta, aficionada por histórias, dada às teorias e interessada em conhecer e saber o que ainda não me foi dito. Talvez nesse lugar de ouvinte eu encontre novos corpos, sujeitos e sentidos para as histórias que acreditava conhecer.

Nessa perspectiva, não há que se negar nomes, desagregar ou sequer cogitar minimizar a importância de tantas outras construções daqueles que consolidaram histórias, estudos e espaços. Trata-se, em verdade, de reconhecer o quão significativo é (re)organizar o olhar sob o que está posto à nossa volta, uma vez que as experiências humanas, os sentimentos e as impressões que delas decorrerem costumeiramente edificam-se sob uma imagem Gomes (2013). Logo, tudo aquilo que pode ser passível de sentido acaba por conduzir nossos olhares, percepções, ou mesmo, discursos.

O direcionamento do nosso olhar, então, torna-se um elemento fundamental para que passemos a instituir nossas concepções enquanto verdadeiras e a naturalizar o que nos é dado como real. Contudo, a projeção dos nossos olhares também pode colaborar como reforço para invisibilidades, pois ainda que lancemos luz a determinado elemento, este não nos será inteligível se o alicerce das nossas crenças estiver viciado sob a reprodução de padrões únicos. Ao discorrer sobre a violência simbólica e dominação masculina, Bourdieu (2014) nos permite exemplificar como funciona a naturalização do olhar sob uma determinada padronização, nesse caso, sobre a separação de coisas. Tais elementos amparavam-se em lados opostos, mas não necessariamente ligados ao sexo biológico. Ao implantar um princípio arbitrário de circunstâncias equivalentes, a leitura de Bourdieu (2014) apresenta alguns binarismos como: fundo/raso, alto/baixo, duro/mole etc.

Não obstante às linhas anteriores, entende-se que o direcionamento do olhar a partir da naturalização de oposições, pode ser notado nos primeiros momentos de experimentações das pessoas enquanto seres sociáveis. A família, primeira instituição social que temos contato, explorada por Durkheim (1999), inicia a nossa formação e acaba por atuar como agência de desenvolvimento comportamental, preparando os indivíduos para a disposição em coletividade, bem como moldando as primeiras impressões sobre o que está à nossa volta.

É então no núcleo familiar¹ que se dão as primeiras interações sociais. A partir das experiências admitidas nesse ambiente, o indivíduo também aproxima-se das primeiras projeções de mundo, preservando, por óbvio, as limitações cognitivas que

¹ Aqui considero todos os modelos de família.

um infante apresenta com uma forma simples de comunicação baseada justamente na disposição entre dois opostos, sobretudo: sim e não.

No decorrer da disposição do indivíduo perante às outras Instituições Sociais, juntamente com os limites, liberdades, princípios e comportamentos admitidos socialmente, a complexidade da comunicação também se projeta na relação entre opostos, estabelecendo hierarquias e flexibilizando “sins” e “nãos” de acordo com valores aprendidos.

Sinônimos e antônimos utilizados para estabelecer relações entre coisas acabaram agrupados em suas respectivas categorias para adjetivar indivíduos, verticalizar pessoas e hierarquizar vivências. Logo, retomando a perspectiva do lugar do olhar, importa considerar que percepções edificadas sob um referencial imagético que naturaliza invisibilidades inequivocamente resultarão em referências limitadas, narrativas incompletas e supressões de existências. Assim, entende-se que se o direcionamento de nossa atenção é lastreado a partir do que podemos estabelecer como real, da mesma forma, a construção de nossa percepção frente ao que é legítimo perpassa pela desnaturalização de determinadas invisibilidades, o que neste trabalho dissertativo corresponde à percepção das contribuições das mulheres no campo da segurança pública.

Antes de chegar ao tema, cumpre-me dizer que a elaboração deste trabalho esteve intimamente ligado a uma necessidade particular de “contar” mulheres, de me prestar à investigação, análise, relatos e construção de memórias e talvez essa arrebenção moldure quem sou e o lugar de onde me pronuncio. “Contar” mulheres é honrar as senhoras do ventre do mundo², a história de minhas avós, da minha mãe, daquelas que vieram antes delas e das que, de alguma forma, contribuíram para que eu pudesse ser ouvida. Como neta de mulheres ativas, pretas, da periferia de Salvador e pertencente a famílias essencialmente matriarcais, experienciei o afeto, a disciplina e a dignidade presente na existência e nas histórias das minhas avós. Com essas senhoras, cujos rostos foram entalhados pelo tempo, também observei o que a estrutura social brasileira permitia àqueles corpos enquanto “trabalho de mulher”: a costura, por dona Helena dos Santos, e o tabuleiro de acarajé, por dona Paulina da Silva. Por essa razão que esse texto é, antes de

² Referência a um poder ancestral feminino que numa cosmovisão africana representa quem criou a humanidade, representa o verdadeiro poder que rege o mundo.

qualquer coisa, uma tecitura, uma costura, um “trabalho de mulher”. Com essas mulheres, minhas bisavós, encontrei a raiz desta dissertação: a escuta. Foi enquanto ouvinte atenta que aprendi o quão importante é o poder de quem conta sua própria história. Tão importante quando o poder de contar é o poder de se fazer ouvir. Nessa convivência e no difícil exercício da escuta, guardei atentamente algumas das suas experiências relacionadas ao Estado, suas agências de controle e sua ineficiência diante do acesso à justiça frente às crescentes de violência urbana.

Se por um lado, “vó” Teté³ me relatava suas estratégias e de seu pai de santo, Procópio de Ogunjá⁴, para não serem alcançados pelas ações da extinta Delegacia Especial de Jogos e Costumes por exercerem sua religiosidade, conforme Cardoso (2021); por outro lado, “vó” Helena relatava que resolvia seus próprios problemas, pois não acreditava na justiça ou na polícia, o que se justificava nunca ter conseguido ver preso e processado o homem que matou seu filho, meu tio Antônio Carlos⁵. Posteriormente, na adolescência, vivida no bairro da Liberdade na capital baiana, conheci as agências e representantes da segurança pública como “os homi”⁶ e, nesse contexto, ao rememorar e praticar os conselhos das minhas avós acerca dos cuidados para não ser atingida pela ação dos “homi”, me senti motivada para ingressar no movimento social e posteriormente no curso de Direito, área na qual atuei em atividades que envolviam gênero, raça e direitos humanos.

Todavia, a realidade social e econômica em que eu vivia – e que se aplica a outras tantas mulheres – não me permitia seguir com o “mínimo existencial”, a partir disso, resolvi ingressar em uma carreira pública, logrando êxito no curso de soldados da Polícia Militar da Bahia. Agora eu estava no espaço dos “homi” e nessa esfera acima deles existiam os homens: o chefe, o comandante, o delegado, o estudioso, o instrutor, o professor, o secretário de segurança, o prefeito, o governador e o presidente. Logo, toda a referência que eu acessava intracaserna, ainda que administrativamente, era essencialmente masculina.

Considerando as linhas expostas acima, disponho que a elaboração desse trabalho dissertativo envolveu, sobretudo, uma necessidade muito particular de entender corpos, vivências, trabalhos e experiências para além das minhas,

³ Paulina Conceição da Silva

⁴ Procópio Xavier de Souza, líder religioso conhecido por sua resistência à perseguição religiosa.

⁵ Antônio Carlos Santos de Jesus.

⁶ Termo popular utilizado na periferia de Salvador para se referir a Policial Militar.

costurando trajetórias, tecendo pontos, atando e desatando nós para como a minhas avós juntar retalhos, pedaços, recortes e coser substantivos femininos por inteiro na construção do campo da segurança pública no Brasil, porque esse também é o meu lugar.

Diante do exposto, este trabalho apresenta como tema: Para além de uma nota de rodapé: a força motriz feminina no campo da segurança pública do Brasil, trazendo como questionamento principal: Qual a contribuição das mulheres no construto do campo da segurança pública no Brasil? Com o intuito de buscar respostas ao problema supracitado, foi construído um objetivo geral: investigar qual a contribuição feminina para a segurança pública no Brasil. Outros três objetivos decorrem de forma mais específica, sendo eles: 1) explorar o pensamento feminino no construto da segurança pública do Brasil; 2) investigar quais relações se estabelecem entre a pesquisa e a gestão na área da segurança pública; e 3) analisar quais dos contributos encontrados estabeleceram-se enquanto força motriz para efetivação de uma agenda política no campo da segurança pública.

A escolha do recorte temático deu-se, sobretudo, em um encontro para orientação quando minha orientadora, Cristina Zackseski, me lançou a pergunta: você prefere gravar seu nome nos estudos sobre a segurança pública ou no sistema prisional?

A participação essencial da orientadora também se deu na elaboração da ideia de pesquisa quando ela me relatou sua presença em um evento sobre a participação de mulheres no processo penal. No episódio, sua colega, a professora Soraia Mendes, levantou uma questão sobre a falta de informações sobre mulheres que se dedicavam a escrever sobre o processo penal. Naquele momento, a orientadora deste trabalho se questionou: como a presença de mulheres no processo penal seria reduzida se, por outro lado, na segurança pública era perceptível a presença feminina? A partir disso, ela traçou imediatamente uma lista feita à mão, a partir dos nomes que surgiam em sua memória, inventário que foi o marco inicial de minha investigação sobre o campo.

Das minhas intranquilidades sobre a temática, a mais latente era o contexto político em que o Brasil estava inserido, ano de 2022, em que eu rejeitava quase que por completo a possibilidade de escrever sobre segurança pública por algumas razões pontuais, as quais passarei a expor.

Primeiramente, por ser soldada da polícia militar, algo que, parafraseando minha orientadora, era estar na ponta da lança da segurança pública. E, nesse caso, eu prezava mais a manutenção da sanidade mental da “ponta da lança” do que a possibilidade de esbarrar no assunto “polícia”, face às máximas sobre o papel dos agentes da segurança pública e suas atuações pouco amistosas com a população.

Na minha perspectiva, pesquisar sobre segurança pública era ter que laborar em um lugar de desconforto, sobretudo pelas inevitáveis autocríticas a partir do confronto dos meus diversos papéis: policial, pesquisadora e potencialmente suspeita. Não obstante, estar inserida na base da pirâmide hierárquica de uma instituição policial militar me exigiria ainda mais prudência quanto às minhas pessimistas percepções sobre o campo e sobre o que eu encontraria na pesquisa.

O segundo momento se deu em virtude de minha temeridade frente a um “título” que uma soldada de polícia conhecia muito bem: o policiólogo, jargão utilizado para mencionar alguém que não é policial, não conhece as dinâmicas e complexidades laborais, todavia, emite opiniões, constroi teorias e propõe intervenções nos serviços realizados pelos agentes de segurança pública. O “título” utilizado jocosamente, quando flexionado para o feminino, incorpora mais um marcador excludente: o gênero, uma vez que muitos operadores ainda sustentam o discurso de que polícia não é assunto ou trabalho para mulher.

A conversa entre mim e a orientadora deste trabalho dissertativo permitiu refletir acerca do lugar do meu olhar e como ele tendia a estar viciado e incoerente, sobretudo na perspectiva profissional, o que se revelava extremamente perigoso tendo em vista a possibilidade de fortalecer entendimentos equivocados sobre o campo.

Conforme foi relatado em linhas anteriores, a importância de redimensionar o olhar torna-se fundamental, sobretudo, para quem se permite avançar na teoria e na educação favorecendo as desconstruções tão necessárias dos estereótipos que reforçam inverdades e iniquidades. Logo, eu estava frente à possibilidade de conhecer outro aspecto da segurança pública, o trabalho das pessoas que se debruçam no campo, para concomitantemente, oferecer aos meus colegas respostas técnicas e reais acerca das “policiólogas”, bem como de ressaltar a importância das suas empreitadas e seus reflexos advindos da “ponta da lança”.

Dessa forma as hipóteses levantadas foram:

- a) o campo de estudos sobre segurança pública no Brasil reflete as desigualdades das relações de gênero;
- b) o campo da segurança pública é masculino, branco e de classe média;
- c) as estudiosas do campo da segurança pública dedicam-se, exclusivamente, à pautas mulheres;
- d) a presença feminina na pesquisa e na gestão fomentam a construção de uma agenda política voltada à desconstrução de estigmas no campo da segurança pública.

Os delineamentos iniciais para emoldurar as justificativas deste trabalho deram-se fundamentalmente sob a importância de entender que a hierarquização social, baseada na desigualdade de gênero, ensejou o controle dos corpos femininos a partir do uso da força. Logo, a violência se estabeleceu numa cultura de condescendência da dominação do homem sobre “sua mulher” (Machado, 2002). Dessa forma, a dominação não se deu apenas no âmbito doméstico como também se transversalizou nas relações sociais e laborais, material e simbolicamente. Mesmo diante dos movimentos por igualdade e emancipação da mulher, o patriarcado continua a germinar em suas raízes a misoginia e o machismo como “máquina bem azeitada, que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente” (Saffioti, 2011, p. 107).

Nessa perspectiva, este trabalho pode ser justificado pela consideração de que a emancipação das mulheres como pauta específica de gênero não deve ser tratada como pretérita e sim enquanto atemporal, sobretudo no que tange à segurança pública, evidenciando o necessário e inevitável exercício do gerúndio do verbo avançar.

Se por um lado, as pautas emancipatórias mulheres agregam a cada dia inúmeras contribuições e continuam avançando nas mais diversas áreas do conhecimento, incluindo os estudos sobre a segurança pública, por outro lado, o vanguardismo da academia tende a não acompanhar, na mesma velocidade, as dinâmicas que envolvem as camadas populares. Ademais, ressalvadas as exceções, as “pontas de lança”⁷ das agências de segurança pública pouco acessam

⁷ Profissionais que estão na base das instituições policiais.

os nomes, as pautas e/ou as políticas que refletem o trabalho das estudiosas e gestoras da área da segurança pública. Esse hiato revela possíveis barreiras na comunicação entre as instituições formais de construção do conhecimento e a rua enquanto lugar de constituição do saber. Nesse sentido, este trabalho se justifica pela importância de evidenciar a presença das mulheres na construção do campo da segurança pública e em como suas produções podem consolidar respostas para percepções limitadas sobre o papel da mulher no enfrentamento à violência e à criminalidade. Essa seria uma concretização da proposta de transformar o silêncio em linguagem e ação, conforme reflete Lorde (2020).

No que tange notadamente à criminalidade e à violência, junto com a dificuldade das instituições formais em adotarem uma abordagem mais humanizada, seus controles foram razões *sine qua non* para a criação do campo de estudos sobre a segurança pública. Estes estudos sobre a polícia e suas especificidades, dada à vastidão temática, proporcionaram um terreno fecundo para a criação de novas áreas do conhecimento e a ampliação de suas teorias. A complexidade e o reflexo da violência urbana exigiram um debate socialmente mais amplo em virtude de seu caráter público, aproximando os estudiosos da discussão pública. Contudo, a população no geral pouco acessava alternativas à tradição dos estudos relacionados aos dispositivos formais sobre violência e segurança pública, a exemplo do redimensionamento das questões sobre controle social a partir da despolitização da seletividade criminal.

O campo encontrou suas origens nas Ciências Sociais e na necessidade de combater as crescentes taxas de violência, somadas à ineficiência dos sistemas formais de justiça e controle na resolução do crime, respeitando as garantias fundamentais Lima e Ratton (2011), também revelando seu potencial de produção de estudos, sobretudo, ao tratar do funcionamento das instituições da segurança pública.

A preservação da violência como principal linguagem, associada à seletividade do ato de policial e a uma tradição de referências exclusivamente androcêntricas, revelou o caráter estrutural de “doenças” sociais adquiridas ainda no período colonial como o racismo, distinções de classe e o patriarcado.

Veremos adiante a presença das mulheres em diversos eventos que se tornaram relevantes tanto para contribuições epistemológicas, quanto para ações

governamentais, como a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, doravante CONSEG, que foi um marco frente à discussão e à possibilidade de construção de uma segurança pública coletiva. Segundo o secretário nacional de segurança pública da época, Ricardo Brisolla Balestreri (Brasil, 2009, p. 11), a conferência tinha como proposta fundamental levantar uma discussão democrática sobre o tema, além de reunir grupos que pouco ou nunca debateram políticas de segurança pública em conjunto.

Realizada entre os dias 27 e 30 de agosto do ano de 2009 (Brasil, 2009, p. 5/6), a CONSEG reuniu 46 (quarenta e seis) entidades que compunham a comissão organizadora nacional, dentre elas 13 (treze) da sociedade civil, 17 (dezessete) representações de trabalhadores (entre associações, federações, ligas e fóruns), 12 (doze) entidades da gestão pública e, por fim, 04 (quatro) representantes dos demais poderes. No evento, foram realizados seis ciclos de debates sobre segurança pública em ambientes universitários, compostos por 12 (doze) pesquisadores na função de palestrante ou responsável pela pesquisa, dessas pessoas 05 (cinco) eram mulheres e duas delas, a Profa. Dra Jacqueline Sinhoretto e Prof. Dra. Jacqueline Muniz, são apresentadas nesta dissertação.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública-FBSP⁸, instituição criada nos anos 2000, é composta por membros da sociedade civil, das forças policiais e das universidades especialistas em segurança pública, que possui como objetivo principal fornecer dados robustos acerca da atividade das agências e gestão da segurança pública.

O FBSP possui dentre seus membros 12 (doze) das 32 (trinta e duas) entrevistadas⁹, destacando como membros sêniores: Haydée Glória Cruz Caruso – DF, Isabel Seixas de Figueiredo – SP, Jacqueline de Oliveira Muniz – RJ; Marlene Ines Spaniol – RS; Paula Ferreira Poncioni – RJ; Samira Bueno Nunes – SP e Silvia Ramos de Souza – RJ. Das mulheres que fazem parte dos membros plenos, destacam-se: Cristina Gross Villanova – RS; Cristina Neme – SP; Giane Silvestre – SP; Jacqueline Sinhoretto – SP e por fim Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro – MG.

Por parte do poder público, uma das mais notáveis menções ao trabalho feminino foi instituída pelo Prêmio Nacional de Monografias em Segurança com

⁸ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

⁹ Disponível <https://forumseguranca.org.br/quem-somos/associados/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Cidadania Professora Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza, promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, para homenagear a mulher que idealizou a matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública¹⁰.

Todavia, ainda não se tem notícias de uma pesquisa acadêmica sobre a presença feminina no campo da segurança pública que se projete além de levantamentos bibliográficos e que, por meio de um estudo de campo, tenha acessado as interlocutoras em seus lugares de fala, subjetividades, concepções sobre si e suas contribuições para os espaços que pertencem. Dessa forma, esse trabalho justifica seu ineditismo em promover destacar a produção feminina no campo da segurança pública no Brasil. No que diz respeito à metodologia de pesquisa adotada, tem-se no primeiro momento um levantamento bibliográfico aplicado em trabalhos qualitativos e quantitativos. Com base em Ruiz (1996) e em Gil (2002), a pesquisa bibliográfica está contida em ler, resumir textos, buscar títulos originais, fichar e concluir com o arquivamento do material pesquisado. Concomitantemente com o levantamento bibliográfico aconteceram entrevistas qualitativas semiestruturadas com as interlocutoras que praticaram as ações referentes ao problema de pesquisa, conforme Gil (2007).

As entrevistas foram passíveis de flexibilidade quanto à soma do conteúdo de acordo com a disponibilidade das entrevistadas e as condições encontradas no campo de pesquisa, alicerçadas na amostragem “bola de neve” que, em princípio, conforme relatado em linhas anteriores, iniciou-se a partir de uma lista feita à mão com nomes e contatos de algumas mulheres. À cada entrevista realizada, essas fontes indicavam outras profissionais e contatos, por isso “bola de neve”, que, ao final, permitiram uma amostra de 32 (trinta e duas) mulheres abaixo nominadas:

Ana Paula Mendes Miranda¹¹, Ana Laura Soria Batista¹², Andréia De Oliveira Macêdo¹³, Barbara Musumeci Mourão¹⁴, Beatriz Cruz Da Silva¹⁵, Christiane

¹⁰ http://antigo.igp.rs.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=362&Itemid=1

¹¹ <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>

¹² <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>

¹³ <http://lattes.cnpq.br/9613638190070698>

¹⁴ <http://lattes.cnpq.br/5994831996124884>

¹⁵ <http://lattes.cnpq.br/6948479231162604>

Russomano Freire¹⁶, Cristina Gross Villanova¹⁷, Cristina Neme¹⁸, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa¹⁹, Giane Silvestre²⁰, Haydée Glória Cruz Caruso²¹, Isabel Seixas De Figueiredo²², Izabel Saenger Nuñez²³, Jacqueline de Oliveira Muniz²⁴, Jacqueline Sinhoretto²⁵, Julita Tannuri Lemgruber²⁶, Leonarda Musumeci²⁷, Letícia Godinho de Souza²⁸, Lia Zanotta Machado²⁹, Liana de Paula³⁰, Luciane Patrício Barbosa Martins³¹, Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro³², Maíra de Deus Brito³³, Marcelle Gomes Figueira³⁴, Maria Stela Grossi Porto³⁵, Marlene Inês Spaniol³⁶, Nivia Bomfim Queiroz Rodrigues³⁷, Paula Ferreira Poncioni³⁸, Sílvia Ramos de Souza³⁹, Samira Bueno Nunes⁴⁰, Susana Soares Branco Durão⁴¹, Wânia Pasinato Izumino⁴².

Foram feitas seis perguntas inicialmente formuladas, sem prejuízo de possíveis questionamentos secundários, em que as entrevistadas tinham a liberdade para refletir e discorrer livremente, sendo elas:

- a) Eu gostaria de saber um pouco sobre sua formação e sua experiência profissional mais destacada?
- b) Dentro da área da segurança pública, a senhora se percebe como alguém que contribui ou contribuiu para a Segurança

¹⁶ <http://lattes.cnpq.br/0779037635663822>

¹⁷ <http://lattes.cnpq.br/0779037635663822>

¹⁸ <http://lattes.cnpq.br/7128418404909487>

¹⁹ <http://lattes.cnpq.br/3990594434455024>

²⁰ <http://lattes.cnpq.br/6889569648252727>

²¹ <http://lattes.cnpq.br/7624869712635572>

²² <http://lattes.cnpq.br/3792527214805610>

²³ <http://lattes.cnpq.br/1274628618694703>

²⁴ <http://lattes.cnpq.br/7743699562476490>

²⁵ <http://lattes.cnpq.br/3713290373919322>

²⁶ <http://lattes.cnpq.br/6579538305394304>

²⁷ <http://lattes.cnpq.br/4333929511296586>

²⁸ <http://lattes.cnpq.br/4158314696146985>

²⁹ <http://lattes.cnpq.br/0888539502981802>

³⁰ <http://lattes.cnpq.br/5587435041315100>

³¹ <http://lattes.cnpq.br/3513195789991271>

³² <http://lattes.cnpq.br/6408425756825804>

³³ <http://lattes.cnpq.br/8143514038997107>

³⁴ <http://lattes.cnpq.br/7092372933459898>

³⁵ <http://lattes.cnpq.br/0645570006943214>

³⁶ <http://lattes.cnpq.br/3658926460189319>

³⁷ <http://lattes.cnpq.br/4143368874371223>

³⁸ <http://lattes.cnpq.br/0023055518832040>

³⁹ <http://lattes.cnpq.br/0112749042532967>

⁴⁰ <http://lattes.cnpq.br/2541980748001940>

⁴¹ <http://lattes.cnpq.br/1057900407059425>

⁴² <http://lattes.cnpq.br/2751113117639757>

Pública no Brasil?

- c) Qual foi a sua contribuição? Digamos que a segurança pública seja uma grande muralha constituída por tijolos, qual foi aquele tijolo que tem o seu nome?
- d) Dentro do campo da Segurança Pública, a senhora poderia me dizer qual é a sua percepção do campo em relação à existência de mulheres?
- e) Sendo um campo feminino, é um campo feminista ou potencialmente feminista?
- f) O que a senhora percebe quando se trata das relações étnico-raciais?

Para a realização da investigação e elaboração do processo dissertativo levantou-se como referencial teórico as abordagens sobre Habitus, Campo e Capital do autor Pierre de Bourdieu ao longo de diversas produções literárias, explorando seus conceitos no decorrer da escrita com o intuito de entender como se dão as interações sobre o Campo da Segurança Pública no Brasil. E, na perspectiva de Bourdieu (2007; 1989; 1990), os capitais interagem para a construção/manutenção do poder simbólico, bem como este se comporta em face do exercício da violência simbólica, legitimando e/ou deslegitimando pessoas de acordo com os capitais que essas possuem.

Os conceitos de Bourdieu também serão utilizados em conjunto com os estudos sobre a interseccionalidade, realizados inicialmente por Kimberlé Crenshaw (1991), no intuito de identificar na análise, primordialmente, como se dão as interações entre raça e classe na perspectiva do gênero, complexificando as interações entre fatores de exclusão e o perigo da sobreposição de pautas sobre as mulheres. Também, observando como os imperativos sociais interferem no indivíduo enquanto coletividade e como são edificados os significantes que fomentam ou conservam determinados posicionamentos para investigar quais foram os capitais utilizados por essas profissionais para suas inserções que, por tradição, tendem a negar o feminino, sem prejuízo para outras construções teóricas agregadas ao longo do texto.

Por meio das análises sobre os alinhamentos acerca saber/poder na

perspectiva foucaultiana explorada por Vasconcelos (2011), buscou-se entender os possíveis conflitos que envolviam as relações jurídico-policiais e sociais na construção do campo da segurança pública e como as mulheres inseriram-se em um espaço de forte disputa política e estranhamento da presença feminina.

Dessa forma, essa dissertação para além da presente introdução, apresenta um primeiro capítulo com a apresentação das estudosas, suas especialidades, suas interações acadêmicas, sociais, laborais e seu capitais simbólicos.

No capítulo dois, este trabalho abordará a contribuição dessas mulheres para o campo da segurança pública no Brasil, bem como a presença da mulher nos cargos de gestão, a influência do trabalho feminino para nas questões relacionadas às políticas de segurança pública e como se dispõe a recepção do trabalho da mulher nos espaços de poder relacionados à gestão da administração pública na pasta da segurança.

O terceiro capítulo abordará a contribuição das mulheres nos estudos sobre a segurança pública, suas dinâmicas com os grupos de pesquisa e participações em organizações não governamentais, pontuando a singularidade do trabalho das entrevistadas enquanto elemento de interseção entre as instituições policiais, a gestão pública, a academia e os movimentos sociais. O terceiro capítulo também abordará a potência da universidade enquanto terreno fecundo para o enfrentamento de iniquidades históricas refletidas no campo da segurança pública, além de apresentar uma leitura desmistificada sobre o trabalho da “policióloga”, percebida enquanto categoria excludente. Por fim, serão apresentados os resultados de pesquisa com as considerações finais seguidas da referência bibliográfica.

1 “CORPOS ESTRANHOS” NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Em 21 de janeiro de 1931, a escritora britânica Virginia Woolf discursava na Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres acerca da sua experiência na escrita e análise literária. A autora modernista apontou sua necessidade de ceifar a existência de um “fantasma” denominado “Anjo do Lar”⁴³ que aparecia em seus exercícios de escrita. A presença desse fantasma, além de refletir características comportamentais exigidas às mulheres de seu tempo, interferia no processo criativo da escrita, da crítica literária e, sobretudo, tolhia sua voz na expressão de sua leitura real sob o que estava à sua volta. Virginia Woolf também imaginou que as mulheres de outras profissões enfrentavam dificuldades em seus respectivos exercícios, expondo:

Na verdade, penso eu, ainda vai levar muito tempo até que uma mulher possa se sentar e escrever um livro sem encontrar com um fantasma que precise matar, uma rocha que precise enfrentar. E se é assim na literatura, a profissão mais livre de todas para as mulheres, quem dirá nas novas profissões que agora vocês estão exercendo pela primeira vez? São perguntas que gostaria de lhes fazer, se tivesse tempo. Na verdade, se insisti nessas minhas experiências profissionais, foi porque creio que também sejam as de vocês, embora de outras maneiras. Mesmo quando o caminho está nominalmente aberto – quando nada impede que uma mulher seja médica, advogada, funcionária pública –, são muitos, imagino eu, os fantasmas e obstáculos pelo caminho (Woolf, 2013).

O discurso publicado postumamente no ano de 1942, na obra “A morte da Mariposa”, tornou-se atemporal face aos obstáculos enfrentados por mulheres em incontáveis formações e exercícios profissionais. A docilização das ideias femininas, a partir de uma padronização comportamental, espelhava a hierarquização laboral baseada na sobreposição do masculino sobre o feminino, a imposição da sociedade sobre a subserviência do corpo da mulher na perspectiva doméstica, inclusive utilizando a força física como instrumento de subjugação. Logo, a violência se estabeleceu numa cultura de condescendência da dominação do homem sobre “sua

⁴³ Nos termos da autora: “E o fantasma era uma mulher, e quando a conheci melhor, dei a ela o nome da heroína de um famoso poema, “O anjo do Lar”. Era ela que costumava aparecer entre mim e o papel enquanto eu fazia as resenhas. Era ela que me incomodava tanto que no fim matei essa mulher. Vocês saibam o que quero dizer com o Anjo do Lar. Vou tentar resumir. Ela era extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio família. Sacrificava-se todos os dias. Se o almoço era frango ela ficava com o pé; se havia ar encanado, era ali que ia se sentar – em suma, seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com opiniões e vontades dos outros. E acima de tudo – nem preciso dizer – ela era pura. Sua pureza era tida como sua maior beleza – enrubescer era seu grande encanto. Naqueles dias - os últimos da rainha Vitória – toda casa tinha um anjo”. (Woolf, 2013).

mulher” (Machado, 2002).

Conforme dito anteriormente, a dominação que não se deu apenas no âmbito doméstico, mas também se transversalizou em todas as relações sociais, transcendendo instituições e se consolidando nas estruturas da sociedade⁴⁴. Mesmo diante dos movimentos por igualdade, emancipação da mulher e suas conquistas históricas, o patriarcado “máquina bem azeitada, que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente” (Saffioti, 2011, p. 107), continuou a germinar em suas raízes a misoginia e o machismo, que indubitavelmente continuam a operar de maneira global, reforçando a atenção para o caráter atemporal no discurso de Virgínia Woolf acerca das profissões exercida por mulheres mesmo após quase um século.

Não diferente dos outros Estados cuja hierarquia social reflete heranças coloniais, o Brasil não apresenta, culturalmente, saltos qualitativos tão significativos quando o assunto é mulher. No âmbito doméstico, por exemplo, a imposição da subserviência, da obediência, da servidão e do controle dos corpos femininos pode ser refletida nos 3.858 homicídios ocorridos em 2021, cujas vítimas eram mulheres⁴⁵, de acordo com o estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, publicado em 2023. Na perspectiva laboral, as mulheres continuam a receber remunerações menores e também ocupam em menor proporção os cargos de gerência⁴⁶.

A administração pública, por sua vez, pela pressão e popularização das pautas mulheris emancipatórias em face do controle da violência de gênero e das questões econômicas, ensaia reações no âmbito da segurança pública e legislação penal, a exemplo da criação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher - DEAM⁴⁷ e a Lei N. 11.340 de 2006 (Brasil, 2006), no que se refere à mitigação de direitos na seara laboral/econômica como o Decreto Presidencial N° 11.795 de

⁴⁴ Neste caso leia-se Sociedade Ocidental, uma vez que não há um aprofundamento nos estudos sobre outras culturas.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1504-dashmulherfinalconferido.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

⁴⁶ Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/diferencas-genero-mercado-trabalho>. Acesso em: 20 mar. 2023

⁴⁷ Disponível em: https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1985.php?iframe=1_as_deams_sp_pe#:~:text=S%C3%A3o%20Paulo%20e%20Recife%20foram,capitais%2C%20no%20ano%20de%201985. Acesso em 20 mar. 2024.

novembro 2023⁴⁸, que regulamentou a Lei Nº 14.611 de julho de 2023 (Brasil, 2023).

A presença do corpo feminino nas diversas áreas laborais e seu posicionamento nas cadeias hierárquicas de cada carreira, mesmo quando não se impunham barreiras legais, ainda lida com as sombras das asas do “anjo do lar” que se instalaram no imaginário coletivo. A cultura hegemônica baseada na misoginia e no machismo que se estabeleceu em diversos ambientes, especialmente nas questões pertinentes à segurança pública, violência e criminalidade, senão num todo em sua maior parte, opera na lógica de que tanto a inteligibilidade quanto a corporeidade devem ser essencialmente masculinas. Essa lógica permite que cultivemos a tendência associativa de que as pessoas que se debruçam sobre a temática da segurança pública sejam homens.

Tendo em vista as linhas anteriores, acredita-se que estudar a entrada das mulheres no campo da segurança pública, suas interações com as polícias e seus profissionais e, em alguns casos, seu intercâmbio entre atividades laborais como pesquisadoras, gestoras e/ou policiais, possibilita responder algumas indagações sobre a interação do corpo mulhêr com a temática. Diante disso, este trabalho dissertativo evidencia o trabalho das mulheres no constructo do campo da segurança pública no Brasil. Este trabalho não possui pretensão quantitativa, uma vez que a proposta não é apresentar um censo sobre o gênero feminino, mas sim de acessar a importância das construções femininas em um campo de estudo cujas tramas costumam conduzir nosso olhar sob uma égide androcêntrica. Dessa forma, importa apresentar apenas alguns dados considerados relevantes para a organização desta pesquisa de maneira a proporcionar uma melhor percepção e compreensão do campo em análise.

Não obstante à prospecção metodológica e apresentação das mulheres presentes nas entrevistas, apresentadas na introdução desta dissertação, a pesquisa alcançou 32 entrevistas efetivamente realizadas. Em razão da distribuição das entrevistadas em diversos territórios, bem como a dinâmica de suas agendas, as entrevistas foram realizadas prioritariamente por meio digital, com exceção da entrevista realizada com Maria Stella Grossi Porto (*in memoriam*), realizada

48

Disponível

em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/11/2023&jornal=601&pagina=6>.
Acesso em: 20 mar. 2024.

presencialmente em Brasília-DF. As interações deram-se majoritariamente a partir da plataforma digital colaborativa TEAMS⁴⁹, cuja conta fornecida pela Universidade de Brasília adveio a partir da matrícula da discente.

1.1. FORMAÇÃO ACADÊMICA

As análises curriculares em conjunto com as informações fornecidas nas entrevistas apontaram para 15 (quinze) áreas de formação: Ciências Sociais com 16 (dezesesseis); Direito com 07 (sete); Ciências Jurídicas e Sociais com 02 (duas); Serviço Social com 01 (uma); História com 02 (duas); Arquitetura 01 (uma); Ciências Econômicas 01 (uma); Comunicação Social 01 (uma); Geografia 01 (uma); Pedagogia 01 (uma); Psicologia 01 (uma); Antropologia 01 (uma), por fim, o Curso Superior de Polícia Militar com 01 (uma) formação. Nesse quesito nota-se uma diferença entre o número de entrevistadas e de graduações, pois algumas das entrevistadas fizeram mais de uma graduação, conforme quadro 1.

Quadro 1 - Áreas de graduação das entrevistadas

GRADUAÇÃO	Nº
Ciências Sociais	16
Direito	07
Ciências Jurídicas e Sociais	02
História	02
Arquitetura	01
Ciências Econômicas	01
Comunicação Social e Jornalismo	01
Geografia	01
Administração Pública	01
Comunicação Social	01
Pedagogia	01
Psicologia	01
Antropologia	01
Curso Superior de Polícia Militar	01
TOTAL GERAL	37

Fonte: Elaboração própria a partir da Plataforma Lattes – CNPq

A maior parte das obtenções de título de graduação das entrevistadas foi em

⁴⁹ “O Microsoft Teams aplicativo de colaboração criado para trabalho híbrido” <https://support.microsoft.com/pt-br/office/introdu%C3%A7%C3%A3o-ao-microsoft-teams-b98d533f-118e-4bae-bf44-3df2470c2b12#:~:text=O%20Microsoft%20Teams%20%C3%A9%20um,tudo%20em%20um%20s%C3%B3%20lugar.>

Instituições de Ensino Superior, doravante IES nacionais, com exceção de dois títulos assinados por uma IES argentina e outra portuguesa, todavia não se obteve a informação sobre o local do curso de graduação em um dos currículos analisados. Há uma diferença entre o número de graduações e mulheres porque algumas interlocutoras realizaram mais de uma formação.

Quadro 2 – Instituições onde as entrevistadas cursaram graduação

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	GRADUAÇÕES
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	07
Universidade de São Paulo- USP	05
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS	03
Universidade de Brasília - UnB	03
Universidade Federal Fluminense - UFF	02
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	02
Universidade do Estado da Bahia -UNEB	02
Centro Universitário de Brasília - UniCUB	02
Universidade Federal de Pelotas-UFPEL	01
Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS	01
Faculdades Integradas Bennett, BENNETT	01
Centro de Ensino Unificado de Teresina, CEUT	01
Universidade Estadual Paulista - UNESP	01
Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP	01
Brigada Militar do RIO GRANDE DO SUL	01
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	01
Pontifícia Universidade Católica PUC/RJ	01
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Portugal)	01
Fundação João Pinheiro - UFJP (MG)	01

Fonte: Elaboração própria a partir da Plataforma Lattes – CNPq.

Em relação ao quadro acima disposto, nota-se que há pouca distribuição regional quanto à origem dos títulos de graduação das entrevistadas, revelando maior concentração das estudosas nas regiões Sudeste, Centro Oeste e Sul, enquanto a região Nordeste apresentou quatro titulações distribuídas igualmente entre dois estados: Bahia e Piauí. A pesquisa não obteve informações suficientes para acessar e/ou contatar estudosas Nortistas/Amazônicas.

1.1.1 A FORMAÇÃO CONTINUADA

Conforme exposto anteriormente, este trabalho consistiu sobretudo na escuta, porém, em relação aos títulos de pós-graduação, considerou-se a análise

documental com o acesso a sites institucionais e governamentais⁵⁰. Dessa forma, observou-se que as entrevistadas, de maneira geral, dedicavam-se à formação continuada mesmo quando não havia exercício de atividade no magistério superior, dessa forma, dentre as 32 (trinta e duas) colaboradoras, 19 (dezenove) delas dedicaram-se ao pós-doutoramento; 27 (vinte e sete) delas possuíam o título de doutorado, e por fim 04 (quatro) possuíam o título de mestra. Embora os dados observados repercutam a titulação regular exigida para exercício do magistério superior, aprofundamento comum às entrevistadas que se dedicaram exclusivamente a lecionar, foi possível observar outras duas questões relevantes para essa pesquisa.

Primeiramente a presença das policiais nos estudos sobre o campo em uma perspectiva extra institucional aqui representadas por Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa, Marlene Inês Spaniol e Nivia Bomfim Queiroz Rodrigues. Outra questão relevante foi a busca de um novo doutoramento por parte de algumas entrevistadas, trazendo como motivação principal a adequação curricular para exercício do magistério superior voltado para a temática.

1.1.2 DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E CENTROS DE PESQUISA

A maior parte das entrevistadas faz parte de grupos de pesquisas nacionalmente conhecidos pelos trabalhos desenvolvidos com temas como violência, criminalidade, direitos humanos e segurança pública. Embora, suas pesquisas encontrem projeções extraterritoriais é possível notar pouca diversidade regional em relação às entidades que possuem a “assinatura” das pesquisadoras, que se concentram nas regiões Sudeste, Centro Oeste e Sul. Os territórios do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Brasília-DF apresentam a maior parte dos núcleos de difusão do conhecimento sobre segurança pública, violência e temas afins dos quais as entrevistadas possuem vínculo atual. Dessa forma destacam-se:

- Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas e do Instituto de Estudos

⁵⁰ Utilizou-se além dos dados apresentados pelas entrevistadas, busca curricular na plataforma Lattes: <https://lattes.cnpq.br/>; além de informação nos endereços eletrônicos das instituições de ensino superior, núcleos de pesquisa dos quais as entrevistadas fazem parte, bem como a plataforma Gov: <https://www.gov.br/pt-br>.

Comparados em Administração Institucional de Conflitos - INCT/InEAC⁵¹

- Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança - NEVIS/UnB⁵²
- Grupo de estudos sobre as Transformações do Mundo do Trabalho - SOL/UnB e Violência, Cidadania e Segurança - SOL/UnB⁵³
- Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários do PPG - Política Social e Direitos Humanos da UCPEL⁵⁴
- Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da UFSCar - GEVAC⁵⁵
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública -FBSP⁵⁶
- Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal - GPESC, do Programa de Pós Graduação em Ciências Criminais e Ciências Sociais da PUCRS⁵⁷
- Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Memória e Democracia - IEA/USP⁵⁸
- Centro de Estudos da Criminalidade e Segurança Pública – CRISP⁵⁹; e, por fim, o Núcleo de Estudos em Segurança Pública – NESP/FJP⁶⁰.

1.2. CONSTRUINDO UM SENTIDO ALÉM DOS CORPOS NO CAMPO

Conforme disposto anteriormente, as sombras das asas do “anjo do lar”, ao repousarem no imaginário coletivo, com o patriarcado compondo cada molécula da liga em que se assentaram os tijolos da nossa constituição social, designaram quais performances sociais caberia a alguém do gênero feminino. Ao atentar para tal pressuposto, antes de compreender como se deu a entrada do corpo feminino no campo de estudos sobre a segurança pública, buscou-se, sem pretensões de esgotar a temática, entender como se dão as construções de gênero e outras

⁵¹ Disponível em: <https://www.ineac.uff.br/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

⁵² Disponível em: <http://nevis.unb.br/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

⁵³ Disponível em: <https://ppgsol.unb.br/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

⁵⁴ Disponível em: <https://gitep.ucpel.edu.br/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.ppgs.ufscar.br/funcionamento-da-secretaria-nos-dias-21-e-22-de-abril-2/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

⁵⁶ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.pucrs.br/eventos/inst/gpesc2015/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

⁵⁸ Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-pesquisa/grupo-de-pesquisa-direitos-humanos-democracia-politica-e-memoria>. Acesso em: 28 mar. 2024.

⁵⁹ Disponível em: www.crisp.ufmg.br/index.html. Acesso em: 28 mar. 2024.

⁶⁰ Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/nucleo-de-estudos-em-seguranca-publica-nesp/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

interações.

A naturalização do olhar sobre a separação de coisas que não estão ligadas ao sexo biológico tende a amparar-se em ideias de oposição. Tal observação, segundo Bourdieu (2014) ao tratar da violência simbólica e dominação masculina, apresenta a implantação de um princípio arbitrário para circunstâncias equivalentes como: fundo/raço, alto/baixo, claro/escuro, entre outros binarismos.

Dessa forma, ao tornarmos natural a crença de que essencialmente tudo que está a nossa volta pode ser separado em apenas dois lados, e que esses lados são diametralmente opostos, tenderemos a usar essa equação como parâmetro cognitivo para outras análises, a exemplo da categorização entre gêneros tornando natural o olhar binário e os desdobramentos de suas limitações. O adestramento do olhar, baseado na naturalização de oposições, é apresentado desde os primeiros momentos de experimentações enquanto seres sociáveis, uma vez que os arranjos familiares atuam nas primeiras experiências que expõe o indivíduo a uma convivência coletiva.

A família ou o grupo que nos acolhe nos primeiros momentos de nossa existência⁶¹ nos apresenta, em geral, uma forma bastante prática de comunicação, baseada justamente na disposição entre opostos: alto, baixo, frio, quente, grande, pequeno, forte, fraco etc. É na unidade familiar que é acessado o primeiro contato com limites entre o sim/não e, ao mesmo tempo, é nessa construção embrionária de interações sociais em que aprendemos a elaborar e a agrupar o que entendemos enquanto sinônimos e antônimos. Aprende-se também a estabelecer hierarquias entre opostos, suas limitações e também a flexibilizar o sim e o não, bem como as possibilidades e limitações que possui com suas limitações de gênero de acordo com valores aprendidos.

Dessa forma, também se inicia a possibilidade de tornar comum o adestramento do olhar para o que se acredite fazer sentido a partir de uma percepção predominantemente bipartida, ou seja, naturaliza-se a oposição entre as coisas a ponto dessa oposição conduzir processos inteligíveis sob o prumo do que se pode ou deve ser colocado em posições opostas. A constituição das percepções baseadas em características que se agrupam e se opõem, em coerência com um

⁶¹ Baseado nos conceitos legais e arranjos sociais. Estou falando também das pessoas que respondem pelos menores, lares provisórios, instituições sociais, orfanatos etc.

pensamento bipartido e valores adquiridos no decorrer da formação de um indivíduo, favorece traçar relações verticalizadas inclusive nas interações sociais. Logo, ao levar a naturalização da hierarquia entre coisas opostas para a relação entre pessoas, a propositura de restrições e liberdades se torna comum e pouco questionável uma vez que a percebemos como natural.

De maneira geral, levando em consideração uma construção social ortodoxa na perspectiva de gênero, apenas dois segmentos passíveis de sentido tornaram-se comuns na percepção dos corpos humanos: macho/fêmea. O posicionamento verticalizado da importância desses corpos também se estabeleceu enquanto natural, “machos sobrepõem-se às fêmeas”, da mesma forma, o agrupamento de características hierarquicamente estabelecidas também posicionou os limites passíveis às fêmeas e as liberdades do macho, ressaltando que, nessa linha de raciocínio, a percepção fêmea e macho corresponderiam inexoravelmente às performances de gênero feminino e masculino respectivamente.

Em linhas gerais, o direcionamento de nossa atenção é lastreado a partir do que podemos estabelecer como real e a construção da percepção frente ao que é legítimo perpassam pelos valores adquiridos primordialmente no seio familiar. A codificação linguística inicial se ampara em uma perspectiva binária do que está posto à volta, por outro lado, a naturalização desse processo frente ao todo é refletida nas relações sociais e, conseqüentemente, nas percepções limitadas sobre gêneros, excluindo tudo o que não se encaixe no que é binário ou nas hierarquias por ele estabelecidas.

Essa forma comum e carente de acréscimos e sentidos de tornar o mundo “inteligível” proporcionou a naturalização de opressões e violências destinadas ao que não poderia existir no mundo de opostos e/ou a quem não se encaixava na padronização categórica pré-estabelecida frente às performances de gênero. Com isso, o entendimento do corpo da mulher caminhou ao lado da naturalização de um olhar enviesado sobre suas concepções, criações e construções, conforme acrescenta Greta Lerner:

O pensamento patriarcal relega tais experiências tais experiências definidas por gênero ao domínio do “natural”, do não transcendente. O conhecimento das mulheres torna-se mera “intuição”, a conversa entre mulheres torna-se “fofoca”. As mulheres lidam com o particular irredimível: vivenciam a realidade todos os dias, a cada hora, em sua função de servir (cuidado da

comida e da sujeira); em seu tempo, que pode ser interrompido sempre; em sua atenção dividida. Pode alguém generalizar enquanto a vida particular clama por ela a todo momento? Ele, que faz símbolos e explica o mundo, e ela, que cuida das suas necessidades de corpo e mente e dos filhos – a disparidade entre ambos é enorme. (Lerner, 2019, p. 275).

Face às linhas ascendentes, entende-se que atividades das mulheres, principalmente no que se relaciona ao alcance das pautas emancipatórias no âmbito laboral e seus reflexos positivos para a construção de uma sociedade equânime continua a enfrentar diversos desafios, dentre eles a necessidade de desconstrução de um olhar edificado no patriarcado sobre o lugar de desempenho do corpo feminino.

Nesse contexto, as narrativas das estudiosas presentes nesta produção dissertativa se dão a partir do acesso ao conhecimento como constante exercício emancipatório. No entanto, embora algumas delas não tenham intrinsecamente se apropriado das concepções criadas pelas epistemologias feministas enquanto motivação para ingresso e/ou permanência no campo da segurança pública, suas presenças nesse espaço inegavelmente proporcionam o desfazimento da percepção da mulher como um objeto estranho e passível de apagamentos.

1.3. O CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

A cientista social estadunidense Elisabeth Leeds, ao prefaciар a obra “As Ciências Sociais e os Pioneiros nos Estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil” (Lima e Ratton, 2011), organizada por Renato Sérgio de Lima e José Luiz Ratton, apontou para os momentos iniciais de quebra da resistência entre pesquisadores ao trabalhar com o tema da segurança pública, iniciada pelas primeiras pessoas a se empenharem nos estudos sobre o campo.

A supracitada autora, que se dedicou, dentre outros assuntos, à pesquisa sobre a precariedade das favelas no estado do Rio de Janeiro e a segurança pública, rememorou a relação pouco amistosa entre estudiosos e policiais em um dos primeiros eventos de repercussão nacional, o Colóquio sobre Segurança Pública da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS no ano de 1998, onde observou um “desconforto mais sentido pelos acadêmicos que pelos policiais” (Lima; Ratton, 2011. p. 07/08), face ao trânsito de profissionais fardados durante o evento. Uma vez digna de nota a pouca interação

entre estudiosos e profissionais, este trabalho buscou investigar, sem qualquer pretensão de exaurir o tema, alguma razão que sustente até os dias atuais a “cisma” entre os profissionais de segurança pública e os estudiosos.

Ao longo do tempo, as temáticas pertinentes ao campo da segurança pública passaram a ter cada vez mais legitimidade, tanto para a academia, segundo Elizabeth Leeds (na obra citada, quanto para as próprias instituições policiais conforme reiteram Muniz, H.Caruso e Freitas (2018). Nesse contexto Elisabeth Leeds, a partir de Lima e Ratton, no prefácio da obra, apontou para as raízes de um campo que até o fim da década de 1990 era denominado, conforme fragmento em destaque:

Que a ideia de realizar e produzir este livro tenha sido meramente concebida já é fato bastante revelador. Reflete o rápido crescimento de um novo campo de estudo cujas raízes se encontram em diversas disciplinas das ciências sociais, mas cuja origem reflete uma das questões mais urgentes da atualidade, qual seja, a crise resultante do aumento das taxas de violência e criminalidade, bem como a incapacidade dos sistemas judiciário e de segurança pública em lidar com a situação de forma adequada e com respeito à pessoa humana. Este livro constitui uma radiografia arqueológica desse novo campo. (Lima e Ratton, 2011, p. 07).

No exercício das revisões de teorias, levantamentos hipotéticos, investigações, análises, comparações, dentre outras ações que objetivem concretizar epistemologias, sob a ótica das Ciências Sociais, o indivíduo prescinde, ou deveria prescindir, de cerca criticidade e disposição expor e, por vezes, confrontar a realidade social em que se está inserido. Os cientistas sociais, mais precisamente, aqueles que constroem as teorias que desvelam determinadas realidades, estão sujeitos às mais diversas reações daqueles que alcançam os seus produtos. Conforme podemos destacar na leitura de Araújo, Alves e Cruz:

A sociologia parece desencontrar seu mundo social e talvez nessa sua força residem seus maiores empecilhos [...]desvendando privilégios, opressões hierarquias e o resultado de suas pesquisas produz mal-estar, mas também esperanças. (Araújo, Alves e Cruz, 2009, p. 3).

A partir das afirmações dispostas nas linhas acima, entende-se que alguém que se proponha a desnudar mecanismos, sistemas de opressões e/ou privilégios, certamente tenderá ao encontro de opositores no espaço de imersão. Nesse contexto, também encontrariam pessoas, estruturas e os instrumentos necessários para findar o potencial investigativo ou subtrair ao máximo o alcance de suas

produções teóricas, revelando um confronto de forças ou de sujeitos na busca para estabelecerem-se em um determinado espaço.

Diante disso, este trabalho investigativo buscou um referencial teórico metodológico que melhor se adequasse para compreender tais espaços e dinâmicas. Dessa forma, transcreve-se Bourdieu para revelar o campo como:

Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas). **Há leis gerais dos campos:** campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião, possuem leis de funcionamento invariantes (é isto que faz com que o projeto de uma teoria geral não seja absurdo e que, desde já, seja possível usar o que se aprende sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogar e interpretar outros campos, superando assim a antinomia mortal entre a monografia idiográfica e a teoria formal e vazia). (Bourdieu, 1989, p. 89 - grifo meu)

Considerando o fragmento exposto acima, ao retomarmos uma perspectiva histórico/burocrática sobre o que entendemos enquanto “instituições da segurança pública”, observa-se como se estabeleceram as relações de poder e como são estruturadas as oposições em relação à Segurança Pública no Brasil. É possível encontrar algumas das suas raízes de algumas instituições que estão no campo, na pouca efetividade da segurança “privada”, aliada à corrupção e ao receio das reações dos grupos explorados (leia-se pessoas escravizadas, povos originários e quilombolas), por parte dos senhores de engenho. A arbitrariedade, violência e supressão de direitos fundamentais, tão discutidas atualmente, iniciaram-se em legislações que buscavam defender os interesses econômicos da colônia.

Com o longo e sistemático processo de abolição da mão de obra escravizada, predominantemente negra, as ações “institucionais” passaram a pautar seu trabalho no domínio e/ou controle dos grupos populacionais que migraram do campo para a metrópole. Com receio de perder os frutos e produtos dos engenhos, da desocupação forçada de terras, bem como da perda de pessoas mantidas sob o sistema de escravidão, a classe dominante ambicionava “militarizar os sertões e os litorais, com o controle policial dos caminhos e das áreas de produção” (Faoro, 2001, p. 272). Dessa forma, um desejo por um tipo de segurança escaldante e seletiva se ampliava compreendendo os sertões e os litorais, logo, as Diamantinas fizeram-se exemplo.

De acordo com Faoro (2001), infere-se que a criação de um corpo policial militarizado é datado nas linhas iniciais da história do Brasil, ainda no século XVI com a primeira Guarda Militar a partir do governo de Martim Afonso de Souza. Entretanto, para Holloway (1997) discorda, pois, para que se entenda tal formação enquanto um corpo de polícia, a segurança da coletividade precisa ser um elemento substancial, logo, os “policiais” não atendiam as atividades de gerar segurança para a coletividade. A presença da Família Real em 1808, por sua vez, foi fundamental para a criação de uma polícia com características próprias da atividade policial, posteriormente, ao final do período de escravização, a atividade policial voltou-se ao controle da população rural que migrou para as cidades (Carvalho, 2002).

1.3.1 A POLÍTICA INSTITUCIONAL E O USO DA VIOLÊNCIA COMO LEI

A Proclamação da República, datada de 1889, contou com a presença dos militares (Forças Armadas) no contexto da formação do Estado brasileiro⁶². Todavia a ascensão ao exercício da liderança política por eles foi retardada e/ou contida em função das conjecturas políticas que, baseadas nas oligarquias, deram manutenção ao Coronelismo e posteriormente esbarraram no controle político de Getúlio Vargas.

Na Era Vargas, um aspecto formal adicionado pelo então presidente, que associou as ações policiais à política e a persecução penal das organizações policiais ao exercício do poder judiciário, estabeleceu formalmente uma estrutura de polícia política. Fundiam-se às ordens do Executivo um modelo de polícia política que não se originou no Regime Militar, mas serviu a ele diretamente para manutenção da ordem política e social que se impunha.

O período ditatorial militar do Brasil, compreendido entre os anos de 1964 e 1985, que pode ser dividido em três momentos históricos, herdou a utilização formal das polícias para reprimir opositores políticos. Além disso, a administração dos militares também proporcionou às polícias pouca ou nenhuma independência, uma

⁶² A presença dos militares na política brasileira começou na Proclamação da República. Mas as oligarquias conseguiram alijá-los construindo o sistema coronelista da Primeira República. Em 1930, eles voltaram com força, trazendo propostas de centralização política, industrialização e nacionalismo. Vargas conseguiu usá-los e contê-los. Após 1945, eles se dividiram, e como toda a sociedade, entre nacionalistas e populistas, de um lado, e liberais conservadores, do outro. “A divisão das forças armadas que atingiu o corpo de oficiais e praças, sobretudo os sargentos, pode te explicar atitude mais radical em 1964 pela ameaça que é divisão ideológica significativa para a sobrevivência da organização militar.” (Carvalho, 2002, p.159).

vez que os armamentos, treinamentos e formação dos oficiais das polícias militares ficariam subordinadas às deliberações do Exército brasileiro, situações que causam reflexos até os dias atuais (Carvalho, 2002).

Os três períodos que podemos destacar sobre o regime ditatorial são: o primeiro período, de 1964 a 1968, durante o governo de general Castelo Branco e o primeiro ano da direção do general Costa Silva; o segundo período, de 1968 a 1974, corresponde ao maior exercício de violência do aparato policial sob às ordens dos militares, liderados pelo general Garrastazu Médici. Nesse contexto, segundo Guerra e Machado Filho (2018), aconteceram as principais reformas na organização da segurança pública do Brasil de 1967 a 1970.

À disposição dos mecanismos de repressão militar estavam o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Serviços de Inteligências da Polícia Federal e Forças Armadas, agindo em conjunto com as polícias e Delegacias. A perseguição que atingiu opositores políticos também atuou sobre grupos de diferentes segmentos como funcionários públicos, professores, pesquisadores, sindicalistas e outros trabalhadores, situação que apresenta seus reflexos até os dias atuais, sobretudo na relação entre a polícia e a Universidade.

Diante dos desdobramentos das ações de repressão promovida no período, Carvalho acrescenta:

Segundo o levantamento de Marcos Figueiredo, entre 1964 e 1973 foram punidas, com perda de direitos políticos, cassação de um mandato, aposentadoria e demissão 4841 pessoas, sendo a maior concentração de punidos em 1964, 1969 e 1970. Perderam os direitos políticos 35 dirigentes sindicais; foram aposentados ou demitidos 3783 funcionários públicos, dentre os quais 72 professores universitários e 61 pesquisadores científicos. O expurgo nas forças armadas foi particularmente duro, dadas as divisões existentes antes de 1964. A maior parte dos militares, se não todos, que se opunham ao golpe foi excluído das fileiras. Foram expulsos 1313 militares [...] nas polícias militares e civis, foram 206 os punidos. O expurgo permitiu às forças armadas eliminar parte da oposição interna e agir com maior desembaraço no poder. (Carvalho, 2002, p.174).

Por último, o terceiro marco temporal da direção do Brasil pelos governos militares iniciou-se em 1974, findando no ano de 1985, sob a condução do general Ernesto Geisel. Ao passo em que encontrava certa resistência por parte do poder em exercício, vivenciou o afrouxamento da repressão estatal caracterizada pela revogação das leis de repressão, fase correspondente entre 1979 e 1985, conforme Carvalho (2002).

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 trouxe uma nova perspectiva sobre segurança pública no momento em que se colocou um capítulo específico no texto constitucional, todavia, transcreveu o modelo anteriormente criado pelo regime militar entre os anos de 1964 a 1988 (Guerra e Machado Filho, 2018). A Carta Magna acabou por transcrever o modelo de segurança pública federalista e militarizado⁶³ criado pelo regime anterior, onde ocorreram as principais reformas da organização da segurança pública no Brasil entre os anos de 1967 e 1970 (Guerra, Machado Filho, 2018). Não obstante, Zackseski (2021) acrescenta que a construção do conceito de ordem pública, adotados no texto da Constituição de 1988, resguarda a necessidade de se observar cuidadosamente sua empregabilidade quanto aos estudos e legislações.

Findado o período ditatorial cívico-militar brasileiro, permaneceram algumas marcas em diversos segmentos da sociedade, na jurisdição e, sobretudo, nas instituições policiais. Para os opositores políticos, pesquisadores, estudiosos, acadêmicos e os diversos grupos sociais atingidos pela violência do regime, permaneceram as cicatrizes, principalmente em relação à responsabilização dos envolvidos e anistia, refletindo, inclusive, em dispositivos legais como a Lei nº 10.559/2002, que versa sobre regime do anistiado, reparações econômicas e competências administrativas.

Diante da breve retomada sobre o histórico do uso político das instituições policiais no Brasil, podemos observar que as cicatrizes deixadas, sobretudo no que tange às práticas policiais, atuam como um ponto nevrálgico que se estabeleceu na estrutura da sociedade brasileira. Essa zona de tensão foi disposta tanto coletivamente, diante dos diversos setores que manifestaram contra os regimes ditatoriais, sendo alcançados pela autoridade estabelecida, quanto individualmente, uma vez que por características físicas, sociais e/ou regionais pessoas comuns experienciaram suas vidas destituídas de qualquer valoração política. Conforme apresentou Franco:

Abandonada, isto é, incluída no bando soberano pela sua exclusão, a vida nua do inimigo interno está exposta à morte. Mas, também estão expostas à morte a vida nua do mendigo, do bandido, do indígena, do negro da

⁶³ Naqueles anos, portanto, a segurança foi (a) federalista e (b) militarizada por uma série de atos normativos, (c) os quais foram apenas parcialmente revogados durante a redemocratização (Guerra, Machado Filho, 2018, p. 3).

periferia, dos ciganos, dos imigrantes etc. Todas essas formas de vida, que existem no espaço anômico da exceção, aparecem como ameaças à unidade do Povo e, por isso, assim como acontece com a morte do inimigo interno, também a sua morte será capturada pelos dispositivos necropolíticos. (Franco, 2018, p.188).

Não obstante ao que foi anteriormente disposto como ponto de tensão entre grupos sociais e as instituições da segurança pública, o regime ditatorial deixou suas marcas, sendo uma delas a dependência financeira que persiste na realidade dos governos estaduais, estes que pouco se sustentam no enfrentamento da violência generalizada, tornando-se clientes do executivo federal. Os municípios, por suas vezes, permaneceram responsáveis pela administração das guardas municipais que possuem ações limitadas em relação ao crime, uma vez que se limitam à preservação do patrimônio público municipal, conforme Spaniol, Moraes Júnior e Rodrigues (2020).

Ainda sobre os reflexos do regime ditatorial e em relação aos possíveis contornos em que se deram as cismas entre a academia e a polícia, importante citar a entrevista realizada com Nivia Bonfim Queiroz Rodrigues que, dentre suas pesquisas acadêmicas, dedicou-se a estudar a formação curricular dos oficiais da Polícia Militar da Bahia entre os anos de 1965 e 1980, conforme trecho em destaque de sua entrevista:

Eu comecei a estudar sobre a história da educação militar no país. Os resultados da pesquisa possibilitaram perceber algumas questões voltadas para o currículo, numa perspectiva de formação do sujeito policial militar oficial, policial militar. Inclusive, foi localizado o acordo MEC- USAID aqui para a polícia militar da Bahia, assinado, que levou uma série de oficiais para fazer uma formação complementar nos Estados Unidos, mas muito mais numa perspectiva de combate ao inimigo interno, do que da segurança pública efetivamente. (N. Rodrigues, entrevista concedida pela autora em 12 de abril de 2023).

Ao analisar como se deu a relação entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e seus desdobramentos na formação dos profissionais que atuaram/atua tanto gestão quanto na formação dos oficiais da PMBA, a partir das leituras de Rodrigues (2010) e em conjunto com o histórico das instituições policiais, podemos inferir que a relação pouco amistosa entre os estudiosos e os policiais pode ser compreendida para além de uma “cisma”.

As pesquisas realizadas por Rodrigues (2010) apontam que durante o regime

ditatorial a formação dos oficiais da Polícia Militar da Bahia estava alinhada com a doutrina da Segurança Nacional. Todavia, a formação dos oficiais não esteve restrita no território brasileiro, tendo em vista os acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos que proporcionaram não somente o intercâmbio para instrução acerca das técnicas de policiamento, conforme trecho em destaque:

Ainda conforme consta em relatório, no ano de 1968, a Divisão de Segurança Pública da USAID no Brasil ofereceu, paralelamente ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), cursos de especialização. O curso de Supervisão da Administração Policial, oferecido pela Divisão de Segurança da USAID, tinha como função selecionar os dois primeiros colocados (Rodrigues, p.104, 2010).

Além de participar do intercâmbio Brasil/Estados Unidos, a Academia de Polícia Militar da Bahia (APM/BA) recepcionou e formou oficiais para as polícias militares do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí e Sergipe. Embora o principal documento analisado pela entrevistada tenha datado de 1969, é necessário atentar para a tradição da manutenção de educadores/instrutores oriundos dos quadros do oficialato nas academias militares. Ademais, de acordo com o recorte temporal utilizado pela autora em sua dissertação, 1965-1980, ainda existem na atualidade oficiais e praças, formados sob a ótica da Doutrina de Segurança Nacional.

Nesse sentido, não haveria apenas um mero desconforto entre profissionais (policiais e policiólogos) nos limites de suas especificidades funcionais, mas a possibilidade de vislumbrarmos, à luz de Bourdieu (1989), dos conflitos internos que compõem o campo da segurança pública sob o aspecto da construção de doutrinas que sustentam lados que jamais “sentariam à mesma mesa”. Por um lado, a idealização de eterno inimigo interno que ameaça a unidade nacional, do outro lado, as vozes que nem sempre são uníssonas, mas convergentes em se tratando das denúncias acerca das violações do Estado através das instituições policiais.

Ainda em relação às cicatrizes deixadas pelos regimes anteriores e o uso do aparato das agências de segurança pública para manutenção do poder outrora instituído, as questões intrainstitucionais também apresentam suas cicatrizes. Seus profissionais, por suas vezes, também são silenciados frente às suas demandas, necessidades, contribuições, considerando inclusive os espaços dos quais poderiam ser protagonistas. Nesse sentido, salienta-se para a importância de destacar o relato

da entrevistada Beatriz Cruz sobre 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública:

Trabalhei mais um tempo lá com iniciativas de mediação comunitária de conflitos e, quando saio dali, recebi um convite para trabalhar, por conta desse histórico mesmo né, para trabalhar na Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública. Eu era coordenadora de capacitação da CONSEG. Essa primeira conferência foi uma das iniciativas, na minha opinião, uma das coisas mais incríveis que eu já vi acontecer. **A gente tinha muitas dificuldades, porque a Segurança Pública não é uma área que você tenha por hábito a participação popular, a discussão de política pública de forma participativa como regra. Os profissionais sequer são ouvidos sobre a segurança pública, muito menos a sociedade civil**” (B. Cruz, entrevista com a autora, realizada em 11 de novembro de 2022 – grifo meu).

O silenciamento das vozes dos profissionais nas instituições policiais, por sua vez, nos acusa para a necessidade de um olhar mais apurado sobre o uso da “cisma” entre os profissionais, a sociedade e a academia. Nesse caso, não se trata da observação dos policiais no sentido das suas representações institucionais, mas sim em relação às tecnologias que buscam fomentar o distanciamento do profissional enquanto “sujeito”, inclusive favorecendo a não percepção de situações de privilégios, denúncias, abusos e/ou violências. Conforme afirmou Ramalho Neto (2018, p. 34): “A situação piorava dentro e fora dos muros do quartel, éramos uma corporação militar isolada da sociedade e controlada de perto, pelo Exército Brasileiro”.

Ante ao exposto, observamos os delineamentos de um campo cujo uso de suas instituições técnicas edificou-se na violência como linguagem e segurança pública como sinônimo de instituições policiais. Podemos, concomitantemente, inferir que desde os momentos embrionários do sentido de segurança pública, o esvaziamento político dos seus corpos deu-se individual e/ou coletivamente sob o sustentáculo de um perfil a atuação das instituições de controle e seus usos jurídicos/políticos.

Embora haja certo empenho em expandir os olhares sobre o campo da segurança pública, no geral, a sociedade tem pouco acesso a resultados e propostas que vão além do que se estabelece entre a alternância poder jurídico/criminal. Em outras palavras, na prática, a coletividade continuou a ser abastecida por políticas de segurança pública formuladas essencialmente pela (re)produção de discursos e violências hegemônicos, idem às ações das instituições, o que pode sustentar tanto a razão das desconfiâncias por parte da academia quanto

o repúdio por parte de grupos sociais estigmatizados.

1.4 A DAMA E O JOGO – O INGRESSO DAS MULHERES NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA E OS SEUS CAPITAIS

Ao observar a concepção da segurança pública, tanto como “Campo de forças”, quanto um “campo de lutas” (Araújo, Alves e Cruz, 2009, p. 03), alcançamos a possibilidade de observar como se dão as relações em sentido *lato* ou *stricto sensu*. Em conjunto, também podemos entender como funcionam os espaços antagônicos para determinados sujeitos, suas especificidades e as forças que se impõem sobre esses. Nesse sentido, as oportunidades podem ser diminutas e as estratégias de inserção e permanência são fundamentais para a conquista de espaço, uma vez que, para que se tenha vontade de jogar, é fundamental ter o mínimo de chances no jogo (Bourdieu, 2014).

Analisaremos no item a seguir como se deu (e se dá) o trânsito das entrevistadas em espaços de poder, onde a estrutura original edifica-se sob a lógica da subalternização pelo uso da força, de modo que os corpos mulheris são rotineiramente considerados insuficientes. Também observaremos outra relação de forças, onde o poder se dá a partir da valoração de capitais como o econômico, o social, o cultural, para tanto, vamos traçar as linhas iniciais do trabalho da pesquisa feminina na área da segurança pública.

1.4.1. AS PIONEIRAS NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA

O levantamento dos nomes das mulheres empenhadas nos estudos sobre violência e segurança pública, em conjunto com a análise curricular das entrevistadas, não se apresentaram suficientemente consistentes para organizar o entendimento acerca das pioneiras no constructo do campo da segurança pública no Brasil. Logo, associadas às narrativas das entrevistadas, foram utilizadas outras duas referências bibliográficas que considere fundamentais para suplementar os dados, primeiramente a obra “As Ciências Sociais e os Pioneiros nos Estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil” (Lima e Ratton, 2011), já citada em linhas anteriores, texto que dedicou-se em entrevistas e pesquisa de obituários. Lima e Ratton (2011), apresentando como resultado os primeiros nomes que entre

anos de 1970 e 1980 compartilharam a construção de um “novo campo de estudos” voltado “prioritariamente, para as questões sobre violência, criminalidade, organizações policiais e do sistema de justiça e políticas públicas de segurança” (Lima e Ratton, 2011, p. 11). A partir dos anos 2000, o campo, finalmente, passou a ser designado como “segurança pública”, dessa forma, prefaciou Elisabeth Leeds na obra:

Por certo, inúmeros outros nomes contribuíram e contribuem para o adensamento desse campo de estudos e pesquisas que, a partir dos anos 2000, se convencionou a chamar, de forma um tanto imprecisa, de “segurança pública”, o que nos faz reconhecer o dinamismo e a importância das múltiplas orientações axiológicas e abordagens teórico-metodológicas (Lima e Ratton, 2011, p.14).

Dentre os quatorze acadêmicos das ciências sociais que protagonizaram a vanguarda na construção do “novo campo de estudos”, podemos destacar três figuras femininas: Alba Maria Zaluar, Maria Stella Grossi Porto e Julita Tannuri Lemgruber.

Em um segundo momento, foi analisado o artigo “As linhagens e descendência acadêmica dos pesquisadores pioneiros nos estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil (1970-2018)”, de Fachinetto (2020, et. al). A pesquisa volta-se para a verificação da linhagem dos pioneiros, sendo predominantemente quantitativa, referenciada a partir da análise dos dados do banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

A supracitada análise sobre a descendência daqueles que iniciaram a investigação no campo a violência, crime e justiça criminal, debruçou-se nas análises das produções admitidas em revistas de qualis A e B, e também no livro “As Ciências Sociais e os Pioneiros nos Estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil” (Lima e Ratton, 2011), voltando-se para análise das linhagens que descenderam dos primeiros contribuintes para os estudos da segurança pública no Brasil.

Ainda sobre a pesquisa de Fachinetto (2020, et. al), os autores optaram por adotar como elemento de adequação metodológica os estudos sobre a figura do intelectual de Passiani (2018) e a genealogia do pensamento político brasileiro de Brandão (2010), com a finalidade de conjecturar a formação dos clãs intelectuais e

seus desdobramentos epistemológicos.

Enquanto Lima e Ratton (2011) apresentaram três pioneiras: Alba Zaluar, Julita Lemgruber e Maria Stella Grossi Porto, a leitura de Fachinetto, Madeira, Aquino e Geliski (2020) excetuou Julita Lemgruber em razão do recorte metodológico adotado, que considerou o “número de orientandos de Doutorado na plataforma lattes” (Fachinetto, Madeira, Aquino e Geliski, 2020, p. 2). O referido artigo, ao explorar as descendências, ofereceu dados até então pouco explorados acerca da distribuição por gênero, revelando que o número de mulheres dedicadas à temática era ligeiramente superior ao de homens. Dessa forma, ao traçar uma progressão entre os pioneiros à terceira linhagem acadêmica entre os anos de 1970 e 2018, computou-se 307 mulheres e 284 homens⁶⁴. Frisa-se que, embora se tenha buscado outros materiais voltados para identificação de outros nomes, a pesquisa não encontrou outras fontes bibliográficas.

Ao acessar as narrativas das estudiosas e realizar o cruzamento das informações contidas nos textos bases, ocorreu a necessidade de referenciar outras mulheres enquanto pioneiras. Para tanto, acrescentei ao “compartilhamento teórico temporal” de Fachinetto, Madeira, Aquino e Geliski (2020) a possibilidade de laborar com teorias não ocidentais, a fim de apresentar um conceito inexplorado tanto nas leituras associadas ao pioneirismo da mulher no campo da segurança pública quanto nas percepções das próprias entrevistadas a “senioridade”. Nesse sentido flexionei a leitura a partir da obra da socióloga nigeriana de origem iorubá Oyèrónké Oyěwùmí (2021) denominada “A invenção das Mulheres Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero”.

Oyèwùmí (2021) apresente uma forte crítica à construção feminista acerca da epistemologia ocidental sobre a corporeidade e gênero, onde, segundo a autora, “o gênero é concebido, antes de tudo, como uma categoria biológica dicotômica que é então usada como base para a construção de hierarquias sociais” (Oyèwùmí, 2021 p.129). Entretanto, não há neste trabalho dissertativo o intuito de contrapor conceitos ou instituir qual melhor sentido para trabalhar as perspectivas de gênero. Todavia, busca-se agregar cosmovisões que possam contemplar não somente as entrevistadas presentes nesta dissertação, como também atentar para a diversidade

⁶⁴ O trabalho levou em consideração as expressões masculino e feminino. Não houve apontamento para gêneros fluidos ou neutros.

dos corpos mulheris que se dedicam ao campo da segurança. Logo, este trabalho atentou para construções teóricas que consideram elementos raciais, regionais, sociais e também geracionais como forças motrizes na percepção das vozes femininas aqui apresentadas e suas performances na construção do campo.

Ao notar os primeiros nomes a aparecerem em destaque frente ao estudos acadêmicos e a relação com as instituições governamentais, considerou-se evitar e ou/tencionar a percepção de linhagem enquanto prole no sentido de cultivar e/ou conceber novos teóricos exclusivamente a orientação acadêmica, uma vez que da mesma forma que nem todos os corpos devem ser obrigados a “gestar” ou “semeiar”. Ademais, ponderou-se que a fundação de linhas de pesquisa, grupos de estudos, participação na criação de políticas públicas e outros enlaces técnico/teóricos não necessariamente caminham juntos com a criação de uma linhagem acadêmica, de maneira que poderia não refletir da melhor forma a proposta deste trabalho: destacar as mulheres na edificação do campo da segurança pública.

Dessa forma, acredita-se que “legado” é a palavra que melhor contempla os frutos atribuídos aos seus trabalhos, suas influências acadêmicas e os produtos apresentados ao campo da segurança pública. Dito isso, entende-se como pioneiras as primeiras mulheres a construírem um legado no campo da segurança pública, utilizando como um dos filamentos teóricos a cosmovisão que aponta que a “Senioridade é a classificação social das pessoas com base em suas idades cronológicas” (Oyěwùmí, 2021, p. 80).

O tempo, por sua vez, moldura a importância do legado, entalhando na história existências, notas, referências e nomes, tornando-se elemento essencial para consolidação desse próprio legado. A memória presta as devidas referências tanto nas lembranças das pesquisadoras, quanto no levantamento dos dados sobre aquelas que se dedicaram à vanguarda do Campo: Alba Maria Zaluar⁶⁵, falecida em

⁶⁵ Alba Maria Zaluar nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, em 2 de junho de 1942. Concluiu sua graduação em Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1965. Com o golpe militar de 1964, Alba viu-se obrigada a deixar o país após a instauração de um Inquérito Policial Militar envolvendo seu nome por conta da militância política naquele período. Entre 1966 a 1971, viveu em Manchester, na Inglaterra, onde frequentou cursos de pós-graduação em Sociologia e Antropologia Social, quando teve contato com importantes autores do campo como Max Gluckman, Clyde Mitchell e Peter Worley. De lá, além das discussões teóricas envolvendo o estudo das redes sociais e associações vicinais, Alba trouxe consigo a forte preocupação com a pesquisa empírica. Ao retornar ao Brasil, cursou o mestrado no Museu Nacional do Rio de Janeiro (PPGAS/UFRJ) e defendeu uma dissertação sobre religião popular, sob orientação de Roberto DaMatta, em 1974. Em 1979,

dezembro de 2019; Lourdes Maria Bandeira⁶⁶, falecida em setembro de 2021; Mireya Suarez⁶⁷, falecida em 07 de maio de 2019.

1.4.2. AS VOZES PIONEIRAS NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

A idade não mora no corpo, a idade mora na história.⁶⁸

ingressou no doutorado do Programa de Antropologia Social da USP, sob a orientação de Eunice Durhan. Nesse período, além do aprofundamento da formação antropológica – a partir do convívio com importantes antropólogos brasileiros como a própria Eunice Durhan, Ruth Cardoso, José Guilherme Magnani e Teresa Caldeira –, Alba aprimorou seus conhecimentos em torno de conceitos da Ciência Política, que lhe permitiram articular teoricamente as relações entre os processos sociais e culturais com a discussão sobre o futuro do Brasil e a redemocratização. Acessado em: 07 de maio de 2024, endereço: <https://sbsociologia.com.br/project/alba-maria-zaluar/>.

⁶⁶ Do interior do Rio Grande do Sul, município de Ijuí, graduou-se em Ciências Sociais na UFRGS em 1973 e logo buscou novos horizontes acadêmicos e geográficos, ingressando no mestrado em Sociologia da UnB em 1975. Um ano antes de finalizar esse curso de pós-graduação, tornou-se professora da UFPB em 1977. De lá, seguiu para mais longe, tendo como paradeiro a Université de Paris V – René Descartes, onde desenvolveu o doutorado de 1978 a 1984, sob a orientação de uma das primeiras mulheres sociólogas da França, a expoente Viviane Isambert Jamati. Em meio ao ambiente feminista francês e ao desenvolvimento da tese *Force de Travail et Sclartité; le cas du Nord- Est Brésilien* (1975-1979), Lourdes teve a oportunidade de adentrar em discussões que problematizavam a divisão sexual do trabalho e o nível de escolaridade, trazendo à tona reflexões sobre os constrangimentos sociais, educacionais, econômicos e ideológicos que designam as mulheres ao status inferior no mundo laboral e as confinam às atividades domésticas. Conhecimentos estes que, com ela, desabrocharam no seu retorno ao Brasil em tempos de abertura democrática. Na Paraíba, dedicou-se às lutas travadas pelos movimentos sociais e sindicatos, em especial, dos trabalhadores rurais e, dentre as Ligas Camponesas Nordesteiras, voltou-se à participação das mulheres nesses espaços políticos. Foram várias as produções e orientações de pesquisa nessa temática, iniciada no fim dos anos 1980. No exercício dos cargos de Secretária de Planejamento e Gestão (2008 – 2011) e Secretária Adjunta (2012 – 2015) da Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM/Presidência da República, produziu crítica competente e rigorosa das desigualdades de gênero, interseccionadas ao racismo, à LGTBfobia e outras formas de discriminação, contribuindo para lançar o Brasil à vanguarda internacional na implantação da Lei Maria da Penha e políticas públicas para a equidade de gênero, na consolidação das Delegacias de Atendimento Especial às Mulheres e no fortalecimento das Casas Abrigo. Com o intuito de promover mudanças substantivas na responsabilização de agressores, Lourdes foi uma das idealizadoras da Lei do Feminicídio (2015), sendo este o tema do seu último pós-doutorado, na Universidade do Porto (2018) e que resultou no livro, agora póstumo, *Crimes de feminicídio no enquadramento midiático: o que não é nominado não existe* (Brasil 2015-2018). Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/lourdes-maria-bandeira/>. Acesso em: maio 2024.

⁶⁷ Graduada em Antropologia - Escuela Nacional de Antropologia e História de México (1963), mestra em Antropologia Social - Escuela Nacional de Antropologia e História de México (1969) e doutora em Sociologia Rural - Cornell University (1989). Com experiência inicial na área de Antropologia das sociedades rurais, especialmente aquelas situadas em fronteiras geográficas (como o Centro Oeste) e imaginárias (como o Sertão). Sem prejudicar sua atenção às narrativas do sertão, seu interesse acadêmico voltou-se posteriormente para a Antropologia do Gênero, abordando principalmente os seguintes temas: relações de gênero e raça, construção do feminino e cidadania, e discriminação e violência. O texto original fornecido pela autora, encontra-se na plataforma lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0097683734501706>. Acesso em: maio 2024.

⁶⁸ Reflexão do professor Wanderson Flor do Nascimento em sala de aula no ano de 2022, ao ministrar a disciplina PPGDH2391 - Identidade e Direitos Humanos. Que me proporcionou entender que a Senioridade não está relacionada aos limites do corpo, complementando as ideias trazidas por Oyêwumí (2021). Nesse caso, se o corpo se estabelecer apenas enquanto um elemento para o

O ingresso das interlocutoras no campo foi inaugurado por Julita Tannuri Lemgruber no ano de 1976. Formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Julita Lemgruber estudou as dinâmicas do cárcere feminino durante o seu mestrado entre os anos de 1976 e 1979. Posteriormente a pesquisadora ingressou na gestão pública ao integrar a administração do sistema penitenciário no estado do Rio de Janeiro.

Paula Poncioni, assistente social de formação, ingressou no campo de estudos sobre a segurança pública no ano de 1984 com a implementação de um projeto de serviço social em delegacias de polícia.

Marlene Inês Spaniol ingressou no campo da segurança pública como uma “ponto fora da curva” em relação às demais interlocutoras. Marlene Spaniol acessou o campo no ano de 1985 ao ingressar nas fileiras da Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul.

Wânia Passinato também figura entre as mais antigas interlocutoras a ingressar no campo da segurança pública do Brasil. Em 1987, no final de sua graduação a pesquisadora passou a se dedicar aos estudos sobre delegacias, em diferentes momentos a interlocutora atuou como consultora, inclusive contribuindo para a implementação da Lei Maria da Penha.

Maria Stela Grossi Porto, é uma das pioneiras em virtude de dedicar-se ao campo de estudos sobre a segurança pública desde a sua criação. A professora dedicou-se à temática a partir do ano de 1987.

Embora Maria Stela Grossi Porto seja reconhecida, reiteradamente, enquanto pioneira nos estudos sobre a segurança pública, paradoxalmente, revelou em entrevista que se observava como uma “pioneira retardatária”, uma vez que tinha como referência nos estudos sobre o campo em Michel Misse⁶⁹ e na Alba Maria

desdobramento de uma linhagem, então é no tempo que encontramos o sentido da Senioridade, é a história, é o tempo que permite que alguém seja mais antigo ou mais moço, a idade então precisa ser descorporificada e corpo desconstituído de objetivações.

⁶⁹ Michel Misse, professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Rio de Janeiro, é uma das maiores referências brasileiras nos estudos sobre segurança pública. Seu currículo está disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6318695398971643>.

Zaluar⁷⁰, ambos referenciados enquanto pioneiros. Maria Stela Grossi Porto ponderou sobre a sua inserção de uma forma um tanto ortodoxa.

A entrevistada apresentou uma percepção íntima em face do conflito conceitual entre categoria e teoria, o que acreditou “retardar” sua entrada no campo da segurança pública, percebendo sua presença na formação do campo a partir da reflexão de como o pensar das ciências sociais, os levantamentos das hipóteses, a análise e, por fim, a conclusão com o produto final.

Evidenciando que à época tinha dúvidas, Maria Stela, apontou que seus questionamentos eram voltados para a classificação da segurança pública como teoria ou categoria, questionamentos que faziam com que a mesma hesitasse nas pesquisas e de alguma forma influenciaram em sua “entrada retardada”, mas, por fim, concluindo que no decorrer de sua trajetória enquanto teórica entendeu que no final “uma coisa, sem a outra, não existe”.

1.4.3 O INGRESSO DAS MULHERES E AS TRANSFORMAÇÕES DO CAMPO NA DÉCADA DE 1990

Reiterados são os trabalhos que apontam a década de 1990 como um momento fundamental de produção qualitativa e quantitativa frente aos estudos sobre a polícia nas ciências sociais. O volume das produções com a polícia como tema suscitou uma nova possibilidade para área de estudos: a ciência social da polícia, que se debruçou na produção teórico metodológica e ponderou as particularidades policiais (Muniz, Caruso e Freitas, 2017). Nesse sentido foi realizado um levantamento das mulheres que iniciaram seu legado na segurança pública durante a década de 1990:

Quadro 3 – Legado iniciado durante a década de 1990

ANO	ENTREVISTADA	SÍNTESE DA TRAJETÓRIA
1992	Lia Zanota Machado	Embora tenha iniciado sua carreira acadêmica na década de 1977 como professora e pesquisadora na Universidade de Brasília (UnB), e em 1986 participado da criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher e participação com as questões referentes à emancipação da mulher, Liz Zanota apontou que

⁷⁰ Alba Maria Zaluar, já referenciada anteriormente, foi uma das pioneiras nos estudos sobre a segurança pública no Brasil, falecida em 19 de novembro de 2019, construiu um legado que até os dias atuais contribui para os estudos sobre a segurança pública no Brasil.

		começou a trabalhar com a temática de violência contra as mulheres por volta do ano de 1992.
1992	Jackeline de Oliveira Muniz	Iniciou sua trajetória entre os anos de 1992/1993, segundo apresentação da plataforma Lattes ³⁰ , bem como o cruzamento com sua entrevista foi levantado que seus primeiros passos se deram com também com o levantamento e análise de dados sobre o Rio de Janeiro, também colaborando à época para o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro laborando em conjunto com outros nomes expoentes da segurança pública como Luiz Eduardo Soares. Leandro Piquet Carneiro e Bárbara Musumeci.
1995	Bárbara Musumeci Mourão	Bárbara Musumeci envolveu-se com a temática da medicação de conflitos, migrando para os Estados Unidos da América 1995 afim de se aprofundar nos conhecimentos sobre a temática e embora tenha enfatizado sua aproximação em 1995, a estudiosa também participou do “Levantamento e Análise de dados sobre o Rio de Janeiro em contraste com Informações Nacionais. Série Textos de Pesquisa - ISER, Rio de Janeiro, 01 out. 1993.
1994	Leonarda Musumeci	Leonarda Musumeci teve sua aproximação com o tema da segurança pública com a os primeiros projetos de policiamento comunitário implantado na região de Copa Cabana, estado do Rio de Janeiro datados a partir do ano de 1994.
1994	Isabel Seixas de Figueiredo	A entrevistada fez uma espécie de linha de progressão temo/tema abordado de maneira que em primeiro momento seus estudos eram sobre violência de gênero, violência doméstica entre os anos de 1994, 1995, 1996/1995 O que é que era violência de gênero, começar a ler sobre violência doméstica etc. Seu contato com o tema esteve sobretudo ligado às Delegacias de Atendimento à Mulher desde as primeiras unidades, reforçando sua participação ainda como estagiária na Ouvidoria de Polícia de São Paulo (1996).
1994-1999	Cristina Neme	Embora tenha obtido o título de Mestrado em Ciências Sociais no ano 2000 a partir dos estudos sobre a “A Instituição Policial na Ordem Democrática: a Polícia Militar do Estado de São Paulo”, Cristina Neme havia realizado pesquisas sobre a “Evolução das Formas de Repressão em São Paulo (1889-1964), entre os anos de 1991 e 1992, o que denota que ainda em sua graduação

		a estudiosa já se aproximava da Temática.
1995	Haydée Glória Cruz Caruzo	A entrevistada afirmou que sua relação com a temática começou ainda durante o curso de graduação entre 1995 e 1999. Sobretudo em função de ter sido aluna de uma das maiores referências sobre o tema, o professor Michel Misse, na disciplina sociologia da violência e do crime, onde fez levantamentos de dados sobre a temática da violência durante as décadas de 1940 à 1960.
1997	Jacqueline Sinhoretto	Jacqueline Sinhoretto formou-se em Ciências Sociais na USP, ainda nos anos 1990, entrou na turma de 1991concluindo a graduação 1996, e em seguida iniciou suas pesquisas no mestrado em 1997 onde trabalhou com a temática da violência abordando os estudos sobre Linchamento, no Núcleo da Violência da supracitada Universidade.
1998	Analía Soria Batista	De nacionalidade Argentina, todavia implicada nos estudos sobre a segurança pública no Brasil consolidando sua carreira em território nacional, Analía Soria apresenta seus primeiros registros de estudos sobre combate à violência nas escolas, realizado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos – Ministério da Justiça datados de 1998, quando foi membro da equipe interministerial para estudar avaliar e propor medidas de combate à violência escolar. Além disso, tem apresenta forte relação no ensino voltado para a da PMDF.
1999	Silvia Ramos de Souza	A entrevistada ingressou na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, contudo embora não se configure como uma pesquisa estritamente sobre segurança pública, na década de 1980 Silvia Ramos, estudou sobre a vulnerabilidade social nas favelas do Rio de Janeiro com a temática “o psicólogo sobre o morro”. Além disso, há publicações datada anteriormente, no ano de 1994, acerca da mídia e violência urbana patrocinada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.
1999	Nivia Queiroz Bomfim Rodrigues	A entrevistada inicia sua trajetória na segurança pública a partir de 1999, com o ingresso no corpo de praças da Polícia Militar da Bahia. Mesmo período em que iniciou sua formação universitária, todavia suas pesquisas voltadas para as questões da segurança pública dão-se a partir do ano de 2008.

Fonte: Elaboração própria a partir da Plataforma Lattes – CNPq e entrevistas cedidas pelas colaboradoras.

1.4.4. A GERAÇÃO DOS ANOS 2000

Os anos 2000 foi o momento em que o campo começou a ganhar identidade própria, também passando a ter o nome “segurança pública”. Ratton e Lima (2011) apontam para importância de reconhecer “o dinamismo e a importância das múltiplas orientações axiológicas e abordagens teórico-metodológicas” (p. 12) da época. Diante disso, nota-se que a contribuição feminina para o campo também se adensou, dessa forma, foi realizado o levantamento daquelas que se projetaram no campo a partir da virada do milênio:

Quadro 4 – Legado iniciado a partir dos anos 2000

ANO	ENTREVISTADA	SÍNTESE DA TRAJETÓRIA
2000	Cristina Gross Villanova	A entrevistada iniciou sua trajetória na segurança pública a partir de sua participação na assessoria técnica na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos nos temas de Sistema Prisional e Violência Policial.
2000	Liana de Paula	Podemos indicar o início da trajetória de Liana de Paula nos anos 2000, no final de sua graduação, sob a orientação de Lourdes Bandeira, quando a entrevistada voltou seus estudos para a ressocialização e sexualidade de adolescentes em unidades de contenção. Vale ressaltar, que durante sua graduação entre os anos de 1996 e 2000 a autora dedicou-se também a iniciação científica e posteriormente acumulou experiência fora da academia.
2000	Luciane Patrício Barbosa Martins	A entrevistada apontou sobre seu ingresso nas ciências sociais e posteriormente no mestrado e nesse período ingressou em uma especialização em políticas públicas de justiça criminal e segurança pública, recordando-se do ano de 2000. Contudo, a partir de análise curricular a entrevistada já se aproximava da temática de violência doméstica e gênero, participando de eventos promovidos pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Bem como exerceu a função de Gerente de Projetos da Central Disque-Denúncia do Rio Janeiro.

2001	Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro	A entrevistada obteve sua graduação no ano de 2001 e seu trabalho consistia na “Análise do Trabalho do Preso nas Unidades Penitenciárias da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos de Minas Gerais”, nesse sentido a autora já se aproximava das questões voltadas para o sistema prisional. Todavia em 2006 seus trabalhos em segurança pública apresentam-se mais densos a partir de sua presença no Instituto de Segurança Pública (ISP –Brasil) e sua atuação enquanto coordenadora do Curso de Capacitação em Técnicas Quantitativas e Análise Criminal destinados aos profissionais de segurança pública.
2001	Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa	A entrevistada começou no campo da segurança pública ingressando em um cargo técnico, delegada de polícia civil do estado do Piauí no ano de 2001, e a partir desse momento voltou-se para os estudos de segurança pública seguindo a carreira policial, mas também exerceu cargos na gestão e posteriormente voltou-se para o ensino acadêmico.
2002	Suzana Durão	A entrevistada teve sua aproximação com a temática a partir da realização de uma “etnografia da polícia em Lisboa”, que compreendeu suas pesquisas para o doutoramento defendido no ano de 2006 onde estudou sobre o patrulhamento de proximidade de maneira a acompanhar o dia a dia dos policiais. A estudiosa também atuou ministrando aulas para os profissionais de polícia e posteriormente voltou-se para o Brasil, dedicando-se à carreira acadêmica.
2002	Ana Paula Mendes de Miranda	A entrevistada iniciou sua pesquisa a partir do ano 2000 concluindo sua dissertação sobre o controle externo da polícia: o caso brasileiro, seu trabalho voltou-se para avaliação do funcionamento das Ouvidorias de Polícia dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Grande do Sul e Minas Gerais.
2002	Marcelle Gomes Figueira	Embora tenha defendido o título de mestra em 2004, no Instituto Militar de Engenharia, explorando o tema da Cartografia e Segurança Pública, e exercido a função de Coordenadora de Análise Criminal na Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça entre 2003 e 2004. A autora narrou que o que influenciou sua trajetória na segurança pública foi seu ingresso no Instituto de Segurança Pública (ISP) em 2002, vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, momento que trabalhou com Jacqueline de Oliveira Muniz, decidindo então modificar sua ideia de

		dissertação e dedicar-se ao campo da segurança pública.
2003	Christiane Russomano Freire	Entre os anos de 2003 e 2004 a entrevistada realizou pesquisas sobre violência e sistema penitenciário, obtendo a titulação de mestra no ano de 2004, a partir daí seus trabalhos voltaram-se para as temáticas de estudos prisionais, violência e segurança pública.
2004	Giane Silvestre	A entrevistada apontou que começou sua relação com o campo e a pesquisa sobre segurança pública ainda durante a graduação, momento em que passou a dedicar-se à pesquisa com a iniciação científica, já na área de violência e segurança pública
2005	Andreia de Oliveira Macêdo	A entrevistada apontou que trabalha com o tema desde o ano de 2005, passando por diferentes instituições desde então, considerando como sua “primeira inserção” seu trabalho no Ministério da Justiça, na Secretaria Nacional de Segurança Pública.
2007	Beatriz Cruz da Silva	A entrevistada narrou que começou a trabalhar mais fortemente com a temática da segurança pública entre os anos de 2007 e 2008, contudo também informou que conheceu de maneira “mais próxima” as polícias do Rio Grande do Sul no ano de 1999. Outrossim, no ano de 2001 há registro de sua participação em evento onde se discutiu “O Papel das Universidades na Construção de Novos Modelos de Polícia”, no Seminário Nacional de Segurança Pública.
2007	Letícia Godinho de Souza	Dedicou-se aos estudos sobre o campo da segurança pública a partir de seu doutoramento a partir de 2007 voltado para segurança cidadã e policiamento comunitário no Brasil, defendido na Universidade Federal de Minas Gerais.
2007	Izabel Saenger Nuñez	Embora o currículo da entrevistada apresente sua relação com a temática da segurança pública a partir do ano de uma especialização em Direitos Humanos, Cidadania e Segurança Pública no ano de 2009. Em 2007 a entrevistada integrou, enquanto colaboradora, uma assessoria jurídica denominada Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, THEMIS, no ano de 2007, que desenvolvia entre outras atividades realização de ações de fomento de campanhas contra a impunidade e criação do Juizado Especial para crimes relacionados à violência de gênero.
2008	Samira Bueno Nunes	Iniciou sua trajetória no campo da segurança pública a partir de sua admissão no Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Isso foi em 2008, participando de inúmeros trabalhos voltados para a produção acadêmica

		brasileira no campo.
2015	Maíra de Deus Brito	Maíra de Deus Brito se aproximou da temática ao ingressar no mestrado em Direitos Humanos no ano de 2015 pela Universidade de Brasília, onde dedicou-se a estudar a vida de mães que tiveram filhos assassinados, vítimas de ações envolvendo policiais.

Fonte: Elaboração própria a partir da Plataforma Lattes – CNPq e entrevistas cedidas pelas colaboradoras.

Importa salientar que os quadros que apresentam tanto a geração dos anos de 1990 quanto a geração dos anos 2000 foram resultantes do cruzamento de dados entre o currículo lattes e as entrevistas cedidas pelas participantes. Dessa forma, podemos atentar não somente para as informações contidas em seus currículos, como também para as motivações que influenciaram as decisões relacionadas ao ingresso no campo da segurança pública.

1.5 OS RECURSOS UTILIZADOS PARA INGRESSAR E SE “MANTER” NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Inúmeras são as tensões que se dão frente às iniquidades da sociedade brasileira e, não indiferentemente, refletem no campo da segurança pública. De certo, as desigualdades afetam diversos grupos, estigmatizando-os enquanto coletivo, estratificando e estabelecendo a hierarquia da pirâmide social brasileira. Dessa forma, torna-se fundamental que, antes de falar sobre o que “temos”, precisamos observar o que “não temos”, para então poder analisar os possíveis instrumentos utilizados pelas mulheres para ingresso e manutenção no campo da segurança pública.

Primeiramente, apresentamos um breve olhar sobre o que está posto, atentando para as barreiras que se impõem e desprivilegiam determinados grupos sociais. A partir dessa contextualização, a análise se deu frente à narrativa das entrevistadas, considerando experiências e sensações descritas e, sobretudo, suas subjetividades. Destaca-se, também, algumas observações, estritamente, para buscar movimentações específicas que possam demonstrar quais recursos foram e/ou são explorados enquanto regra e quais foram às exceções para “jogar o jogo” da segurança pública.

Notadamente, as atividades, reivindicações e emancipação da mulher na

sociedade brasileira apresentaram bons resultados, entretanto, o alcance de uma sociedade equânime mantém-se distante, enfrentando diversos desafios, dentre eles, a desconstrução do senso comum de “lugar da mulher”, edificado no patriarcado. As pautas de gênero, contudo, necessitam do exercício contínuo da apreciação racializada sobre opressão que atinge as mulheres, uma vez que, em linhas gerais, é sobre a existência de mulheres negras e originárias da classe trabalhadora que se alicerça uma pirâmide arquitetada no colonialismo brasileiro e, por consequência, reflete-se no campo. Nesse sentido, destaca-se a percepção de Izabel Seanger Nuñez:

As questões étnico-raciais, sem dúvida, nós temos um problema, mas eu acho que nas questões étnico-raciais temos um problema, que é um problema mais grave do que o machismo, na medida em que homens negros e mulheres negras, e mulheres negras mais ainda, sempre foram afastados da universidade. Estou falando como pesquisadora no campo da Segurança Pública, não como agente do campo da Segurança Pública. Então, eu acho que esse é um problema mais global da nossa sociedade, ainda mais grave do que um problema das mulheres, das mulheres brancas. Mulheres negras, sobretudo, e homens negros, também, nós temos uma questão de um corte de que existe um grupo social, para tentar usar uma categoria sociológica, e esse grupo social sempre foi mantido, obviamente, a margem da Universidade, do acesso à escola. Bom, todo o problema mais cultural que nós temos, que é a questão da escravidão processado. (I. Nuñez entrevista com a autora, realizada em 24 de novembro de 2022)

Assim como o recorte apresentado acima, em linhas gerais, ao voltarmos à questão da segurança pública e o destaque para pesquisadoras e/ou gestoras negras, as entrevistadas atentaram para a pouca representatividade no campo. À vista disso, tornou-se necessário pontuar a influência da intersecção de marcadores sociais como: raça, classe, gênero e origem no ingresso e/ou manutenção das mulheres no campo. Para tanto, foi utilizado o conceito de interseccionalidade de Crenshaw (1991).

Os estudos sobre a interseccionalidade foram abordados inicialmente no ano de 1991, pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw. A estudiosa observou, primordialmente, as interações entre raça e classe tomando como base estudos de casos judiciais norte-americanos e, ao analisar interações entre fatores de exclusão, apontou para o perigo da sobreposição de pautas sobre as mulheres sem os devidos atravessamentos de raça, situação que no caso concreto aumentava a exclusão das mulheres negras.

Os estudos interseccionais apresentavam três possibilidades de enfoque. Na

abordagem estrutural, eram estudadas as formas das agressões domésticas, do estupro e sistema correcional como qualitativamente distintos das mulheres brancas. Já o enfoque político se debruça em entender como as políticas antirracistas e feministas illogicamente favoreceram a marginalização das mulheres negras. Por fim, a interseccionalidade representativa estudou a constituição das mulheres pretas na perspectiva cultural (Crenshaw, 1991).

A interseccionalidade pode ser considerada como um instrumento de análise que nos permite verificar que as oportunidades de progressão social de um indivíduo são inversamente proporcionais da soma de marcadores de exclusão como raça, gênero, orientação sexual etc. Nesse sentido também se comportará o exercício de seus direitos e/ou suas negações, associando-se a outras violências. Destaca-se um trecho de entrevista cedida para este trabalho dissertativo:

Eu gostaria de deixar muito claro quem sou eu, quem é essa pesquisadora, que eu disse que tem outras identidades. Eu sou do interior do Estado da Bahia, de uma cidade chamada Aramari, fui estudante de escola pública, entrei na instituição com o objetivo de sair. Eu pensei em construir uma trajetória porque eu precisava escapar do ciclo de violência doméstica do meu pai com minha mãe, com minha família de modo geral. Eu precisava fugir da situação de insegurança alimentar... então, quando se apresentou esse concurso, e eu já tinha passado em mais dois para professora do município, eu sou professora pelo ensino médio, então, eu pensei em ingressar na instituição, porque eu tinha um claro objetivo de estudar, mas ao longo de minha trajetória estudantil, enquanto estudante de escola pública, eu não aprendi a sonhar, eu não acreditava na possibilidade de ingressar numa instituição pública, eu não me via pertencente a esse mundo da universidade pública. Ele não era definitivamente desenhado para mim. Eu acreditava que se eu tivesse algum dinheiro para pagar, eu poderia superar isso e ocupar um espaço, que, mais tarde, estudando educação e direitos humanos, ele sempre foi meu por direito, mas ele era negado, porque eu era menina pobre, preta, de família marcada e conhecida pelo ciclo da violência. (N. Rodrigues entrevista com a autora, realizada em 12 de abril de 2023).

A narrativa exposta pela entrevistada acima citada proporciona que entendamos a interseccionalidade como característica indissociável e incontornável que se impõe ao indivíduo (Freitas, 2019) e que inevitavelmente determinará quais recursos poderão ser utilizados para ingresso e ou manutenção em um determinado território. Dessa forma, visualizar as relações de força, ocupação de espaços de poder e mecanismos utilizados pelas mulheres no campo da segurança pública, prescinde fundamentalmente de uma leitura sobre as diferentes características que influenciam diretamente em suas estratégias.

1.5.1. A DAMA E O JOGO: OS CAPITAIS NECESSÁRIOS PARA MANTER-SE NO JOGO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Considera-se campo como um espaço de sobreposição de forças, uma vez que se pode exercer um poder verticalizado onde um agente poderá se impor diante de outros ou um grupo pode exercer sua força em relação aos outros menos privilegiados, mas também como um espaço de contraposição ou de tentativas de contraposição de lutas, no momento em que determinados grupos/setores podem apresentar resistência a ponto de modificar determinadas estruturas. Nesse sentido, credita-se que o “poder do diploma” foi condição *sine qua non* tanto para a inserção no campo quanto para manutenção das entrevistadas, uma vez que a formação e a titulação acadêmica confere ao indivíduo certa representatividade em face do coletivo, nesse sentido Bourdieu expõe:

O poder conferido ao diploma não é pessoal, mas coletivo, uma vez que não se pode contestar o poder legítimo (os direitos) conferido por um diploma ao seu portador, sem contestar, ao mesmo tempo, o poder de todos os portadores de diploma e a autoridade do SE que lhe dá garantia. No entanto, seria falso ver uma antinomia no fato de que o diploma é tanto mais precioso (caro) quanto mais raro é, embora tenha, ao mesmo tempo, menos defensores. De fato, a força de um diploma não se mede pela força de subversão (portanto, unicamente pelo número) de seus detentores, mas pelo capital social de que são providos e que acumulam em decorrência da distinção que os constitui objetivamente como grupo e pode servir também de base para agrupamentos intencionais (associações de antigos alunos, clubes, etc.) (Bourdieu, 1998, p. 137).

As linhas de Bourdieu (1998) confluem não somente face à detenção da titulação acadêmica, no momento em que a universidade confere às mulheres um espaço de poder em que se faz a ciência, mas também as coloca em condições de disputar o campo da segurança pública enquanto espaço de produção científica, em outras palavras, o poder do diploma lhes confere a possibilidade de “dizer” a ciência.

De modo geral, observa-se que há uma ampla adesão das interlocutoras à formação continuada, nesse sentido, as entrevistadas que também desempenham ou desempenharam a função de policial acrescentaram às suas carreiras a formação intelectual como um potente instrumento em espaços onde predominam o exercício da força física como sinônimo de poder.

Nesse sentido, a educação como indispensável no processo de emancipação

da mulher também foi fundamental para a quebra de padrões do exercício da atividade policial, bem como na desconstrução da universidade como um espaço exclusivo a grupos específicos caracterizados pelas elites econômicas e políticas, que em geral também ditavam as questões voltadas para a segurança pública, favorecendo, ainda que timidamente, o fluxo e as interações que permitiram a troca de conhecimentos e saberes entre os profissionais da segurança pública, grupos sociais postos à margem social.

Conforme exposto anteriormente, a Academia, enquanto local de produção do conhecimento, notadamente acolheu desde os seus primeiros momentos no Brasil um grupo destacado por recursos econômicos favoráveis, robusto lastro social e étnico racial. Diante disso, notadamente outra forma de inserirem-se no campo da segurança pública foi o alcance do capital social, para tanto, destacamos o trecho da entrevista cedida por Silvia Ramos de Souza:

Em 1999, eu junto com Bárbara, Julita, Leonarda, fomos trabalhar com Luiz Eduardo Soares na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro e essa experiência foi muito importante. Nós já formávamos um grupo nas eleições de 1998 no governo Garotinho (Anthony William Matheus de Oliveira). Nós fizemos um grupo de trabalho e nos dividimos em assuntos e temas. E, quando o Garotinho foi eleito nós montamos uma equipe, eu era subsecretária de Segurança Pública, eu era uma das subsecretárias, a Bárbara era outra, a Julita era ouvidora. Tinham vários outros subsecretários homens, mas tinha uma equipe forte de mulheres. A Jacqueline Muniz (Jacqueline de Oliveira Muniz) foi trabalhar no ISP, o Instituto de Segurança Pública, no que depois veio se tornar depois o Instituto de Segurança Pública. Haydée (Glória Cruz Caruso) e Luciene (Patrício Barbosa Martins) eram jovens que trabalhavam no Disque Denúncia, na época atendentes eram novas, eram quase crianças. Eu acho que elas não tinham nem concluído a graduação e deviam fazer esse serviço enquanto estavam estudando e não sei se por um valor pequeno e elas foram digamos “formadas pela Bárbara”, que começou a fazer um trabalho de formação das atendentes do Disque Denúncia sobre violência para as mulheres. Então, elas se aproximaram, também, desse grupo, embora, elas fossem de uma geração totalmente diferente da nossa. Nós tivemos experiências muito interessantes nesse ano de 1999 até o início de 2000 foi, como diz Luiz Eduardo no livro dele *Meu Casaco de General*, foram 500 dias no front da Segurança Pública (Ramos, entrevista concedida pela autora em 2022).

Ao entendermos o capital social enquanto “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento” (Bourdieu, 1998, p. 67), consideramos as barreiras que se impunham a determinados grupos sociais os quais algumas colaboradoras da pesquisa se inserem (mulheres oriundas da classe trabalhadora), sendo passíveis de restrições

frente a atravessamentos interseccionais.

Podemos então vislumbrar que essas mulheres interagiram de maneira a potencializar o volume do capital social entre elas e para além delas, uma vez que aquelas que estavam em espaços de poder também tiveram acesso a mulheres em outras instâncias, sobretudo no início de suas carreiras como o exemplo da Haydée da Glória Cruz Caruso e Luciene Patrício Barbosa Martins, à época graduandas e, atualmente, ocupam cadeiras em universidades nacionalmente destacadas.

Por fim, nota-se uma movimentação, em geral coletiva, por parte das mulheres em relação a entrada e permanência no campo da segurança pública, sobretudo aquelas implicadas nos centros de pesquisa e espaços coletivos no sentido de visibilizar sujeitos que agregam volume ao seu capital social para além das limitações e/ou extensões do capital econômico. Essas são estratégias que consciente ou inconscientemente acrescentam o intercâmbio e a troca de informações e conhecimento entre as gerações, favorecendo a produção no campo e não se restringindo apenas às experiências acadêmicas, mas também aos espaços de disputa pelo exercício do poder político e gestão pública.

2 UM ENSAIO SOBRE A GESTÃO: A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Neste capítulo, abordaremos as trajetórias de mulheres que decidiram construir seu legado a partir da atuação direta na Administração Pública. E, a partir dos seus ingressos na gestão, evidenciaremos as carreiras, relações com ministérios, instituições internacionais, órgãos de projeção nacional e secretarias estaduais voltadas para a gestão da segurança pública no Brasil ou que interferissem nas políticas nacionais voltadas para a pasta. Objetiva-se destacar a dinâmica dos capitais explorados por Bourdieu (2014), adquiridos ou potencializados a partir do ingresso das mulheres no campo da segurança pública no Brasil e em como isso implicou na atuação do gênero feminino nos espaços de poder.

Diante disso, recorre-se à percepção do que se situa como as funções oficiais do Estado e os poderes conferidos aos gestores, conforme expôs Bourdieu:

Havia lembrado que os agentes do Estado se caracterizavam pelo fato de estarem investidos de funções que chamamos de oficiais, isto é, do acesso oficial à palavra oficial, esta que circula nas instâncias oficiais e no Estado. Pode-se dizer, a rigor, o Estado é o lugar de circulação da palavra oficial, do regulamento, da regra, da ordem, do mandato, da nomeação. Nessa lógica, o Estado seria caracterizado pelo fato de ser o lugar de um poder universalmente reconhecido, até na contestação, o que é um paradoxo que abordarei posteriormente. O Estado é o lugar de um "poder reconhecido que tem, atrás dele, o consenso social, consenso atribuído a uma instância encarregada de definir o bem público, isto é o que é bom para o público. Seria possível dizer que um dos paradoxos do Estado reside no fato de que os detentores do monopólio do bem público são também detentores do monopólio do acesso aos bens públicos. (Bourdieu, 2014, p. 128/129).

Observado o exposto no fragmento acima destacado, atenta-se para a cultura/tradição das atuações e expressões de gênero mais recorrentes quando se trata de expressar a linguagem oficial no campo da segurança pública, tomando por base as trajetórias das entrevistadas e suas narrativas para compreensão da conjuntura dos órgãos estatais responsáveis por expressar o discurso oficial no que tange à pasta.

Dessa forma, lançando luz às performances de gênero nos espaços de poder, as possíveis contradições, conflitos e outras especificidades relacionadas à atuação da mulher, analisaremos como a administração pública se comporta no que tange à presença feminina nos ambientes de tomada de decisão. Para tanto, inicialmente, tomaremos como subsídio os aspectos que recaem sobre as perspectivas do olhar

por Gomes (2013), que investigou como a padronização de determinados elementos, seus posicionamentos, a luz que se projeta eles, suas identidades, etc. podem dar visibilidade ou mesmo levar ao completo anonimato, aplicando suas referências em relação à participação feminina nos cargos de gestão frente à segurança pública.

2.1 “UM ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA”. O PODER DA CADEIRA E DO DISCURSO OFICIAL

A geografia e a cartografia do olhar apresentam que as “sensações, momentos, experiências, lugares, pessoas, parece que qualquer coisa para existir deve necessariamente ser fixada sobre um suporte imagético” (Gomes, 2014, p. 05). A percepção sobre a imagem subsidia a condução desta produção acadêmica frente à necessidade de evidenciar como se expressa o trabalho feminino na gestão da segurança pública, uma vez que a geografia do olhar, além do que se entende como meramente espacial, conduz às experiências que ultrapassam os aspectos físicos, proporcionando sentidos ainda maiores.

Os pontos de observação e tudo aquilo que se percebe como algo distante das relações humanas pode ganhar um contexto corporificado, dessa forma, a geografia ou o que se entende por seu conceito passa a ser utilizada para ampliar ou limitar a visão do receptor de uma mensagem, de maneira que temas pouco vislumbrados passem a ser percebidos como processos mais sofisticados e carregados de significado.

À luz dessa perspectiva, ao lançar os olhares para a Administração Pública, entendendo-a enquanto executora das ações governamentais no que se refere à coletividade e ao bem comum, acredita ser possível evidenciar como se expressa sua vontade em relação a quem é eleito como seu porta-voz. De acordo com Bourdieu (2014), entende-se que é no Estado que se concentra o reconhecimento do poder e nele se reconhece o discurso de autoridade. É possível vislumbrar, a partir das representações administrativas, quais tipos de corpos são mais ou menos apresentados enquanto mandatários do discurso oficial, em outras palavras, em que sujeitos recaem o poder de dizer a vontade do Estado quando o assunto é segurança pública.

Ressalta-se que, tratando de representatividade em esferas e espaços de poder político, também é possível voltar a atenção para o receptor do discurso oficial. Pessoas que, independente de suas vontades, serão aquelas atingidas pelas decisões da administração, ou seja, quem receberá tanto simbolicamente quanto materialmente a vontade da administração. Logo, acredita-se que, ao desvelarmos os corpos que representam o discurso oficial sustentando em suas figuras o poder de dizer a vontade da administração, trataremos inevitavelmente do quanto o silêncio oficial é carregado de significados e sentidos também para quem recebe a mensagem.

Acredita-se que a comunicação entre a administração e a população se dará, dentre outros aspectos, também sob o pilar do que não é/foi dito ou o que é/foi silenciado. A população, por sua vez, no que tange à segurança pública, não corresponderia somente enquanto receptoras da palavra do Estado, mas como espectadora da conjuntura política que se orchestra e, sobretudo, enquanto receptora da simbologia em que se está incutida a vontade da administração.

Todavia, a população frequentemente figura no polo passivo tanto diante das representações e decisões da administração frente à segurança pública e seus mandatários, quanto em relação aos desdobramentos da violência urbana. Por outro lado, paradoxalmente, a população concede aos administradores o poder de tomada de decisão e gerenciamento das ações estatais, mas não somente isso, oferece também uma ideia de consenso frente ao reconhecimento do poder conferido por ela à administração pública.

No entanto, entende-se que na via de mão dupla em que se dá a comunicação entre a administração pública e a população, o fluxo pode não ser necessariamente proporcional, igual e/ou constante. Nesse sentido Bobbio (1998) discorreu sobre comunicação política abordando três vertentes. As duas primeiras não inseridas nesta construção teórica: a estrutural-funcionalista na qual versa sobre a comunicação, contudo não primordial para compreensão das construções políticas; a segunda voltada aos modelos cibernéticos relacionados à disciplina da política. E, por fim, a terceira noção de comunicação política na qual o autor acrescentou:

A terceira, enfim, que está ligada, por um lado, às pesquisas de sociolinguística e, por outro, à sociologia das comunicações de massa, é a

própria das teorias que se concentram nos efeitos de um acesso desigual aos recursos de comunicação sobre a distribuição do poder político dentro dos diversos grupos organizados (Bobbio, 1998, p. 200).

Considerando o disposto, importa atentar para a corporeidade, ou melhor, para como a disposição das pessoas enquanto representações dos cargos de gestão pode dialogar com a massa no sentido de expressão do real o acesso à palavra oficial. Por outro lado, diante dos efeitos do acesso desigual à comunicação política, é necessário observar como se expressa a comunicação da administração pública com a população, sobretudo, como a máquina estatal acessa uma parcela de pessoas apartada de direitos no que se refere ao acesso aos espaços de poder, que compreendem a gestão da segurança pública no Brasil quando o assunto é representatividade.

2.1.1 UM ENSAIO SOBRE OS ESPAÇOS DE PODER FRENTE À SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara (Saramago, 1995).

Em linhas gerais, ao analisar o executivo federal, atualmente, na metade do terceiro mandato do atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a gestão da segurança pública se expressa através do Ministério de Justiça e Segurança Pública, dirigido pelo ministro Enrique Ricardo Lewandowski⁷¹, tendo como instituição de maior destaque a Secretaria Nacional de Segurança Pública⁷² - SENASP⁷³, que de acordo com a Portaria Nº 1.821, de 13 de outubro de 2006⁷⁴, tem entre suas atribuições:

- I- assessorar o Ministro de Estado da Justiça na definição, implementação e acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade;
- II- - planejar, acompanhar e avaliar a implementação de programas do Governo Federal para a área de segurança pública;
- III- - elaborar propostas de legislação e regulamentação em assuntos de segurança

⁷¹ Versão resumida de sua trajetória profissional disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/destaques/arquivo/2015/06/462ffcb4503ed0aff270b80273470b46.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.

⁷² Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica>. Acesso em: 16 out. 2024.

⁷³ Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/Senasp-1/portaria_1821_senasp.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

⁷⁴ Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/Senasp-1/portaria_1821_senasp.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

- pública referentes ao setor público e ao setor privado;
- IV- - promover a integração dos órgãos de segurança pública;
- V- - estimular a modernização e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública;
- VI- - promover a interface de ações com organismos governamentais e não governamentais, de âmbito nacional e internacional;
- VII- - realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência;
- VIII- - estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos que gerem índices de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e criminalidade;
- IX- - exercer, por seu titular, as funções de Ouvidor-Geral das Polícias Federais;
- X- - implementar, manter e modernizar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG;
- XI- - promover e coordenar as reuniões do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP; e
- XII- - incentivar e acompanhar a atuação dos Conselhos Regionais de Segurança Pública.

Gerida pelo procurador-geral de justiça do estado de São Paulo, Mário Luiz Sarrubbo, a SENASP mantém em sua estrutura seis diretorias, que são: Diretoria de Gestão e Integração de Informações - DGI, dirigida por Vanessa Fusco Nogueira Simões Diretoria de Ensino e Pesquisa – DEP, dirigida por Michele Gonçalves dos Ramos Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública – DSUSP, dirigida por Isabel Seixas de Figueiredo; Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública – DFNSP, dirigido por Fernando Alencar Medeiros Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública – DGFNSP, dirigido por Camila Pintarelli; e a Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência – DIOPI, dirigida por Rodney da Silva. As informações aqui apresentadas estão contidas no site institucional.⁷⁵

Em relação aos cargos exercidos na SENASP, nota-se que há maior expressão do gênero feminino no exercício dos cargos de diretoria, sendo quatro pessoas de gênero feminino e 02(duas) de gênero masculino, representando a maioria nas funções de direção da supracitada instituição. Embora a gerência da pasta se dê com as figuras do ministro da Justiça e Segurança Pública, Enrique Ricardo Lewandowski, e posteriormente com o Secretário Nacional de Segurança Pública, Mário Luiz Sarrubbo. Há, notadamente, forte representatividade das mulheres nas pastas relacionadas à temática no âmbito do Governo Federal, o que nos oportuniza, à diante, dissertar mais pormenorizadamente sobre a atuação das

75

Disponível

em:

<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/diretoria-de-gestao-e-integracao-de-informacoes-1>. Acesso em: 16 out. 2024.

mulheres frente ao Executivo Federal em conjunto com a trajetória de parte das entrevistadas.

2.1.2 A CONFIGURAÇÃO DAS GESTÕES ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE

Ao tratar a segurança pública no âmbito estadual, no cenário contemporâneo, este trabalho buscou acessar os espaços de gestão e governança, considerando as pessoas designadas para a gestão das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e correlatas. Nesse sentido, não foram listados os comandos policiais militares, delegados gerais e outros cargos oriundos inicialmente do ingresso na carreira pública por meio de concurso público, em razão do objetivo desta construção teórica que é apontar pessoas designadas pela gestão pública para ocupar cargos de confiança das lideranças do executivo estadual. Atentamos então para um mapeamento das instituições estaduais considerando as regiões abaixo destacadas:

Na região Amazônica/Norte: Acre (AC) - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre⁷⁶; Amapá (AP) - Secretaria de Justiça e Segurança Pública⁷⁷; Amazonas (AM) - Secretaria de Justiça e Segurança Pública⁷⁸; Pará (PA) - Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social⁷⁹; Rondônia (RO) - Secretaria de Estado da Segurança Defesa e Cidadania⁸⁰; Roraima (RR) - Secretaria de Estado e Segurança Pública⁸¹ e por fim o Estado do Tocantins (TO) - Secretaria de Segurança Pública do Tocantins⁸².

Na região Nordeste: Alagoas (AL) - Secretaria de Estado da Segurança Pública⁸³; Bahia (BA) - Secretaria de Segurança Pública da Bahia⁸⁴; Ceará (CE) - Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social⁸⁵; Maranhão (MA) - Secretaria de

⁷⁶ Disponível em: <http://sejusp.acre.gov.br/>. Acesso em 22 out. 2024.

⁷⁷ Disponível em: <https://sejusp.portal.ap.gov.br/>. Acesso em 22 out. 2024.

⁷⁸ Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/>. Acesso em 22 out. 2024.

⁷⁹ Disponível em: <https://www.segup.pa.gov.br/>. Acesso em 22 out. 2024.

⁸⁰ Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/sesdec/>. Acesso em 22 out. 2024.

⁸¹ Disponível em: <https://sesp.rr.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

⁸² Disponível em: <https://www.to.gov.br/ssp/24-wladimir-costa-mota-oliveira-25102021-ate-atual-momento/429bzip84wucu>. Acesso em 22 de outubro de 2024. Acesso em: 22 out. 2024.

⁸³ Disponível em: <http://seguranca.al.gov.br/quem-somos/>. Acesso em 22 de outubro de 2024. Acesso em 22 de outubro de 2024.

⁸⁴ Disponível em: <https://ssp.ba.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

⁸⁵ Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

Estado da Segurança Pública⁸⁶; Paraíba (PB) - Secretaria da Segurança e da Defesa Social⁸⁷; Pernambuco (PN) - Secretaria de Defesa Social⁸⁸, Piauí (PI) – Secretaria Pública do Estado do Piauí⁸⁹; Rio Grande do Norte (RN) – Secretaria do Estado da Segurança Pública e da Defesa Social⁹⁰ e Sergipe (SE) – Secretaria de Estado da Segurança Pública⁹¹.

Na região Centro-Oeste: Goiás (GO)- Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social⁹²; Mato Grosso (MT) – Secretaria de Estado de Segurança Pública⁹³, Mato Grosso do Sul (MS) – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública⁹⁴, e por fim o Distrito Federal (DF) – Secretaria de Estado de Segurança Pública⁹⁵.

Na região Sudeste: Espírito Santo (ES) – Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social⁹⁶; Minas Gerais (MG) – Secretaria de Justiça e Segurança Pública⁹⁷; São Paulo (SP) – Secretaria de Segurança Pública⁹⁸ e Rio de Janeiro (RJ) – Secretaria de Estado de Segurança Pública⁹⁹.

Na região Sul: Paraná (PR) – Secretaria da Segurança Pública¹⁰⁰; Santa Catarina (SC) – Secretaria de Segurança Pública¹⁰¹; e o estado do Rio Grande do Sul (RS) – Secretaria da Segurança Pública¹⁰².

A partir do levantamento das instituições de gestão de segurança pública em âmbito estadual, percebe-se alguns pontos a serem destacados quanto às representações das mulheres em espaços de decisão. Primeiramente, destaca-se o fato de que na atualidade, em todas as cinco regiões, correspondendo à totalidade

⁸⁶ Disponível em: <https://www.ssp.ma.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

⁸⁷ Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social>. Acesso em 22 de outubro de 2024. Acesso em: 22 out. 2024.

⁸⁸ Disponível em: <https://www.sds.pe.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

⁸⁹ Disponível em: <https://www.ssp.pi.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

⁹⁰ Disponível em: <http://www.defesasocial.rn.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

⁹¹ Disponível em: <https://www.ssp.se.gov.br/a-secretaria.html>. Acesso em: 22 out. 2024.

⁹² Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

⁹³ Disponível em: <https://www.sesp.mt.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

⁹⁴ Disponível em: <https://www.sejusp.ms.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

⁹⁵ Disponível em: <https://www.ssp.df.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

⁹⁶ Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

⁹⁷ Disponível em: <https://www.seguranca.mg.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

⁹⁸ Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

⁹⁹ Disponível em: <https://www.rj.gov.br/seguranca/quem-somos>; <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/11/27/quem-e-victor-santos-o-novo-secretario-de-seguranca-do-rio.ghml>. Foi necessário buscar informações em órgãos de imprensa em virtude da reconstrução do site da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Acesso em: 23 out. 2024.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/>. Acesso em: 24 out. 2024.

¹⁰¹ Disponível em: <https://ssp.sc.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

¹⁰² Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/secretaria-da-seguranca-publica>

dos estados brasileiros e incluindo o Distrito Federal, os espaços de exercício do poder de decisão e representação de políticas voltadas à segurança pública são representados por pessoas do sexo masculino. Nesse sentido, até o momento de conclusão desta pesquisa, na gestão estadual, apenas o estado do Mato Grosso apresenta uma formatação pouco diversa, uma vez que possui uma mulher enquanto Secretária-adjunta de Segurança Pública, a jurista Lenice Silva dos Santos Barbosa¹⁰³.

O segundo ponto notado na busca por informações acerca dos cargos de liderança frente às gestões estaduais na pasta da segurança pública é o expressivo número de secretários oriundos das carreiras policiais, sobretudo, do corpo de oficialato das polícias militares. Embora, não tenha sido uma questão levantada anteriormente como interesse de pesquisa, os dados obtidos a partir do acesso aos sites institucionais das secretarias supracitadas¹⁰⁴, foi possível compreender que os cargos de secretários estaduais de segurança pública são essencialmente compostos por homens policiais.

Atualmente, 26 (vinte e seis) dos secretários estaduais e distrital são oriundos de carreiras estritamente ligadas aos órgãos da segurança pública, previstos no art. 144 da Constituição Federal, sendo: 09 (nove) delegados de polícias civis, 07 (sete) oficiais de polícias militares, 07 (sete) delegados da Polícia da Federal, 02 (dois) Oficiais Bombeiros Militares e 01 (um) agente da Polícia Civil. Tal realidade pode ser observada também em relação aos secretários adjuntos, em sua maior parte homens oriundos de carreiras policiais. O estado de Minas Gerais, por sua vez, figurou enquanto exceção ao apresentar como secretário de segurança pública um membro oriundo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Conforme disposto anteriormente, ao conferir um mandato político a uma determinada persona ou grupo e, por consequência, o gerenciamento das ações da administração pública, pode-se inferir que a sociedade, aquela que reconhece nos administradores eleitos o poder do discurso de autoridade, tenderá também ao reconhecimento das representações delegadas pelos gerentes da Administração Pública enquanto porta vozes legítimas do discurso de autoridade. Nesse sentido,

¹⁰³Disponível em: <https://www.sesp.mt.gov.br/secretarios> . Acesso em: 04 set. 2024.

¹⁰⁴Disponível em: As informações foram coletadas nos sites institucionais, administrados pelas secretarias dos respectivos estados e Distrito Federal, bem como nas plataformas eletrônicas oficiais do Governo Federal. Acesso em: 22 out. 2024.

excetuando a perspectiva da “autoridade coercitiva” adotada por Bobbio, entende-se que a autoridade legitimada pela população para o exercício do poder legítimo é:

Daí a segunda e mais comum definição de Autoridade, segundo a qual nem todo poder estabilizado é Autoridade, mas somente aquele em que a disposição de obedecer de forma incondicionada se baseia na crença da legitimidade do poder. A autoridade, neste segundo sentido, o único de que nos ocuparemos daqui para a frente, é aquele tipo particular de poder estabilizado que chamamos de “poder legítimo”. (Bobbio, 1998, p. 136).

Ainda, segundo o autor supracitado, as percepções relacionadas à autoridade e ao poder legítimo podem agregar *per si* determinadas valorações que não deverão ser acatadas por parte daqueles que se debruçam na perspectiva científica, na qual se prende apenas à definição. Dessa forma, segundo o autor “a expressão poder legítimo” deve ser entendida aqui no sentido de considerar como legítimo por parte de indivíduos ou grupos que participam da mesma relação de poder” (Bobbio, 1998, p. 90).

Dessa forma, de acordo com os dados acessados por esta produção teórica, aponta-se não somente para a desproporção na representatividade do gênero feminino nos cargos de poder e tomada de decisão frente à pasta da segurança pública nas gestões estaduais, mas, em linhas iniciais, acusa-se uma espécie de peneira profissional onde se classificam indivíduos de uma determinada casta laboral. O que em *prima face* sugere a ilustração das leituras de Bourdieu, ao tratar do capital social e dos produtos proporcionados pelo pertencimento a determinado grupo, conforme o fragmento destacado:

Os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que os torna possível. O que não significa que eles sejam conscientemente perseguidos como tais, mesmo nos casos dos grupos que, como os clubes seletos, são expressamente arranjados com vistas a concentrar capital social e obter assim o pleno benefício do efeito multiplicador implicado pela concentração e assegurar os lucros proporcionados pelo pertencimento – lucros materiais como todas as espécies de “serviços” assegurados por relações úteis, e lucros simbólicos tais como aqueles que estão associados à participação num grupo raro e prestigioso (Bourdieu, 2008, p. 68).

O panorama que se apresenta nos espaços de poder e de tomada de decisão na segurança pública dos estados brasileiros, além de favorecer a exemplificação que se aproxima dos frutos do acúmulo de capital social de determinado grupo, também permite traçar uma espécie de linha do tempo, remontando parte do que foi apontado anteriormente, no capítulo I, quanto aos delineamentos, a criação do

campo da segurança pública no Brasil e suas relações político institucionais. Logo, o cenário atual proporciona uma reflexão sobre como as administrações públicas estaduais pouco se permitem flexionar acerca de quem cabe a legitimidade das ações administrativas, além disso, em quais performances corpóreas recairão o poder de representação da palavra oficial frente à pasta.

Por outro lado, do que se sugere de um padrão do perfil dos mandatários nas secretarias estaduais de segurança pública, existem outras categorias profissionais que se debruçam sobre o tema, contudo, não são eleitas pela administração para figurarem em espaços de decisão sobre a temática. Considerando as crescentes de violência nos territórios brasileiros, sobretudo a violência urbana e sua relação com o sistema de justiça criminal, excepcionando-se ao que parece ser a regra das administrações estaduais, outros atores passaram a se movimentar na busca por respostas à sociedade.

Ao tratar sobre o papel da pesquisa e dos pesquisadores das ciências sociais contemporâneas no Brasil em relação ao crime, a violência, a punição e a necessidade reconhecimento e concretização do trabalho realizado pelos cientistas sociais através das intervenções do Estado na área, Vasconcelos explicitou “o monopólio do saber Jurídico e policial no sistema de justiça criminal” (Vasconcelos, 2014, p. 04), que, alternando entre si nos espaços de gestão da segurança pública, pouco estabeleceram conexões com outras áreas de conhecimento, sobretudo, as ciências sociais.

A percepção e os estudos por parte dos cientistas sociais acerca das reações do Estado frente ao aumento da violência urbana, nascida-construída junto com o campo da segurança pública e atualmente represada, sobretudo na necessidade da sociedade média em vislumbrar uma resposta a criminalidade, reencontrou ou possivelmente pouco de afastou de uma perspectiva onde se “despolitiza o olhar sobre a criminalização das camadas populares, em nome da adesão às demandas de ordem punição” (Vasconcelos, 2014, p.17).

Nesse sentido, o cenário atual das secretarias de segurança pública perante o aparato policial presente nos estados brasileiros, aparentemente, não está figurado ou vinculado, estritamente, como um instrumento principal dos “indicadores de processo” (Rolim e Pereira, 2022), tendo em vista seu papel no exercício prático das polícias no enfrentamento aos problemas relacionados ou derivados da

criminalidade. Contudo, as polícias têm atuado como principais fornecedoras das representações em que se dará a legitimidade da palavra oficial por parte da administração pública, a partir das ascensões dos representantes do alto escalão das suas respectivas categorias às cátedras de maior expressividade da segurança pública frente aos executivos estaduais.

Tal situação pode favorecer a crença de certa inépcia das secretarias estaduais de segurança pública em relação às corporações policiais, abordagem realizada por Rolim e Pereira (2022), alinhada às contribuições de Soares (2011), reforça a ideia de subjugação de governadores e secretários da pasta às corporações policiais. Todavia, acredita-se que o considerável número de representantes das instituições policiais frente às secretarias estaduais de segurança pública proporciona refletir sobre como se perpetuam determinados grupos e/ou se estabelecem padrões gerenciais em esferas de poder, a partir do acúmulo dos capitais ainda que transicionados os regimes políticos/jurídicos.

Há em uma cadeia de valores nos quais os indivíduos participam seus capitais sociais em modelos educacionais elitizados integrados à projeção em carreiras jurídicas e policiais advindas dos produtos do capital intelectual e econômico, a administração pública volta seus olhares para os seus diletos. A gestão pública, acolhe então, dentro do perfil previamente admitido pelo grupo, composto pelos mais altos cargos das instituições policiais e adequando-se tanto ao grupo político escolhido quanto ao que a sociedade vislumbra, o profissional com perfil adequado para gerenciar a pasta da segurança pública.

Nesse cenário, pode ser observado não apenas o hiato que se dá em relação à presença das mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão, mas também a seletividade profissional que se estabelece nos cargos de gestão. Há, dessa forma, uma rarefeita representatividade de profissões que sustentem suas percepções para além das linhas em que se amparam os dispositivos formais de controle. Diante disso, é possível inferir que as discussões, as tomadas de decisão e ações dificilmente tenderão para além do que se estabelece na seara do saber jurídico e policial, tanto na perspectiva do sistema de justiça criminal, quanto especificamente no âmbito da segurança pública. Tal questão remonta a abordagem de Bourdieu (2014) sobre o jogo e o campo, considerando não apenas a vontade de jogar, mas ter o mínimo de chances no jogo, logo, ao observar o cenário da

segurança pública nos estados, depara-se com a imposição de forças e grupos que perpetuam em perfis físicos e laborais que não refletem apenas pessoas, mas também um modelo institucionalizado de mandatários.

2.2 AS EXPRESSÕES DO GÊNERO FEMININO NAS ESFERAS DE PODER FRENTE À SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

O fim do regime militar representou um avanço fundamental, ao garantir os direitos políticos e o estabelecimento de instituições democráticas, mas não gerou, necessariamente, um grau mais elevado de respeito aos direitos civis. De certa forma, a urgência de superar o regime militar e a esperança de que a democracia eliminaria automaticamente os abusos de direitos humanos explicariam a menor visibilidade das violações praticadas pelos agentes do Estado na gestão da política de segurança pública propriamente dita. (Zaffaroni, 2007, p. 18/19)

A afirmação de Zaffaroni, em entrevista cedida à Julita Lemgruber para a Revista Brasileira de Segurança Pública, cujo título apresentou-se como “A esquerda tem medo, não tem política de segurança pública”, explicitou um desejo coletivo presente nos territórios cujas democracias foram feridas, mas, sobretudo, um anseio presente naqueles que foram diretamente atingidos pela supressão de direitos no Brasil.

Contudo, considerando a conjuntura política que se estabeleceu na transição para o regime democrático no Brasil e as leituras de Bourdieu (2009), em que revoluções simbólicas nem sempre acompanham as revoluções políticas, as mudanças na segurança pública no Brasil não foram tão inovadoras. E embora, o Brasil tenha adotado uma constituição “cidadã” e os movimentos sociais tenham acusado os abusos cometidos pelas instituições de segurança pública, notadamente, permaneceu um construto jurídico legislativo da segurança pública voltado para uma tradição majoritariamente policial e militarizada.

A postura dos estados em relação à representatividade da pasta colabora para a percepção da pouca mudança na tradição de gerenciamento da pasta, tendo em vista os cargos executivos estaduais de gerenciamento da segurança pública, onde se mantém a representatividade fortemente institucionalizada e consequentemente pouco diversa ao tratar de paridade de gênero.

Os dados, obtidos na pesquisa, contudo, denotam que as mudanças que ocorreram na gestão da segurança pública, sobretudo em relação ao

comportamento das instituições de controle, motivaram-se substancialmente nas ações realizadas pela coletividade, onde havia diversidade de sujeitos, concepções e olhares. Por vezes, tais mudanças foram presenciadas ou mesmo protagonizadas pelo trabalho das profissionais e pela adesão da sociedade civil à pasta. Este contexto remete à leitura da historiadora Gerda Lerner (2021), sobre o quando as mudanças resultantes das oportunidades sociais e educacionais das mulheres poderiam proporcionar resultados positivos também aos homens diante das sequelas de um sistema de dominação patriarcal. Diante disso a autora dispõe:

Nossa busca, portanto, torna-se uma busca pela história do sistema patriarcal. Dar historicidade ao sistema de dominância masculina e afirmar que suas funções e manifestações mudam ao longo do tempo é romper com a tradição oferecida. Essa tradição mistificou o patriarcado, tornando-o a-histórico, eterno, invisível, e imutável, mas é exatamente por causa de mudanças em oportunidades sociais e educacionais disponíveis as mulheres que, nos séculos XIX e XX, inúmeras delas enfim foram capazes de avaliar de forma crítica o processo pelo qual ajudamos a forjar e manter o sistema. Somente agora conseguimos conceituar o papel das mulheres na história, criando, assim, uma consciência que pode emancipá-las. Essa consciência também pode libertar os homens das consequências indesejadas do sistema de dominância masculina. (Lerner, 2021, p. 66)

Dessa forma, podemos inferir que as ações de integração e participação das mulheres na segurança pública possibilitaram novas abordagens, análises, práticas e condutas por parte da administração pública, bem como permitiu diversificar e de alguma forma redimensionar a percepção da pasta para além das instituições já consolidadas, influenciando, inclusive, o redimensionando e a própria imagem da mulher, antes relacionada como objeto das ações de proteção do Estado frente à violência de gênero. Estas interações, vinculadas à diversidade e adesão da sociedade civil, podem ser exemplificadas pelo atual gerenciamento da pasta por parte do Executivo Federal, ainda que não necessariamente tenha sido iniciado nesse contexto. Para tanto, observar a trajetória das entrevistadas na gestão pública torna-se fundamental para entender o comportamento da administração diante do ingresso do corpo feminino nas esferas de poder da pasta e a dinâmica em que se dá a contribuição feminina no campo.

2.2.1 AS SIGLAS DO PODER E REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL

Ao tratar do ingresso das interlocutoras na gestão pública foram listados órgãos internacionais e nacionais. As instituições internacionais mais citadas pelas interlocutoras foram:

- Organização das Nações Unidas¹⁰⁵ - ONU representada pelo ONU Mulheres Brasil¹⁰⁶; ONU Mulheres Cabo Verde¹⁰⁷
- Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito Tratamento do Delinquente – ILANUD¹⁰⁸
- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, Brasil¹⁰⁹

Já referente à Administração Pública Federal, foi possível destacar a presença das mulheres nos seguintes órgãos:

- Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP¹¹⁰, que integra o Ministério da Justiça e Segurança Pública¹¹¹; na Secretaria Especial de Direitos Humanos que a posteriori tornou-se a Secretaria Nacional de Direitos Humanos - SNDH¹¹², vinculada ao Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania
- Coordenação Nacional de Análise Criminal também vinculada à SENASP
- Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação, vinculada à SENASP
- Departamento de Pesquisa e Gestão da Informação
- Departamento de Políticas, Programas e Projetos - DEPRO
- Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal -

¹⁰⁵ Disponível em: https://www.ohchr.org/en/ohchr_homepage. Acesso: 10 set. 2024.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em: 10 set. 2024.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://cabo Verde.un.org/pt>. Acesso em: 10 set. 2024.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://erc.undp.org/evaluation/documents/download/3752>. Acesso em: 10 set. 2024.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/bird>. Acesso em: 10 set. 2024.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica>. Acesso em 10 set. 2024.

¹¹¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br>. Acesso em: 10 set. 2024.

¹¹² Disponível em: <https://sndh.mdh.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2024.

SINESPJC

- Comissão de Anistia Política anteriormente vinculada ao Ministério da Justiça
- Secretaria Nacional de Políticas Penais- SENAPPEN, vinculada ao Ministério da Justiça
- Secretaria de Reforma do Judiciário que pertencia ao Ministério da Justiça (Já extinta).

Ao tratar das instituições voltadas para gestão e segurança pública em âmbito estadual foram listadas:

- Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro¹¹³
- Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro¹¹⁴
- Departamento do Sistema Penitenciário¹¹⁵
- Ouvidoria das Polícias no Rio de Janeiro¹¹⁶
- Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo¹¹⁷, vinculada à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo
- Secretaria de Segurança pública do Piauí¹¹⁸
- Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente¹¹⁹ – Fundação CASA, São Paulo
- Coordenação de Análise e Planejamento vinculada à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo
- Defensoria Pública geral do Estado do Rio de Janeiro¹²⁰
- Superintendência de Educação da Subsecretaria de Educação, Valorização e Prevenção da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro

¹¹³ Disponível em: <https://www.rj.gov.br/isp/>. Acesso em: 10 set. 2024.

¹¹⁴ Disponível em: <https://www.rj.gov.br/seguranca/quem-somos>. Acesso em: 10 set. 2024.

¹¹⁵ A época não havia secretaria de Administração Penitenciária no Estado do Rio de Janeiro, conforme informações cedidas pela entrevistada Julita Tanuri Lemgruber, em entrevista.

¹¹⁶ Não foi encontrado o endereço eletrônico institucional.

¹¹⁷ <https://www.ssp.sp.gov.br/ouvidoria/>. Acesso em: 10 set. 2024.

¹¹⁸ <https://www.ssp.pi.gov.br/>. Acesso em: 10 de set. 2024.

¹¹⁹ <https://fundacaocasa.sp.gov.br/>. Acesso em: 10 de set. 2024.

¹²⁰ A defensoria se destaca enquanto atuação em face da gestão, frente à atuação voluntária da entrevistada na Ação Civil Pública 0215700-68.2016.8.19.0001, que objetivou a redução da violência nas operações policiais no complexo da Maré – RJ. Conforme informação contida no currículo da entrevistada, contida no site: https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4761298D6&tokenCaptchar=03AFcW eA5qi5vmuPQA2641yf63zuZrfAPY6mDDEy6fxUmlZd72IPtCilnTKUa139Dn859UGBAVZ7u_8mEsl EphHCYJn28_9BdesFidg

- Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul¹²¹.

Quadro 5 – Vinculação das entrevistadas com instituições voltadas para a segurança pública

ENTREVISTA-DA	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO
Andreia de Oliveira Macêdo	Ministério da Justiça - MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP; Conselho Nacional de Justiça - CNJ; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF	Pesquisadora Assistente (IPEA) 2020/2023; Pesquisadora Sênior (CNJ) 2020/2021; Subsecretária de Segurança Cidadã (SSP/DF) - 2017/2019; Coordenadora do Pacto pela Vida (SSP/DF) – 2015/2016; Monitora do Plano Juventude Viva (Presidência da República) 2013/2014; Coordenação de Pesquisa e Análise da informação (SENASP) 2009/2011, Atuação Programa Brasil Mais Seguro (SENASP)2011/2013; Coordenadora de Pesquisa e Análise da Informação do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal (SENASP) 2005/2008; Consultora para desenvolvimento de Projeto Aprimoramento dos processos de coleta e análise de informações do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal da (SENASP/PNUD); Conselho de Segurança Pública do Distrito Federal, (CONDISP) 2016/ 2017; Programa de Proteção a Crianças e adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) 2017/2018.
Ana Paula Mendes de Miranda	Instituto de Segurança Pública - ISP /RJ	Diretora-Presidente 2003/2008; Vice-Presidente 2004; Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Justiça Criminal e Segurança Pública 2003/2004.

¹²¹ A Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul foi substituída pela Polícia Penal do Rio Grande do Sul, através da Emenda Constitucional N.82 de 10 DE AGOSTO de 2022. Disponível em: <https://policiapenal.rs.gov.br/nossa-historia>. Acesso em: 20 out. 2024.

Izabel Saenger Nuñez	Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ.	Assessora dos Conselheiros na elaboração de suas minutas de voto (MJ) 2008; Agente de Desenvolvimento Local/Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, Porto Alegre/ RS; 2009/2010.
Sílvia Ramos de Souza	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – SSP/RJ. Secretaria de Assistência Social Direitos Humanos - EASDH/BR	Subsecretária (SSP/RJ) 1999/2000; Coordenadora do Centro de Referência Contra a Discriminação Homossexual (SSP/RJ) 1999/2000; Coordenadora da implantação das UPPs Sociais em Favelas do RJ (EASDH/BR) 2010.
Jacqueline de Oliveira Muniz	Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP/MJ Instituto de Segurança Pública Rio de Janeiro. Escola de Serviço Público do Espírito Santo	Diretora do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (SENASP) 2003; Coordenadora Setorial de Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos, SSP/RJ, 2002; Diretora da Secretaria de Segurança Pública, (SSP/RJ)1999; Consultora do Programa de Segurança Pública do Governo do Estado do Espírito Santo (ESESP) 2000.
Bárbara Musumeci Mourão	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro – SESEG/RJ	Subsecretária de Segurança da Mulher (SESP/RJ) 2002; Subsecretária Adjunta de Segurança Pública - Integrante da equipe da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, responsável pela implantação do Programa Estadual de Segurança da Mulher (SESP/RJ) 1999/2000
Julita Tannuri Lemgruber	Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro; Ouvidoria das Polícias no Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Justiça do Rio de Janeiro, SEJ/RJ.	Diretora do Dep. do Sistema Penitenciário /RJ, 1991/1994; Ouvidora das Polícias/ RJ, 1999/2000; Assessora Técnica, 1995/1998 e chefe do serviço de pesquisa - Dep. do Sistema Penitenciário /RJ, 1987/1990; Coordenadora técnico social - Dep. do Sistema Penitenciário /RJ, 1983/1986.

Isabel Seixas de Figueiredo	Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/ Ministério da Justiça – MJ; Organização das Nações Unidas – ONU/ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD; Organização das Nações Unidas- ONU/ Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil/ PNUD Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social SSP/DF Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo - OPESP	Diretora do Sistema Único de Segurança Pública (SENASP/MJ) 2023/Atual; Diretora do Departamento de Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal (SENASP/MJ) 2011/2015; Assessora Especial (SENASP/MJ) 2010/2011; Assessora Especial do Ministro da Justiça (MJ) 2010/2011; Consultora na Produção de documento de referência para basear a elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública do Rio Grande do Norte (ONU/BIRD), 2019; Ouvidora de Polícia do Estado de São Paulo (SSP/SP), Secretária Adjunta (SSP/DF) 2015/2016 Diretora e administradora, Programa de Apoio às Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário (SEDH) 2007/2009
	Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH/ BR Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, SSP/SP Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo/ Secretaria Especial de Direitos Humanos; Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente - ILANUD	Assessora do Ministro/ Diretora Nacional do Programa de Apoio Institucional às Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário (SEDH) 2007/2009; Coordenadora Geral de Direitos Humanos e Segurança Pública (SEDH) 2007/2009 Coordenação da Assessoria Jurídica/ Assessora Jurídica (OPESP) 2001/2003; Representante da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo (SSP/SP) 2001/2003; Coordenadora de Pesquisa (ILANUD) 2005/2007 Consultora técnica especializada para produzir subsídios à qualificação do controle social sobre a atividade policial exercido por meio das Ouvidorias Estaduais de Polícia (PNUD), 2015/2016.

Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí.	Subsecretária (SSP/P) 2015; Secretária Interina (SSP/PI) 2015; Superintendente de Gestão de Riscos e Inteligência Estratégica (SSP/PI) 2019 Diretora de Gestão Interna (SSP/PI), 2015/2019. Corregedora Geral PC/PI, Diretora da ACADEPol/PI.
Marcelle Gomes Figueira	Ministério da Justiça – MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP. Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - RIOSEGURANÇA, ISP Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, SEAP, Brasil	Coordenadora Nacional de Análise Criminal (SENASP) 2003/2004; Pesquisadora/Analista Criminal (ISP/RJ) 2002/2003; Coordenadora de Ensino (SEAP) 2004/2005;
Liana de Paula	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA, São Paulo. Instituto Latino Americano das Nações Unidas Para a Prevenção do Delito, ILANUD.	Assistente de direção (CASA) 2006/2011; Consultora externa (ILANUD) 2007; Pesquisadora (ILANUD) 2003/2005.
Cristina Neme	Secretaria Nacional de Segurança Pública; Secretaria de Segurança Pública de São Paulo; Ouvidoria das Polícias/SP.	Coordenadora Geral de pesquisa e análise da informação (SENASP), 2011/2013; Coordenadora de Análise e planejamento (SSP/SP), 2013/2015; Assessora do Ouvidor (Ouvidoria das Polícias/SP), 2010/2011.
Beatriz Cruz da Silva	Organização das Nações Unidas – ONU/Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura – UNESCO. Organização das Nações Unidas – ONU/ Programas das Nações Unidas para o	Consultora (ONU/UNESCO) para construção e revisão conceitual e metodológica do Programa de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI/ MJ) 2011 Consultora PNUD - Programa Segurança Cidadã (SENASP/MJ) 2010; Construção, Implementação e

	Desenvolvimento no Brasil - PNUD Comissão de Anistia Política/Ministério da Justiça - MJ; Secretaria de Reforma do Judiciário/ Ministério da Justiça - MJ.	Avaliação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, integrando a Secretaria Executiva da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública e a Coordenação Nacional dos Cursos de Capacitação (PNUD/SENASP/MJ) 2009; Responsável pelo planejamento e Secretaria Executiva do “Projeto Pacificar” (PNUD/ONU/MJ) 2008; Coordenadora do Projeto “Mulheres da Paz” (SENASP/MJ) ¹²² .
Letícia Godinho de Souza	Organização das Nações Unidas – ONU/ Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil -PNUD	Consultora de elaboração de manual para a criação e implementação da Central de Vagas no âmbito do sistema estadual socioeducativo ¹²³ , 2021.
Luciane Patrício Barbosa Martins	Secretaria de Estado de Segurança- SESEG/ RJ ¹²⁴ ; Secretaria Nacional de Segurança Pública - MJ ¹²⁵ .	Superintendente de Educação da Subsecretaria de Educação, Valorização e Prevenção da Secretaria de Estado de Segurança do RJ, 2012/2015; Superintendente de Educação (SESEG/RJ) 2013/2015; Membro do Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SESEG/RJ), 2013/2015 Superintendente de Articulação Institucional e Parcerias (SESEG/RJ) 2012/2013. Coordenadora Geral de Pesquisa e Análise da Informação (SENASP/MJ) 2010; Coordenadora Geral da Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania (SENASP/MJ) 2009;

¹²² Informação cedida pela por Beatriz Cruz durante entrevista realizada em 11 de novembro de 2022 para construção deste trabalho.

¹²³ A criação das Centrais de Vagas é uma política inédita em âmbito nacional e foi impulsionada pela decisão do STF proferida no Habeas Corpus 143.988, que tem como finalidade atuar na eliminação da superlotação nas unidades socioeducativas e colaborar para a criação das condições de efetivação da política socioeducativa e do cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes previstos no ECA e no SINASE. Informação contida do currículo lattes da entrevistada.

¹²⁴ A entrevistada salientou que também atuou diretamente na gestão da Conferência Nacional de Segurança Pública e posteriormente atuou como coordenadora geral de pesquisa. No estado do Rio trabalhou durante a gestão de José Mariano Benincá Beltrame até o ano de 2014.

¹²⁵ Concursada em Processo Seletivo Simplificado segundo Processo 08084.000069/2008-28. Informação contida no currículo da entrevistada.

		Assessora Especial do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP) 2009.
Haydée da Glória Caruso	Ministério da Justiça, MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro Secretaria Nacional de Políticas Penais- SENAPPEN -MJ	Assessora da Coordenação Geral de Ensino da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); Coordenadora Setorial de Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (SESEG/RJ) 2002; Diretora da Secretaria de Segurança Pública (SESEG/RJ), Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (SENASP/MJ) 2003; Coordenadora Setorial de Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (SESEG/RJ) 2002; Diretora da Secretaria de Segurança Pública (SESEG/RJ) 1999.
Wânia Pasinato Izumino	Organização das Nações Unidas – ONU/ Mulheres Brasil – UNW, BR. ONU/Mulheres Cabo Verde - UN WOMEN. Secretaria de Política para as Mulheres do Governo Federal.	Consultora Técnica (ONU/MULHERES) 2018/Atual ¹²⁶ Assessora Técnica, elaboração e avaliação de projetos na área de enfrentamento à violência contra as mulheres (ONU/UNW) 2017; Coordenadora de Acesso à Justiça (ONU/UNW) 2014/2016; Consultora Escritório da ONU Mulheres e Instituto Caboverdiano de Igualdade de Gênero para diagnóstico e desenvolvimento de cenários para implementação da Lei de Violência de Gênero (UN WOMEN) 2011/2013;
Christiane Russomano Freire ¹²⁷	Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul;	Diretora da Escola Penitenciária(RS) 2011/2013;
Cristina Gross	Secretaria Nacional de Segurança Pública	Superintendente de Valorização Profissional (SESEG/RJ), 2015/216;

¹²⁶ A entrevistada, em declaração para este trabalho, apontou que atualmente atua em projeto desenvolvido pela ONU Mulher, em parceria com a Secretaria de Política para as Mulheres do Governo Federal.

¹²⁷ A entrevistada apontou a relação de seu cargo com a Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, então responsável pela gestão das Instituições Policiais como IGP (Instituto Geral de Perícias) e Sistema Prisional. A profissional, atuando na gestão foi responsável pela formação e capacitação dos servidores penitenciários.

Villanova ¹²⁸		
	SENASP/MJ); Conselho Nacional de Justiça; Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SESEG/RJ); Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul	Diretora do Departamento de Políticas Programas e Projetos – DEPRO (SENASP/MJ), 2012/2015, Consultoria em Audiência de Custódia no Estado do Rio Grande do Sul (Vinculado ao CNJ), 2019/2020; Conselheira (Conselho Pen. Do Rio Grande do Sul) 2000/2003.

Fonte: Elaboração própria, realizada a partir dos depoimentos das contribuintes e pesquisa curricular das entrevistadas.

De acordo com o cruzamento dos dados obtidos nas entrevistas, currículo das contribuintes e pesquisa realizada nas plataformas eletrônicas das instituições governamentais dos seus efetivos funcionais das 32 (trinta e duas) mulheres apontadas nesta construção acadêmica, ao menos 20 (vinte) delas ocuparam cargos de gestão vinculados à pasta da segurança pública, seus esforços então contidos no Executivo Federal e em parcerias internacionais.

Diante das informações apresentadas anteriormente, há maior expressividade na admissão do quadro feminino em âmbito federal, considerando a distribuição das profissionais no Ministério da Justiça e Segurança Pública, através das suas atuações na Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Nesse contexto, nota-se que parte do envolvimento das profissionais na SENASP também se deu com a participação das mulheres em programas em que havia presença de órgãos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas.

Ao analisarmos o quadro 05, que dispõe sobre as instituições e os cargos ocupados pelas entrevistadas, há nitidamente a participação das profissionais nos espaços que compõe a gestão da segurança pública em âmbito federal, o que favorece o entendimento de que vem sendo criada certa tradição do executivo federal em reconhecer e admitir em seu quadro funcional mais mulheres na pasta da segurança pública.

No ano de 2003, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sete anos após a

¹²⁸ A entrevistada também laborou com a recepção de denúncias de violência que aconteciam dentro das instituições de privação de liberdade, atendimento aos familiares. Também trabalhou com a Comissão de Direitos Humanos. Coordenou a elaboração de um do “Relatório azul”. Participou na criação da Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública, ligada à Secretaria Nacional de Segurança Pública. Posteriormente trabalhou na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro na superintendência de valorização profissional.

criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, houve a incorporação do Projeto Nacional de Segurança Pública, Delgado (2020). Nesse período, ingressaram na equipe da SENASP Jacqueline de Oliveira Muniz e Marcelle Gomes Figueira, que exerceram as funções de Diretora do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública e Coordenadora Nacional de Análise Criminal, respectivamente.

Nas secretarias estaduais de segurança pública, ao considerar os dados levantados e ao observar apenas as mulheres apresentadas neste trabalho, o estado do Rio de Janeiro foi o primeiro a agregar o contributo feminino nos espaços de gestão e exercício de poder relacionados à pasta. A primeira delas foi uma das pioneiras no campo da segurança pública, a socióloga Julita Lemgruber, que exerceu a função de chefe de pesquisa no Departamento do Sistema Penitenciário do supracitado estado, entre os anos de 1987 e 1990, tornando-se a posteriori Diretora do Departamento do Sistema Penitenciário entre os anos de 1991 e 1994, também Ouvidora das Polícias do estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1999 e 2000.

No final da década de 1990 os quadros de gestão da segurança pública no estado do Rio de Janeiro integraram às suas equipes o trabalho de algumas das profissionais aqui estudadas, dentre elas, Jacqueline de Oliveira Muniz, que exerceu a função de Diretora da Secretaria de Segurança Pública no ano de 1999. Também estiveram presentes na gestão Silvia Ramos, Subsecretária nos anos de 1999 e 2000, Leonarda Musumeci e Bárbara Musumeci Mourão, que atuaram enquanto secretárias adjuntas de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro. Nota-se, nas falas das entrevistadas, a figura de Luís Eduardo Soares como um fundamental articulador político, responsável pela formação de uma equipe multifacetada. Conforme entrevista cedida por Silvia Ramos de Souza:

Em 1999, eu junto com Bárbara, Julita, Leonarda, fomos trabalhar com Luiz Eduardo Soares na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro e essa experiência foi muito importante. Nós já formávamos um grupo nas eleições de 1998 no governo Garotinho (Anthony William Matheus de Oliveira). Nós fizemos um grupo de trabalho e nos dividimos em assuntos e temas. E, quando o Garotinho foi eleito nós montamos uma equipe, eu era subsecretária de Segurança Pública, eu era uma das subsecretárias, a Bárbara era outra, a Julita era ouvidora. Tinham vários outros subsecretários homens, mas tinha uma equipe forte de mulheres. A Jacqueline Muniz (Jacqueline de Oliveira Muniz) foi trabalhar no ISP, o Instituto de Segurança Pública, no que depois veio se tornar depois o Instituto de Segurança

Pública. (S. Ramos; entrevista concedida pela autora em 16 de dezembro de 2022).

A partir da experiência da entrevistada, visualiza-se a dinâmica do emprego das mulheres nos cargos de gestão voltados para a segurança pública. O estado do Rio de Janeiro acolheu um pouco mais cedo o contributo das mulheres frente ao gerenciamento da pasta, a partir do trabalho realizado pela equipe montada inicialmente por Luís Eduardo Soares. Esses esforços laborais se aproximaram da proposta realizada posteriormente, no ano de 2003, pelo executivo federal, com uma gestão de segurança mais ampla e próxima de uma perspectiva cidadã e diversa, tendo em vista a amplitude da gestão da segurança pública no Brasil.

O executivo federal, embora não tenha sido o primeiro na recepção das mulheres, admitiu certo redimensionamento de seu quadro funcional a partir da adoção de uma postura política que favoreceu o agregamento de diversos olhares sobre a temática da segurança pública.

Nota-se que, ao ocupar os quadros ligados à gestão da segurança pública, as entrevistadas, em geral, costumam permanecer em cargos de liderança, coordenação, assessoria e ou cargos de igual expressividade no que tange à qualificação técnica e teórica. Existe, presente no trabalho das entrevistadas, um forte engajamento em cargos fundamentais para a gestão, sobretudo no fornecimento de informações estratégicas para as ações governamentais e tomadas de decisão.

Todavia, ainda que sejam visíveis os acúmulos de capitais fundamentais para o acesso e permanência nas cátedras do poder, os louros simbólicos do pertencimento aos quadros funcionais governamentais, Bourdieu (2008), foram poucas as mulheres que exerceram o cargo de secretárias de segurança pública, como no caso da entrevistada Eugênia Nogueira do Rêgo Vila que figurou como secretária de segurança pública do estado do Piauí. Dessa forma, o hiato que se revela no reconhecimento da administração diante da admissibilidade das mulheres nos cargos e esferas de poder não se revela proporcional aos seus contributos.

2.3 A GESTÃO E A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL

Este tópico objetiva concentrar as principais contribuições das entrevistadas no que diz respeito à gestão da segurança pública. Os legados foram destacados a partir da percepção das entrevistadas sobre suas próprias criações na busca por evidenciar não somente o que está disposto nos currículos. Nesse sentido, o aspecto mais importante neste item é possibilitar à percepção do leitor acerca da relevância do trabalho das mulheres na gestão, respeitando as especificidades e subjetividades dos olhares das profissionais sobre suas próprias criações.

Diante disso, o quadro abaixo apresentado, é fruto de um exercício de síntese no qual se retira uma partícula quase nuclear das aproximadas 300 páginas de transcrição, fruto das 32 (trinta e duas) entrevistas realizadas, buscando aproximar-se o mais precisamente possível do olhar das mulheres acerca de suas contribuições.

Quadro 6 - O olhar das mulheres sobre suas construções da gestão da segurança pública

NOME	CONTRIBUIÇÃO NA SEARA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Ana Paula Mendes Miranda	Produção e análise de dados sobre o campo da segurança pública; Formulação, colaboração e instrumentalização de Sistema de Estatística Policial; Análise de dado.
Andréia De Oliveira Macêdo	Diagnósticos sobre o campo para implementação de políticas de segurança pública; Instrumentalização do Sistema Nacional de Estatísticas; Análise de dados e indicadores para instrumentalização de políticas de segurança pública; Pacto Nacional pela Redução de Homicídios; Programa Juventude Viva; Redução da letalidade na vitimização de pessoas negras; Análise de dados de autos processuais para a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
Beatriz Cruz Da Silva	Articulação institucional para políticas de enfrentamento à violência de gênero; Instrumentalização de estudos sobre violência de gênero; Instrumentalização de estudos sobre violência de gênero voltada para mulheres policiais; Prevenção à violência.
Cristina Gross Villanova	Construção da percepção da prevenção como uma

	política pública de segurança.
Cristina Neme	Aprimoramento dos processos de transparência para subsídios de políticas públicas; Análise de dados sobre a efetividade das políticas públicas para promoção de políticas eficazes.
Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa	Participação na elaboração de Projeto de Lei para mudança do Código de Processo Penal; Elaboração de um plano nacional de segurança pública voltado no enfrentamento à violência contra a mulher; Elaboração de Projetos de Lei.
Isabel Seixas de Figueiredo	Elaboração da Portaria nº 02 - Portaria de Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública; Elaboração da Portaria 4226 - Portaria de que versa sobre o uso da força policial.
Jacqueline de Oliveira Muniz	Elaboração de programa de financiamento de linhas de pesquisa Criação de linhas de pesquisa; Formação e capacitação profissional através da criação de linhas de pesquisa; Instrumentalização de recursos técnicos para doutrina policial.
Julita Tannuri Lemgruber	Redução da violência nas prisões.
Lia Zanota Machado	Colaboração para criação da Lei N. 11.340/2006, através do consórcio da Lei Maria da Penha.
Luciane Patrício Barbosa Martins	Valorização Profissional dos profissionais de segurança pública; Criação de Catálogo de Projetos na 1ª CONSEG.
Marcelle Gomes Figueira	Criação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal; Construção de compatibilidade de sistemas classificatórios das diferentes unidades da federação; Aperfeiçoamento de ferramentas de análise de planejamento dos perfis das polícias para planejamento e implementação de ferramentas de gestão.
Sílvia Ramos de Souza	Formação, educação e instrução de policiais com recorte para políticas de combate à LGBTfobia e redução da violência contra travestis que trabalhavam fazendo na orla do Rio de Janeiro; Mediação de conflitos entre policiais e travestis;

	Articulação Polícia, Secretaria de Segurança e Sociedade Civil com o Centro de Referência LGBT.
--	---

Fonte: Elaboração própria, realizada a partir dos depoimentos das entrevistadas.

É possível observar os efeitos que uma carreira acadêmica produz e produziu sobre suas passagens em cargos de gestão para o governo, em alguns segmentos como: construção de políticas voltadas para redução de violência de gênero e minorias; construção de políticas públicas para redução de crimes letais e intencionais contra a vida; desenvolvimento de pesquisas e cursos de formação para valorização de profissionais de segurança pública; políticas de valorização dos recursos humanos nas instituições policiais e gerenciamento e introdução de instrumentos de gestão baseados em análise de fluxo para busca de maior eficácia na implementação de políticas de segurança.

As percepções das entrevistadas acerca dos trabalhos na gestão dialogam no que diz respeito às contribuições serem, sobretudo, coletivas, onde as tomadas de decisão são elaboradas através da movimentação da sociedade civil. Nesse contexto, uma política tradicional de segurança pública precisaria de uma movimentação com adesão da população para reformular seus moldes, agindo de fora para dentro, conforme apontou Sílvia Ramos, que disse:

Eu acho que contribui em quê? Olha, eu vou te falar uma coisa, eu acho que contribui para fortalecer essa posição que eu tenho hoje, que é o que pode contribuir a área da Segurança Pública? É um sentido crítico, é a ideia de que a Segurança Pública nunca será popular; nunca será democrática; nunca será antirracista; nunca será anti homofóbica, se nós do lado de fora, não pressionarmos por isso. (S. Ramos; entrevista concedida pela autora em 16 de dezembro de 2022).

O fragmento destacado acima introduziu a resposta elaborada por Sílvia Ramos de Souza, psicóloga de formação que dedicou sua trajetória profissional aos estudos sobre segurança pública. Ao ser questionada sobre seus contributos na segurança pública, a partir de uma metáfora utilizada durante as entrevistas, afirmou que “se tivéssemos um muro cheio de tijolos e que esse muro fosse o muro da Segurança Pública e tivesse o seu nome”.

Sílvia Ramos também compartilhou experiências que aconteceram durante sua permanência na segurança pública do Rio de Janeiro, quando desempenhou a função de subsecretária, revelando a importância do olhar interseccional, sobretudo

no que tange à pauta da diversidade sexual e racial. Sobre a experiência com a população LGBTQIAPN+ e a relação com a segurança pública, a psicóloga disse:

Então, essas experiências foram muito impactantes, não só nas nossas vidas, mas na vida das polícias. Eu me lembro que nós fazíamos, por exemplo, palestras dentro do QG e batalhões sobre homofobia e a necessidade de respeito à população LGBTQIA+, que na época se chamava ainda a população homossexual. Estava entrando a expressão GLBT e muitos ainda chamavam de GLS, gays, lésbicas e simpatizantes. O pessoal da polícia brigava, é gays, lésbicas e suspeitos. Era o centro de referência de defesa homossexual, DDH, criou um sistema telefônico para emergências DDH, Disque Defesa Homossexual. Depois, às vezes, o pessoal usava GLS, depois começou GLBT, depois LGBTQIA+. Mas, na época, ainda a expressão homossexual era usada pelos próprios movimentos. Nós adotamos tudo o que os próprios movimentos, no caso aqui do Rio era o grupo arco-íris. E, era como sempre, a temática trans. era muito forte na área da Segurança, tanto em relação a serem as maiores vítimas, principalmente as trans. negras, como principal. Então, eu juntava a coisa da interseccionalidade, juntava a temática da diversidade sexual com a temática da razão racial. Então, tanto por ser as maiores vítimas, mas, também, por serem os maiores problemas da polícia. Então, os policiais ligaram para nós lá no centro de referência: “professora, pelo amor de Deus, as travestis em Copacabana estão arrebatando, nós não paramos de receber denúncia de morador que chamou a polícia porque elas estão fazendo a confusão na frente dessas casas, não deixa moradores dormir”. Então, nós tivemos várias experiências também de mediação e de colocar em contato. Nós tínhamos lá com a gente, dentro do centro de referência a Jovanna Baby (Jovanna Cardoso da Silva), que, só para dar um exemplo, que era uma liderança travesti nessa época muito famosa, muito ativa. No final, era Jovanna Baby, nós promovemos os encontros, conversando com o comandante do 19º batalhão que é o comandante da área de Copacabana, coronel Belo. Então, essas experiências das próprias travestis, na época, havia só a expressão travesti, praticamente estava começando a ideia da transexualidade. Então, essa experiência de levar grupos de trans para dentro de batalhões e os policiais ficaram todos assim, parados, chocados e “esse comandante, é doido receber essas mulheres” e as trans com aquele salto batendo ali no batalhão. Então, foi uma experiência muito interessante tanto para as polícias na área de Segurança, como para a sociedade civil. (S. Ramos; entrevista concedida pela autora em 16 de dezembro de 2022).

Sobre a pauta racial, temática encontrada nos trabalhos da gestão pública de outras entrevistadas, Silvia Ramos, apresenta mais uma vez sua percepção sobre a importância da imprensa e do movimento negro acerca da relação da polícia com a população negra. Ao final, lamenta o avanço da extrema direita dentro das polícias no mundo e a necessidade do controle destas, citando casos como George Floyd. Conforme trecho, em destaque.

O movimento negro já era muito forte, mas cresceu muito e impôs, embora, até hoje 87% dos mortos decorrentes de ação policial no Rio de Janeiro são jovens negros de favelas, mas é muito difícil nós dizermos que nós ganhamos ou perdemos. Mas foi uma coisa muito impactante e deu uma mexida no conceito de Segurança Pública nesse período. Olha, eu acho que

o muro me mudou. Eu diria que eu mudei, eu tinha uma perspectiva 25/30 anos atrás de que seria possível mudar a polícia. Eu investi, eu apoiei, eu participei diretamente, pessoalmente de algumas experiências. Não só essa como a que eu mencionei dos centros de referência, todos eles, mas também na época das UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) social. Eu fiz pesquisas sobre policiamento comunitário, houve nos anos 80 e 90 um boom de experiências de policiamento comunitário pelo mundo e pelo Brasil também. Nós tivemos o coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, Comandante Geral da Polícia Militar, o coronel negro digno que produziu muita esperança e tudo mais e falou de policiamento comunitário e ainda no governo Brizola ele disse: “policial não está aí para abrir porta de barraco com botina e tudo mais, nós não vamos fazer isso”. Então, houve muitos momentos em que eu escrevi sobre isso, acreditei nisso. Então, hoje eu acho que a polícia precisa ser controlada. Eu não tenho mais. Eu acho que a polícia no mundo inteiro, polícias do mundo inteiro, polícias e forças de segurança no mundo inteiro se tornaram um campo da extrema-direita, da direita e da extrema direita. Não é só no Brasil. No Chile, por exemplo, que você teve uma guinada democrática, as polícias contra as manifestações arrebatam os manifestantes de esquerda. Na Alemanha, em países democráticos acabaram de fechar uma unidade polícia lá, porque era totalmente nazista, de uma ponta à outra, de cima a baixo, do comandante aos policiais da ponta. No Brasil, o que aconteceu durante o período Bolsonaro, eu não acho que foi o bolsonarismo que tornou alguns policiais de direita, eu acho que foi a polícia que criou um fenômeno como o bolsonarismo. Eu acho que a polícia é uma instituição. Você vê nos Estados Unidos, também, quanto problema teve. O presidente Obama como presidente, nós já tivemos vários presidentes democráticos, não é um problema do governo Trump. Então, um caso como o de George Floyd, que acaba tendo um imenso impacto por aquele representa muitos casos. Aquilo que nós assistimos causou uma indignação porque nós sabemos que aquilo não é um caso isolado. Então, hoje, eu diria que nesse muro quem mudou fui eu. Eu acho que contribui em quê? Olha, eu vou te falar uma coisa, eu acho que contribui para fortalecer essa posição que eu tenho hoje, que é que o que pode contribuir a área da Segurança Pública é um sentido crítico, é a ideia de que a Segurança Pública nunca será popular, nunca será democrática, nunca será antirracista, nunca será anti homofóbica, se nós do lado de fora não pressionarmos por isso. (S. Ramos; entrevista concedida pela autora em 16 de dezembro de 2022).

A preocupação com o avanço de um pensamento ultraconservador de extrema direita e sua influência sobre as organizações policiais foi uma constante nas entrevistas, sobretudo, em razão do período em que a maior parte das entrevistas foi realizada entre os anos de 2022 e 2023, ainda sob a influência do distanciamento social promovido pela pandemia de COVID-19. Este foi um momento de constante presença constante dos discursos anti-vacina e, sobretudo, diante da forte polarização política e manifestações pró-ditadura.

Contudo, as observações sobre a gestão da segurança pública e do esvaziamento das políticas de construção popular foram destaques não somente quando as profissionais falaram sobre a atualidade, mas também quando apontaram para suas frustrações na gestão da segurança pública no Rio de Janeiro. O relato de

Bárbara Musumeci Mourão exemplifica uma espécie de desapontamento coletivo vivenciado pelas profissionais com as interrupções de trabalhos e esvaziamento de discussões caras à pasta. Nesse sentido, a entrevistada disse:

No CESeC, eu coordenei aquele RENAESP (Programa RENAESP Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública), que era aquele curso de formação de Direitos Humanos e tal. A gente fez duas turmas, foi muito legal e eu pensava “puxa „está” começando uma discussão num outro patamar no Brasil inteiro, estou participando disso isso é muito legal e tal”. Hoje a gente vê, não tem mais. Aquelas pessoas com quem a gente dialoga, que chegaram ao comando da polícia aqui como: Ibis (de Souza Pereira), o Robson (...). Nomes assim tão importantes para a polícia se pensar, né... O Ubiratan (Ângelo), essas pessoas já estão todas fora da polícia. A gente nem sabe mais quem que tá. Eu não tenho mais contato nenhum. A impressão que dá é que aquilo sumiu assim, em termos de resultado prático sabe? Então eu entendo deve ter gerado outros grupos, outras reflexões, mas concretamente assim, eu tenho um pouco dificuldade. E nesse grupo, como eu estava te falando, eu estava muito focada nessa área de gênero. Na época da secretaria (SSP/RJ), a gente conseguiu fazer bastante coisa legal, mas num dia quando acabou o governo tudo foi desmantelado, sabe? Então tem uma frustração também que fala né sobre essa contribuição (B. Mourão, entrevista concedida pela autora em 17 de novembro de 2022)

No geral, nas entrevistas houveram outras demonstrações de frustração diante do desmantelamento de políticas de segurança pública, sobretudo, as voltadas para redução de homicídios, violência doméstica, valorização dos profissionais, dentre outras. Situações estas que foram latentes diante do cenário político em que o Brasil se projetava com a ameaça ao Estado Democrático de Direito e as manifestações ultraconservadoras. A radicalização política e a relação com as polícias foram assuntos constantes, temas que, por adequação à proposta da pesquisa, não foram explorados, embora a percepção das frustrações tenha ajudado a moldar as limitações do trabalho exercido pelas mulheres na gestão pública.

Nota-se que as mudanças dos cenários políticos onde não se considerou uma agenda de políticas de segurança pública, mas sim que mais aproximam do perfil dos gestores eleitos, tiveram como consequência a descontinuidade de projetos exitosos, a estagnação das ações de prevenção à violência e a baixa eficiência das ações do Estado frente às crescentes de violência. Por outro lado, as mulheres também se empenharam em outros caminhos, sobretudo, o da educação e das instituições não governamentais, atuando em outra dimensão de liberdade acerca de suas produções.

3 A EDUCAÇÃO E A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES PARA O CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA

No capítulo anterior, evidenciamos os reflexos do histórico de gerenciamento da segurança pública no Brasil no cenário contemporâneo, desvelando quais performances corporais e laborais são mais admitidas e legitimadas para o exercício do poder de falar e representar a pasta da segurança pública.

Todavia, apesar dos espaços de exercício de poder e tomada de decisão se apresentarem pouco flexíveis na admissão da diversidade de sujeitos e categorias que se debruçam sobre a segurança pública no Brasil, sobretudo nas esferas estaduais, a atuação das profissionais aqui destacadas traçaram o que pode ser entendido como linhas iniciais na construção de um legado feminino na administração pública e ofereceram uma possibilidade de vislumbrar modelos de gestão de segurança pública baseados em ações, comportamentos e políticas menos ortodoxas.

Neste terceiro capítulo, abordaremos a participação das entrevistadas no

exercício da docência, pesquisa acadêmica e instituições não governamentais que se debruçam sobre o campo da violência urbana e segurança pública no Brasil. Analisaremos como o espaço acadêmico se comporta na produção de conhecimentos acerca da segurança pública, bem como se dá a dinâmica de atuação das profissionais nos espaços de liberdade de cátedra associada à sociedade civil organizada diante dos paradigmas presentes no modelo de segurança pública no Brasil.

3.1 O SABER E O PODER NA EDUCAÇÃO COMO UM EXERCÍCIO DE LIBERDADE

“O único espaço de liberdade que a gente tem, quando tem, é o da academia”. A reflexão da professora Dr^a Cristina Zackseski realizada durante uma reunião de orientação no ano de 2024 conduzirá as linhas deste capítulo, juntamente com as considerações das profissionais acerca da educação como mola mestra no exercício das liberdades profissionais, bem como um instrumento de acesso aos espaços de decisão e mitigação de direitos por parte de grupos desprivilegiados no campo da segurança pública.

Conforme apontado no primeiro capítulo, o ingresso na universidade e a obtenção das titulações acadêmicas, notadamente, favoreceram a inserção e a manutenção do trabalho das mulheres no campo da segurança pública no Brasil. Este é um aspecto indispensável na gestão, tendo em vista a expressividade na ocupação de funções de consultoria, coordenação, desenvolvimento de pesquisas, assessorias técnicas e afins. Também, destaca-se o ingresso no magistério superior, sobretudo nas instituições públicas de ensino em que o capital intelectual conferiu às mulheres notoriedade nos espaços de disputa pelo poder.

Ao avaliarmos a representatividade feminina na segurança pública em um contexto que transpassa a formação do campo e a consolidação de suas carreiras a partir das suas formações acadêmicas e ingresso nos espaços laborais voltados para a gestão oferecidos pela administração pública, é notável que as mulheres estudadas necessitaram de uma gama de capitais para que, de fato, pudessem ingressar em um jogo, predominantemente político, de amplas narrativas, disputas por espaços de prestígio e, sobretudo, de reconhecimento por parte das gestões

pública.

As universidades, compreendidas majoritariamente enquanto espaços de consolidação da ciência, consagração da produção literária e reduto de construções teórico-políticas que por muito tempo foram quase que exclusivamente espaços de discursos dominantes, modelos tradicionais de epistemologias elitizadas passaram por mudanças. Na contemporaneidade subsídios fundamentais no questionamento da despolitização dos corpos e sujeitos frente às políticas estatais e ações institucionais voltadas para a segurança pública no Brasil.

Obviamente, enquanto espaços de disputa de poder, as instituições de ensino superior, sobretudo as universidades públicas, apresentam-se, assim como o campo da gestão, como um considerável espaço de exercício do poder para aqueles e aquelas que almejam respeito e projeção das suas formulações intelectuais. O campo intelectual, então, tem a prerrogativa de projetar sujeitos e grupos às esferas de poder, notoriedade científica e prestígio social. Nesse sentido, considerando o campo intelectual, à luz dos estudos de Pierre de Bourdieu, Pereira acrescenta:

Para além da similaridade com outros campos, o campo intelectual se diferencia pela sua heterogeneidade, já que a definição do que é um intelectual é alcançada pela participação e consagração em diferentes campos (como o científico, o literário, o político), visto que não existe um diploma que detenha o poder de atribuir a alguém o status de intelectual. O campo intelectual, assim, concentra dentro dele outros campos que contribuem para defini-lo (campo literário, musical, político, científico) e também para delimitar os objetos de disputa dos agentes do campo (competição por uma colocação política, oportunidade de publicar uma obra, conquista da autoria de uma descoberta científica). (Pereira, 2015, p. 350).

No que tange à educação superior no Brasil, conforme apontado anteriormente, a contemporaneidade acadêmica tem oferecido elementos fundamentais para a desconstrução da ideia de uma universidade que se comportava como um sítio de concepções teóricas e sujeitos reprodutores de padrões que sustentavam a subalternização de corpos, bem como a consolidação de estruturas estigmatizantes de pessoas e grupos sociais. Um ponto fundamental para inserção de novos sujeitos, histórias, contextos sociais e, sobretudo, novos saberes, foi a implementação das ações afirmativas impostas pela Lei N. 12.711/12 (Brasil, 2012) que dispunha sobre a reserva de vagas no ensino superior.

A universidade, um dos berços do construto do campo intelectual, sob o qual deveria diferenciar-se pela heterogeneidade, alcança, no Brasil, maior aproximação

do que se entende enquanto heterogêneo com a substancial aderência das camadas menos prestigiadas da sociedade, sobretudo do ponto de vista racial. A mudança de paradigma na construção de um sujeito intelectual, considerando que “nunca a universidade, os órgãos governamentais, especialmente o Ministério da Educação, produziram, debateram e aprenderam tanto sobre as desigualdades raciais” (Gomes, 2017, p. 114), foi essencial para fornecer os subsídios para os questionamentos voltados para despolitização dos corpos e sujeitos frente aos diversos setores da sociedade brasileira.

As transformações, por óbvio, implicaram também nos estudos sobre a segurança pública no Brasil, uma vez que novos indivíduos foram inseridos nos espaços universitários que, em sua maioria, figuravam historicamente enquanto objeto de estudo por parte da academia tradicional e principais alvos das políticas de controle de corpos das instituições de persecução penal e segurança pública.

Nessa conjuntura de transformação da universidade e dos estudos sobre a violência, o crime e a segurança pública, a pesquisa buscou os espaços de produção acadêmica em que se concentram as entrevistadas contribuintes para esta dissertação, bem as organizações que elas participam ou participaram na busca pelo entendimento de como se dá o trânsito dos seus construtos quando o espaço a ser disputado e ocupado que se alicerça na construção epistemológica.

3.2 MAPEANDO AS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E O TERCEIRO SETOR

Este item objetiva expor os núcleos de pesquisa mais citados pelas entrevistadas, assim como evidenciar os temas mais recorrentes de discussão das referidas instituições e apontar números que representam a adesão de mulheres aos estudos sobre a segurança pública.

Ao analisar a trajetória das profissionais que se dedicam ao magistério superior, suas respectivas instituições de ensino, seus grupos de pesquisa e as organizações não governamentais que integram, primeiramente, vale destacar a trajetória de Maria Stella Grossi Porto. Anteriormente apontada enquanto pioneira no campo de estudos sobre a segurança pública, ela ingressou no quadro docente da Universidade de Brasília (UnB) no ano de 1987. Sobre o seu ingresso no magistério superior, Maria Stella Grossi Porto, disse:

Acabei indo para o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), fui para a pesquisa até que do INEP consegui ser requisitada para UnB. Primeiro eu venho como requisitada, depois da requisição eu vim como um professor substituto. Até fazer o concurso em 1987, eu fiz o concurso para professora e aí entrei como adjunta, mas aí foi na sociologia rural. Ainda trabalhando imagem para a segurança pública que é uma coisa assim, que eu acho que foi ligada às preocupações da pesquisa na área de rural. Porque era um momento da intensificação da modernização da pecuária no Brasil. (M.Porto entrevista concedida pela autora em 21 de março de 2022).

Maria Stela Grossi Porto, referência no ensino e pesquisa na UnB, além de ser uma das vanguardistas no campo, conforme apontado anteriormente, também estabeleceu o pioneirismo feminino e uma quebra de paradigma nos estudos sociológicos do Brasil, sendo a primeira mulher a presidir a Sociedade Brasileira de Sociologia. No que se refere aos grupos acadêmicos que se debruçam sobre a temática da segurança pública brasileira, a socióloga integrou o Núcleo de Estudos Sobre Violência de Segurança – NEVIS, pertencente à UnB, enquanto vice-coordenadora, até a data de seu falecimento em 08 de janeiro de 2023. Posteriormente, em 11 de julho de 2023, em reconhecimento às contribuições acadêmicas da professora emérita, foram concedidas (*in memoriam*) o título de Comendadora da Ordem Nacional do Mérito Científico.

De acordo com o cruzamento das informações obtidas nas narrativas das entrevistadas em conjunto com seus respectivos currículos foram listados os seguintes grupos e instituições:

- Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos – IAC/UFF; o Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança - NEVIS/UnB
- Grupo de estudos sobre as Transformações do Mundo do Trabalho - SOL/UnB e Violência, Cidadania e Segurança - SOL/UnB
- Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários do PPG - Política Social e Direitos Humanos da UCPEL
- Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da UFSCar GEVAC
- Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal - GPESC, do Programa de Pós Graduação em Ciências Criminais e Ciências Sociais da PUCRS
- Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP da UFMG

- Núcleo de Estudos em Segurança Pública – NESP, da Fundação João Pinheiro
- Núcleo de Estudo da Violência – NEV, da Pró-Reitoria da Universidade de São Paulo
- Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Memória e Democracia - IEA/USP.

3.2.1 MAPEANDO OS GRUPOS DE PESQUISA

a) GEVAC – Grupo de Estudos Sobre a Violência e Administração de Conflitos

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) abriga o Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos – GEVAC, atualmente composto por 14 membros, possuindo em seu quadro oito pessoas de gênero feminino, dentre elas, três são entrevistadas que contribuíram para este trabalho acadêmico, sendo elas Liana de Paula, Giane Silvestre e Jacqueline Sinhoretto, atual coordenadora do grupo.

O GEVAC dedica-se aos estudos referentes às políticas e práticas de segurança e encarceramento no Brasil, letalidade na segurança pública, mediação e justiça restaurativa, aprisionamento em massa, táticas para controle de ações criminosas, gestão de policiamento e ostensividade policial, narcotráfico, dentre outros. Contudo, foi possível também observar, para além dos estudos sobre a instrumentalidade policial e ações da administração sobre a violência, a segurança pública e a criminalidade, a atenção para a segurança pública e as relações raciais, tema que não havia sido implantado enquanto linha de pesquisa na UFSCAR.

Diante da questão racial no campo de estudos da segurança pública e da implementação da linha de pesquisa com recorte para raça, Giane Silvestre diz:

Eu acho, que é tanto a produção que é masculina e que é branca, inicialmente, a produção acadêmica nessa área de segurança pública é que teve mais reconhecimento ela não olhou para essa questão racial. Eu acho que é uma coisa recente, que os homens brancos que produzem esse conhecimento passaram, recentemente, a olhar para a questão racial e eu acho que essa pesquisa que a gente fez lá em 2014 foi fundamental para pautar isso dentro da segurança pública. Tanto que a Jacqueline (Sinhoretto) fundou uma linha de pesquisa que se chama Segurança Pública e Relações Raciais lá na UFSCAR que não tinha essa linha. Ela criou essa linha depois desse estudo. Então, eu acho que tem uma

mudança recente de passar olhar para raça como um elemento, não elemento, mas como uma categoria de análise mesmo quando você está fazendo uma pesquisa científica sobre segurança pública (G. Silvestre, entrevista concedida pela autora em 05 de agosto de 2022).

Neste caso, o grupo acadêmico apresentou não somente a preocupação com a perspectiva da violência, mas atentou para a importância de uma discussão racializada sobre a segurança pública, obtendo como ação destacada a implementação da linha de pesquisa.

b) NEVIS/DF - Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança

O NEVIS, pertencente à Universidade de Brasília, possui entre seus membros 06 (seis) pessoas do gênero feminino, das quais 03 (três) contribuíram para essa pesquisa, sendo elas: Analía Soria Batista, Haydée Glória Cruz Caruso e Marcelle Gomes Figueira. Além das interlocutoras citadas, menciona-se Cristina Maria Zackseski, orientadora deste trabalho e outras 14 (quatorze) pessoas do gênero masculino.

As produções do grupo de pesquisa são voltadas para violência, avaliação de crimes letais e intencionais contra a vida, democracia, segurança cidadã, pesquisa de fluxo de justiça criminal, formação e prática policial, gestão municipal das ações de segurança pública, dentre outros assuntos voltados para o campo da segurança pública. Destaca-se que Haydée Glória Cruz Caruso, integrante do NEVIS, participou da gestão administrativa e, dentre outras atribuições, exerceu a função de Assessora da Coordenação Geral de Ensino da SENASP, responsabilizando-se também pelo aperfeiçoamento dos profissionais técnicos da segurança pública. Sobre a relação do seu trânsito na educação e na gestão da segurança pública, Haydée Caruso diz:

O Ministério da justiça me dá uma projeção em âmbito dos governos, dos governos estaduais, do governo federal e por eu ter coordenado a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, que reúne essas especializações em segurança pública, que lá em 2000 fui aluna de uma especialização, como eu te contei. E anos depois, em 2009, eu passo a coordenar essa rede que reúne universidades do Brasil inteiro, públicas e privadas. Eu viajo o Brasil inteiro dando aulas inaugurais nessas especializações e tudo mais, então ali no governo federal eu consigo entender como funciona a máquina, como funciona o papel da SENASP- Secretaria Nacional da Segurança Pública, incidindo nas políticas locais, no desenho, no acompanhamento, na implementação, em parceria com as

outras unidades federativas, então eu ganho outra experiência. (H.Caruso, entrevista cedida pela autora, realizada em 20 de janeiro de 2022).

A relação da entrevistada com gestão pública, a dedicação dela à pesquisa científica e à formação de técnicos de segurança pública e coordenações de especializações, sugere o fluxo e a troca de informações entre a academia e a base da segurança pública. Nesse caso, os técnicos (policiais, agentes, guardas), a ponta da lança do trabalho das instituições, por outro lado, também apontam para a possibilidade de propagação de conhecimentos em aspectos pouco explorados nas formações tradicionais dos policiais. Outrossim, Haydée Caruso, juntamente com Analía Batista, também integra parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília - PPGSOL/UnB.

Analía Laura Soria Batista, por sua vez, também atendeu diretamente profissionais da segurança pública, atuando como orientadora acadêmica na Academia de Polícia Militar do Distrito Federal, em 2005. Anteriormente, atuou ainda como consultora na Academia Nacional de Polícia para realização de pesquisa voltada para o controle internacional de drogas, experiências que contribuíram para enriquecer a percepção sobre o trânsito das estudosas nas instituições e aproximações mais amistosas com os agentes de segurança. Ademais, a estudiosa transita em outras instituições, como Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Violência e Direitos, NEPEM/UnB¹²⁹, dedicado aos estudos sobre a mulher, e o Centro Feminista de Estudos e Assessoria, CFEMEA¹³⁰, instituição feminista voltada para educação, direitos humanos e igualdade racial.

Marcelle Gomes Figueira, por sua vez, exerceu as funções de Coordenadora Nacional de Análise Criminal, vinculada à SENASP, tendo sido pesquisadora e analista criminal do Instituto de Segurança Pública do Rio, e, dentre outros cargos e funções, integrou a equipe responsável pela implementação do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal.

c) GPESC - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do

129

<https://ceam.unb.br/ceam-comunica/outras-noticias/97-nota-de-pesar-nucleo-de-estudos-e-pesquisa-sobre-a-mulher-nepem>

¹³⁰ Disponível em: <https://cfemea.org.br/index.php/pt/>. Acesso em 05 de setembro de 2024.

Sul¹³¹

O Grupo supracitado é voltado para os estudos de controle do crime, práticas de segurança pública e análise dos instrumentos formais de controle social. Marlene Inês Spaniol, pesquisadora do GPESC, também integra o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Seu trânsito na academia enquanto pesquisadora guarda certa peculiaridade, já abordada anteriormente, em razão da sua atuação enquanto policial, pertencente à Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Conforme a entrevistada relata no trecho em destaque:

Eu sou uma das sargentos oriundas dessa primeira turma. Obviamente que na época era uma novidade, imagina no Rio Grande do Sul, naquela época, mulheres policiais femininas? Em todos os lugares que a gente chegava, nas escolas, nos estádios, assim nos viam como quase uns E.Ts. Alguns chegavam, inclusive, a nos perguntar de que estado nós éramos, porque não sabiam que no Rio Grande do Sul tinha polícia militar feminina. Ingressei nesse período e aí no ano de 1998/1997 houve uma mudança na legislação e a possibilidade então de fazer um concurso interno para oficiais e eu fiz para tenente, até em função de uma mudança legislativa que nós tivemos no nosso estatuto. E com 8 anos de sargento, passei então a ser a primeira tenente e também primeira turma e fiquei 6 anos como primeiro tenente. Para se ter uma ideia das resistências corporativas internas, que tu deves conhecer muito bem, assim como eu consegui ser tenente nesta primeira turma, logo que a mudança legislativa se instituiu, depois de 6 anos, se instituiu a mudança para os oficiais. Então, para os oficiais de nível superior, porque até então e, até hoje, o tenente é o último posto do nível médio e aí teve um concurso externo. Eu com 31 para 32 anos, na época teve um concurso externo para oficiais de nível superior, com o requisito da formação jurídica e foi o primeiro estado que fez essa mudança legislativa. Eu novamente fui da primeira turma. Como eu te disse, minha trajetória é muito peculiar (M. Spaniol, entrevista com a autora realizada em 26 de novembro de 2023).

Hoje, pertencente à reserva da Brigada Militar Gaúcha, a pesquisadora reuniu em sua trajetória não somente a formação jurídica, mas a adesão à pesquisa acadêmica e a experiência enquanto oficial de brigada militar. Além disso, a pesquisadora integra o Fórum Brasileiro de Segurança Pública como membro sênior, conselheira e também compõe o comitê de avaliação de boas práticas da instituição. A profissional presenciou pessoalmente as transformações no campo da segurança pública do estado do Rio Grande do Sul, especificamente no ingresso na mulher na carreira Policial Militar, uma vez que foi da primeira turma de praças femininas, tendo sido posteriormente da primeira turma de oficiais e também, após mudança

¹³¹ Disponível em: <https://www.pucrs.br/cbpd/ensino-e-pesquisa/estruturas-de-pesquisa/>. Acesso em 05 de setembro de 2024

legislativa, fez parte da primeira turma de oficiais de nível superior, quando foi instituída a formação superior jurídica para ingresso na Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

d) Grupo de Pesquisa Direitos Humanos Memória e Democracia – Instituto de Estudos Avançados - IEA/USP¹³²

Estabelecido pela Universidade de São Paulo, o Grupo de Pesquisa Direitos Humanos Memória e Democracia foi instituído com o fulcro de sequenciar parte dos trabalhos da Cátedra Unesco de Educação para Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, primeira cátedra da UNESCO instalada em um país lusófono¹³³. A entrevistada Wânia Pasinato integra o grupo como co-coordenadora e, além dela, existem outros 26 (vinte e seis) pesquisadores na instituição, dos quais 16 (dezesseis) são do gênero feminino e 10 (dez) são do gênero masculino. O grupo possui ainda outros 16 (dezesseis) pesquisadores colaboradores, dos quais 11 (onze) são do gênero masculino e 05 (cinco) do gênero feminino, cujas pesquisas são direcionadas aos direitos humanos e políticas de gênero.

e) Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos – IAC/UFF

O instituto, pertencente à Universidade Federal Fluminense (UFF), abriga o Departamento de Segurança Pública da supracitada universidade. O Departamento de segurança pública possui 13 (treze) professores efetivos, 07 (sete) pessoas do gênero feminino e outras 06 (seis) do gênero masculino. Destacam-se, dos professores do grupo, 02 (duas) entrevistadas: Jacqueline de Oliveira Muniz e Luciane Patrício.

O IAC/UFF possui uma ampla rede de contatos e pesquisa, uma vez que seus professores também associam-se a outros grupos de pesquisa que são: INEAC – Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos;

¹³²

<http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-pesquisa/grupo-de-pesquisa-direitos-humanos-democracia-politica-e-memoria>

¹³³

<http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-pesquisa/grupo-de-pesquisa-direitos-humanos-democracia-politica-e-memoria>

NECVU – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana; NUFEP – Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas; NUPIJ – Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas; LAESP – Laboratório de Estudos sobre Segurança Pública; NSD – Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito; NECSO – Núcleo de Estudos sobre Conflito e Sociedade; NEPSSE – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sujeitos, Sociedade e Estado; PSIC – Núcleo de Pesquisas sobre Psicanálise e Conflito; PSICOCULT – Núcleo de Pesquisa em Psicoativos e Cultura; e TACAP – Tamoios Coletivo de Assessoria Popular.

- f) Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais Penitenciários do PPG - Política Social e Direitos Humanos da UCPEL¹³⁴

Este grupo, que se iniciou a partir de um protocolo de intenções entre a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul e a Universidade Católica de Pelotas, atualmente direciona seus estudos para Segurança Pública, Sistema Penal e Política Criminal. Abriga três observatórios voltados para a violência, segurança pública e sistema prisional. Atualmente possui 06(seis) pesquisadores, sendo 04 (quatro) pessoas do gênero masculino e 02 (duas) do gênero feminino, dentre elas a entrevistada Christiane Russomano Freire. A instituição possui seis estudantes, dos quais cinco são de gênero feminino e um de gênero masculino.

- g) Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESeC/Universidade Cândido Mendes¹³⁵

O respectivo centro de estudos, que integra a Universidade Cândido Mendes no Estado do Rio de Janeiro, foi um dos pioneiros nos estudos acadêmicos voltados exclusivamente para o campo da segurança pública, debruçando-se sobre temas como violência, direitos humanos, racismo e polícia. Atualmente conta com uma equipe de 30 (trinta) pesquisadores, sendo 20 (vinte) pessoas de gênero feminino e outras 10 (dez) do gênero masculino, possuindo quatro das mulheres entrevistadas como parte da equipe, sendo Julita Lemgruber e Silvia Ramos, que atuam enquanto coordenadoras, Leonarda Musumeci, que participa como pesquisadora associada e

¹³⁴ Disponível em: <https://gitep.ucpel.edu.br/>. Acesso em 15 de setembro de 2024.

¹³⁵ Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/>. Acesso em: 15 set. 2024.

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, integrando a equipe como membro consultivo.

A história de criação do CESeC se distingue das criações dos demais grupos de pesquisa acadêmica e, talvez, seja possível afirmar que se desvincula de um processo padrão de criação de um grupo ou centro de pesquisa universitário. Inclusive, o nascimento do CESeC se alinha à história das mulheres na segurança pública no estado do Rio de Janeiro. O grupo foi criado em um contexto um tanto diferenciado, de acordo com a entrevista cedida por uma das suas co-criadoras Silvia Ramos de Souza, conforme trecho em destaque:

Nós conseguimos, aqui e acolá, juntar um ou outro policial mais consciente e entusiasmado com o tema que nos ajudava a fazer parte ali, mas ele era preenchido, principalmente, por representantes das organizações não governamentais, movimentos sociais coletivos e sociedade civil. Esse sonho funcionou por 01 ano e 03 meses e depois por problemas políticos, está tudo documentado, está tudo escrito e muito bem escrito e documentado no livro *Meu Casaco de General* e entre muitos outros, entre documentação de imprensa e tudo mais. Nós saímos, fomos demitidos e criamos o CESeC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) com 04 coordenadoras mulheres, Julita (Julita Tannuri Lemgruber), Bárbara (Bárbara Musumeci Mourão), Leonarda (Musumeci) e eu, mas também já tinha algumas pessoas que estavam conosco, Dorian e outros mais jovens que estavam ali na Secretaria, também, foram abrigados pelo professor Cândido Mendes, a Universidade Cândido Mendes disse: “você podem montar o centro de vocês aqui dentro da universidade e vamos dar um apoio básico para vocês, que é pagar o salário básico das coordenadoras, contratar uns 02 ou 03 funcionários. (S. Ramos; entrevista concedida pela autora em 16 de dezembro de 2022).

A autora apontou que depois da experiência na gestão enquanto subsecretária de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, após intempéries políticas, saiu da administração pública e fundou, com o apoio de uma das maiores referências intelectuais brasileiras, Candido Antônio José Francisco Mendes de Almeida, o centro de estudos. O CESeC é dedicado às demandas sociais, projetando-se além da universidade, sendo hoje uma referência nacional quando o assunto é a discussão sobre segurança pública. Apresenta-se como um importante polo de discussão e promoção de ações voltadas para articulação de ativistas, pesquisadores e estudantes, sobretudo, pessoas oriundas das comunidades cariocas com um plano de ação antirracista iniciado no ano de 2017.

h) Núcleo de Estudos em Segurança Pública – NESP/ Fundação João

Pinheiro¹³⁶

O núcleo de estudos sobre segurança pública no Estado de Minas Gerais, o NESP, é sítio na Fundação Pinheiro, instituição que formou Ludmila de Mendonça Ribeiro e que possui Letícia Godinho de Souza no rol de profissionais. O NESP atua desde os anos 2000 nos estudos sobre violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal e, atualmente, possui 11 (onze) pesquisadores dos quais 06 (seis) são do gênero feminino e 05 (cinco) são do gênero masculino. Além disso, o núcleo de estudos possui 04 (quatro) integrantes enquanto pesquisadores colaboradores, assistentes de pesquisa e estagiários, 03 (três) do gênero feminino e um do gênero masculino.

i) Núcleo de Estudos da Violência – NEV/USP¹³⁷

Fundado em 1987, o NEV/USP dedica-se à pesquisa a partir do tripé de estudos sobre a violência, democracia e direitos humanos. Com 100 (cem) integrantes, é um dos maiores grupos de pesquisa acadêmica destacados nesta construção teórica. O Núcleo está dividido em coordenação, com 03 (três) pessoas de gênero masculino, vice-coordenação com 01 (uma) pessoa de gênero masculino e 01 (uma) de gênero feminino, além de pesquisadores, sendo 21 (vinte e uma) pessoas de gênero feminino, 17 (dezessete) de gênero masculino e 01 (uma) pessoa não binária. Também agrega pós-doutorandos, sendo 10 (dez) de gênero feminino e 05 (cinco) de gênero masculino, assim como pesquisadores associados, sendo 09 (nove) de gênero feminino e 11 (onze) de gênero masculino. Entre os graduandos, 11 (onze) são de gênero feminino e 04 (quatro) de gênero masculino. A equipe de comunicação e divulgação, por sua vez, possui 01 (uma) pessoa de gênero feminino e 01 (uma) de gênero masculino. Por fim, a equipe administrativa onde 03 (três) pessoas são de gênero masculino e 02 (duas) de gênero feminino. Atenta-se que, até o final dessa pesquisa, o NEV foi o único núcleo em que havia uma pessoa com nome não binário, dessa forma, ao buscar as informações sobre

¹³⁶

Disponível

em:

<https://fjp.mg.gov.br/nucleo-de-estudos-em-seguranca-publica-nesp/#:~:text=O%20N%C3%BAcleo%20de%20Estudos%20em,2000%2C%20quando%20foi%20formalmente%20institu%C3%ADdo.>
Acesso: 09 set. 2024.

¹³⁷ <https://nev.prp.usp.br/sobre/equipe/>

seu perfil, identificou-se uma declaração de não binariedade. O supracitado núcleo de estudos possui em seu quadro a pesquisadora Giane Silvestre.

j) Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP/UFMG¹³⁸

O CRISP, centro de estudos pertencente à Universidade de Minas Gerais (UFMG), possui 08 (oito) professores, dos quais 04 (quatro) pessoas do gênero feminino, sendo uma delas a professora Ludmila de Mendonça Lopes Ribeiro, e 04 (quatro) de gênero masculino, além de 37 (trinta e sete) pesquisadores, sendo 25 (vinte e cinco) pessoas de gênero feminino e 12 (doze) pessoas de gênero masculino, bem como 15 (quinze) bolsistas de graduação, 10 (dez) de gênero feminino e 05 (cinco) de gênero masculino e, por fim, 05 (cinco) bolsistas de nível médio, 04 (quatro) de gênero feminino e um de gênero masculino. O grupo se dedica às pesquisas sobre segurança pública, estando dentro dos grupos de estudos universitários aqui destacados, sendo o mais volumoso, com um total de 65 (sessenta e cinco) integrantes, com uma variedade de formação acadêmica entre os pesquisadores, mas com predominância na área das ciências sociais. Além disso, o CRISP/UFMG possui uma coluna exclusivamente feminina denominada “Por elas”, que entre os anos de 2020 e 2021 dedicou-se à produção de conteúdos voltados para a segurança pública, letalidade policial, crise sanitária, violência e outros temas com recorte de gênero e raça.

Os grupos representam uma parcela dos centros de estudos universitários que se dedicam à temática da segurança pública, inclusive, um recorte do perfil dos seus integrantes é composto massivamente por mulheres que discutem segurança pública em diversos segmentos. Os dados expostos foram extraídos dos sites institucionais e, em alguns casos, da plataforma Lattes, contudo, nem todos os grupos tinham a relação dos seus integrantes, impossibilitando numerá-los precisamente, podendo ter alguma variação.

Em toda a disposição sobre os grupos nota-se que há binaridade de gênero (masculino e feminino), com exceção da apresentação de uma pessoa não binária pertencente ao NEV/USP. Houve uma análise além da pesquisa nos sites institucionais, fazendo-se presente a busca curricular dos integrantes que

¹³⁸ Disponível em: <https://www.crisp.ufmg.br/>. Acesso: 09 set. 2024.

apresentavam nomes neutros ou estrangeiros. Assim, os nomes neutros foram pesquisados ainda em outras plataformas, como os sites de outros núcleos e na plataforma lattes, também pelas redes sociais, entre outras fontes, com o intuito de verificar como as pessoas apresentavam suas identidades de gênero. Ademais, parte considerável dos grupos exibia as fotos dos seus integrantes com o pequeno resumo curricular e trajetória, sendo possível observar suas apresentações e elaborações teóricas. As pessoas dos grupos foram numeradas com o objetivo de proporcionar ao leitor a percepção sobre a inserção das mulheres e de pessoas não binárias. Enfatizando suas identidades de gênero em cada grupo, nesse sentido, foi necessário utilizar outras estratégias de busca, além da plataforma lattes.

Conforme apresentado anteriormente uma das perguntas respondidas pelas entrevistadas foi: o que a senhora percebe (no campo) quando se trata das relações étnico-raciais? As entrevistadas demonstraram preocupação com a pouca diversidade étnico racial quando se trata dos espaços de poder no campo da segurança pública, tanto no universo da academia e das pesquisas, quanto na gestão. Foi possível notar, a partir da disposição dos resumos curriculares e fotografias disponíveis nos sites dos grupos de estudos, a predominância de fenótipos socialmente tidos como brancos, quando observados os doutores e professores integrantes dos grupos de pesquisa, algo que varia quanto aos estudantes de graduação e mestrado.

Ao observar apenas os grupos que dispuseram as fotografias dos seus integrantes, é possível notar sensivelmente uma diversidade mais predominante no CRISP/MG e no CESeC. Este último possui uma característica peculiar, embora tenha sido criado em instituição privada de ensino superior, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania se aproxima do perfil das organizações civis.

3.2.2 MAPEANDO AS ORGANIZAÇÕES CIVIS

Em relação às Instituições da Sociedade Civil, destacaram-se: O Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, o Instituto Sou da Paz e a Empresa Social Viva-Rio.

a) FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹³⁹

O FBSP, organização não governamental composta por uma rede de colaboradores, dentre eles, administradores públicos, policiais, profissionais vinculados ao sistema de justiça, ativistas e pesquisadores, dedica-se inteiramente às discussões voltadas para a segurança pública em diferentes eixos temáticos. Atualmente, somam-se 103 (cento e três) integrantes divididos entre equipe técnica, associados seniores, planos e membros contribuintes. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública apresenta maior diversidade regional entre seus membros com representantes de todas as regiões do país, contudo, ainda concentra a maior parte deles oriundos do eixo sul e sudeste. Em sua equipe operacional, incluindo os conselheiros, existem 20 (vinte) pessoas de gênero feminino e 16 (dezesesseis) pessoas de gênero masculino. Entre os integrantes da equipe, destacam-se três entrevistadas: Samira Bueno, Marlene Inês Spaniol e Paula Ferreira Poncioni. As citadas também integram o grupo dos membros seniores juntamente com outras sete entrevistadas: Giane Silvestre, Haydée Glória Cruz Caruso, Isabel Seixas de Figueiredo, Jacqueline de Oliveira Muniz, Jacqueline Sinhoretto, Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro e Silvia Ramos de Souza.

b) Instituto Sou da Paz¹⁴⁰

Iniciado por uma campanha estudantil pró-desarmamento, o Instituto Sou da Paz volta-se para o estudo e implementação de políticas públicas direcionadas para a segurança pública e redução da violência. Atualmente, conta com uma equipe total de 48 pessoas, divididas entre membros associados, com 08 (oito) pessoas do gênero feminino e 06 (seis) pessoas do gênero masculino, equipe técnica, com 20 (vinte) pessoas do gênero feminino e outras 05 (cinco) do gênero feminino, conselho diretor, com 05 (cinco) pessoas do gênero masculino e outras e 02 (duas) do gênero feminino e, por fim, conselho fiscal com 02 (duas) pessoas do gênero masculino e uma pessoa do gênero feminino. Duas entrevistadas são integrantes do Instituto Sou da Paz, sendo a Beatriz Cruz, associada, e a Cristina Neme, coordenadora de projetos.

¹³⁹ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso 09 set. 2024.

¹⁴⁰ Disponível em: <https://soudapaz.org/>. Acesso 09 set. 2024.

c) Organização Viva Rio¹⁴¹

A Organização identificada como empresa social foi criada em 1993 na cidade do Rio de Janeiro, dedica-se à “contenção da violência” e ao trabalho de promoção de cidadania e direitos humanos nas localidades expostas à vulnerabilidade social e pobreza. Nacionalmente reconhecida pelo trabalho desenvolvido nas comunidades cariocas, a instituição marcou a trajetória laboral de Haydée Caruso. Conforme trecho em destaque:

Eu já tinha sido convidada para integrar a equipe de pesquisadores da ONG Viva Rio, então eu saí do Disque Denúncia. Na época, eu era coordenadora de projetos do Disque e sigo. Ou seja, eu fiquei um pouco mais de um ano no Disque Denúncia, entre o fim de 1999 até 2000 e entro no Viva Rio. Se o Disque Denúncia foi o que me levou até a especialização e a UFF me abre portas para o mundo acadêmico, o Viva Rio que abre portas para o mundo da Segurança Pública, feito a partir da sociedade civil organizada, então eu passo 10 anos no Viva Rio e eu sou desde pesquisadora de campo até coordenadora de projetos latino-americanos – (H. Caruso, entrevista concedida pela autora em 22 de janeiro de 2022).

Há cerca de 20 anos, a empresa social passou a projetar-se no cenário internacional ao trabalhar na implementação da Missão de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil. Não foi possível computar o número de integrantes ao consultar o sítio eletrônico institucional.

As organizações não governamentais citadas pelas entrevistadas são conhecidas pelo notório engajamento nas ações voltadas para o exercício da cidadania, proteção aos direitos humanos e estudos voltados para a segurança pública no Brasil. As associações às instituições e centros de pesquisa constituem-se como elementos essenciais na trajetória das profissionais. Nesse contexto, é possível delinear as contribuições das mulheres para o campo da segurança pública na educação e no ativismo social.

3.3 A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NA SEGURANÇA PÚBLICA UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO

Este item possui, assim como o tópico 2.4 desta construção dissertativa, como principal objetivo apresentar as principais contribuições das mulheres na

¹⁴¹ Disponível em: <https://vivario.org.br/>. Acesso: 09 set. 2024.

segurança pública, contudo, desta vez observaremos seus olhares sobre as construções na educação e na participação nas instituições da sociedade civil organizada. Conforme disposto anteriormente, o quadro a seguir se configura como um exercício de sintetização das contribuições das mulheres a partir do olhar sobre seus trabalhos. Dessa forma, apresenta o que foi relevante na produção acadêmica e participação na sociedade civil, preservando o lugar das profissionais como donas das suas próprias trajetórias e senhoras do que efetivamente consideram importante como parte de seu contributo para a educação e instituições não governamentais.

Quadro 7 - Os contributos das interlocutoras na educação, na pesquisa e no ativismo social

NOME	CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO, PESQUISA E SOCIEDADE CIVIL
Analía Laura Soria Batista	• Estudos voltados para o sistema Prisional; recursos humanos, relações entre trabalhadores do sistema prisional e presos; • Estudos voltados para a relação entre o Estado e a criminalidade organizada, focados na Sociologia, etnografia e relações humanas.
Barbara Musumeci Mourão	• Formação e qualificação profissional; • Construção de uma relação de altos estudos sobre segurança pública através da RENAESP.
Christiane Russomano Freire	• Construção de estudos sobre o perfil dos agentes (gestores) voltados para privação de liberdade; • Estudos sobre a cultura prisional voltado para a investigação do perfil dos gestores suas concepções e valores.
Giane Silvestre	• Construção de Memória sobre a segurança pública, vitimação; • Estudos sobre a proteção a vítima de tortura por parte das agências estatais, rede de proteção; • Construção de saberes sobre os estudos prisionais contribuição para os estudos prisionais; • Construção de memória e estudos sobre o impacto das Prisões fora do sistema, com foco na família; • Filtragem racial na atuação da Polícia (com Jacqueline Sinhoretto); • Estudos sobre a formação e identidade racial nas instituições policiais militares e reconstrução dos sujeitos; • Estudos sobre a raça gênero e violência.
Haydée Glória Cruz Caruso	• Etnografia no campo de estudos policiais; • Desmistificação do lugar da polícia apenas como construtora da violência; • Elaboração do trabalho “os estudos policiais nas

	ciências sociais brasileiras”, em conjunto com Jacqueline Muniz e Felipe Freitas.
Izabel Saenger Nuñez	• Pesquisas voltadas para a Justiça Criminal como parte do processo de segurança pública; • Pesquisas sobre administração da Justiça Criminal; • Valorização do profissional da segurança pública com atuação na formação dos profissionais
Jacqueline de Oliveira Muniz	• Elaboração de pesquisas aplicadas e segurança pública; • Produção de conhecimento dentro da polícia e valorização do saber policial dentro e fora das polícias; • Valorização do saber policial fora das instituições policiais com formação intelectual, recursos técnicos, inteligência, doutrina policial.
Jacqueline Sinhoretto	• Construção e participação em eventos, fóruns e discussões sobre as mulheres na segurança pública; • Formação de Pessoas; • Pesquisas de caráter autoral; • Coletas de dados com pesquisas multi métodos • Pesquisas sobre racismo instrucional sistematizando dados qualitativos e quantitativos; • Pesquisas e elaborações teóricas sobre racismo e policiamento; • Coordenou de pesquisa sobre segurança pública e relações raciais envolvendo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal e São Paulo; • Construção de redes e parcerias voltada para captação de recursos, inclusive de instituições internacionais para pesquisas sobre a segurança pública.
Joana Vargas	• Estudo de fluxo dentro do sistema de justiça criminal, desde o registro da queixa à execução da pena, relacionado a estupro e outros crimes sexuais, investigando a viés racial; • Análise de fluxo interinstitucional, na perspectiva do sistema de justiça criminal para percepção de como funciona o processo de seletividade e desde a instituição policial até a execução penal, com ênfase da perspectiva racial.
Leonarda Musumeci	• Levou o rigor metodológico da área acadêmica para a sociedade civil organizada (nos trabalhos com o CEsSeC).
Letícia Godinho de Souza	• Formação de pessoas dentro da área de segurança pública desde gestores, administradores, policiais; • Educação voltada para a valorização do corpo humano das polícias.

Lia Zanotta Machado	• Formação e construção de pensamento; • Estudos voltados para entender como a segurança pública pode reduzir a violência contra as mulheres; • Formação capacitação profissional para instrumentalização da segurança pública enquanto campo de proteção para mulher em situação de violência.
Liana de Paula	• Estudos sobre policiamento de manifestações no Brasil, dentro das ciências sociais.
Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro	• Análise de fluxo, padrão de tempo e determinantes de seletividade dentro do sistema criminal; • Cálculo de tempo de processos com a finalidade de entender os padrões de seleção e filtragem das ações no sistema criminal; • Análise de dados qualitativos e quantitativos para verificar identificação de erros do sistema de justiça criminal e de segurança pública com foco em verificar os pontos cruciais dos erros no sistema de justiça criminal; • Estudos voltados para percepção e identificação da seletividade racial e de gênero dentro do sistema de justiça criminal.
Maíra de Deus Brito	• Construção de Memória e estudo sobre a letalidade do Estado acerca do extermínio da juventude negra a partir das mães.
Marcelle Gomes Figueira	• Desenvolvimento de estudos sobre a importância das estatísticas criminais para o planejamento policial, e instrumentalização do trabalho através dos cargos na gestão.
Maria Stela Grossi Porto	• Construção de um olhar sobre a violência e a segurança pública a partir das representações sociais, considerando o objetivo e o subjetivo da violência em uma pesquisa sociológica (Etnografia).
Marlene Inês Spaniol	• Formação Policial e ensino Policial; • Formação do profissional de polícia; • Estudos e formação voltados para a questão da Violência de gênero e vitimação; • Elaboração teórica sobre a Patrulha Maria da Penha.
Nivia Bomfim Queiroz Rodrigues	• Construção da Memória e Perfil dos Profissionais; • Documentação e Memória sobre a formação do currículo policial militar baiano enviesado pela formação norte americana acerca da doutrina de segurança nacional; • Mediação de conflito em ambiente escolar e ação preventiva envolvendo violência com jovens.
Paula Ferreira Poncioni	• Construção de um olhar mais sensível sobre os profissionais de segurança pública; • Construção de teorias voltadas para os recursos humanos, homens e mulheres que fazem a segurança

	pública; • Formação e educação para policiais civis e militares; • Estudos voltados para a valorização dos policiais civis e militares.
Samira Bueno Nunes	• Articulação da Sociedade civil com a temática da segurança pública; • Produzir dados e conhecimento na construção do anuário e do Atlas da Segurança.
Susana Soares Branco Durão	• Estudos sobre as conexões entre a segurança pública e a segurança privada; • Construções teóricas sobre a percepção da segurança no em amplo espectro; • Formação de pessoas nos diversos setores • Estudos voltados para a valorização do profissional de segurança pública
Wânia Pasinato Izumino	• Leitura crítica sobre o papel da segurança pública na resposta e na prevenção de violência de gênero; • Produção de conhecimento sobre delegacias em diferentes momentos da história.

Fonte: Elaboração própria, a partir das entrevistas cedidas pelas contribuintes entre os anos de 2022 e 2023.

3.3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O SABER COMO INSTRUMENTO DE INSUBMISSÃO FEMININA

Conforme apontado anteriormente, a academia sempre representou um espaço de exercício de um poder hegemônico, sob o qual figuravam elites intelectuais que não só representavam grupos privilegiados, como os consolidavam. Assentando-se sobre uma vantagem estrutural estabelecida pela própria formação da sociedade brasileira, os frutos do capital intelectual circulavam e se acomodavam em grupos privilegiados, refletindo nas criações epistemológicas os seus valores, conceitos e padrões comportamentais.

Nesse sentido, as ciências sociais, forte contribuinte para as discussões sobre o campo da segurança pública no Brasil, desde a sua criação e por muito tempo, deixou de analisar, dentre outras singularidades sociais brasileiras, o elemento racial, fundamental para analisar como as ações das polícias refletiam um padrão comportamental edificado sob um histórico de pobreza e escravização implantado no território brasileiro. Logo, o comportamento adotado pela academia, exemplificava o entendimento de Pierre Bourdieu em relação aos intelectuais como

agentes criadores do capital simbólico, exteriorizando os interesses das classes dominantes.

Não indiferente a uma abordagem acadêmica tradicional, a leitura sobre a segurança pública dentro das instituições acadêmicas se sustentaram em discursos intelectuais que, pelas linhas de Elaine Aparecida Teixeira Pereira, corroboraram com Vieira (2008) e Bourdieu (1930-2012), apresentando-se como narrativas elaboradas em núcleos sociais específicos, dos quais as elucidações poderiam se dar apenas em contextos restritos. A preocupação com a elitização do ensino superior e o saber sociológico, sobretudo relacionado à segurança pública, foi abordada nas observações de todas as entrevistadas quando questionadas sobre a presença de pessoas negras e indígenas no campo da segurança pública no Brasil. Ao ser indagada acerca de suas percepções sobre o campo quando se trata da presença de pessoas pretas, a entrevistada Andréia de Oliveira Macedo, respondeu:

Não mesmo, nem um pouco. É tudo achismo ainda, já que não houve contagem, mas é mais provável que haja o percentual mais significativo de mulheres, do que de negros ou negras, mulheres negras. Mulheres brancas é mais provável que haja uma representatividade um tanto quanto maior de mulheres brancas do que de pessoas negras, homens e mulheres negras. Agora, é tudo no campo das percepções, de onde eu transito são percepções sobre essa realidade. Com base nisso, não há um número significativo de pessoas negras não. (AO. Macedo, entrevista concedida pela autora em 24 de agosto de 2022).

A entrevistada, embora ressaltasse que sua percepção não era baseada em um senso, tendo em vista que não havia dados sobre o assunto, traçou seu entendimento de forma fundamentada na própria percepção de haver uma presença significativa de mulheres, ao se referir aos espaços de discussão acadêmica. Andreia de Oliveira Macedo traçou um perfil do que acreditava se projetar sobre o campo, onde havia um número maior de mulheres brancas presentes nos espaços que, por sua vez, seria maior que de pessoas negras. Embora a contribuinte tenha atentado para o fato de que sua resposta se tratava apenas de sua percepção pessoal, considerando que não tinha referencial estatístico, sua noção sobre a diversidade racial no campo dialogou com a percepção de todas as outras entrevistadas.

Já a pesquisadora Giane Silvestre ao ser apresentada ao questionamento de mesma ordem, disse:

Assim, mulheres brancas que são mais privilegiadas (em relação às mulheres negras), já são invisibilizadas nesse campo. Eu acho que isso vem mudando. São duas coisas, uma coisa é que os próprios estudos sobre segurança pública passaram muito tempo sem olhar para a questão racial. Então, você tem um ou outro estudo ali ao longo dessa criação desse campo que se preocupou em olhar para essa desigualdade racial na segurança pública. Embora se falasse, eu acho que os primeiros estudos falavam muito da classe ainda, a classe era uma categoria muito mais usada para se falar dessa desproporção, e menos raça e alguns acabam falando mais recentemente. Mas, eu acho, que é tanto a produção que é masculina e que é branca, inicialmente, a produção acadêmica nessa área de segurança pública é que teve mais reconhecimento não olhou para essa questão racial. Eu acho que é uma coisa recente, que os homens brancos que produzem esse conhecimento passaram, recentemente, a olhar para a questão racial e eu acho que essa pesquisa que a gente fez lá em 2014 foi fundamental para pautar isso dentro da segurança pública (G. Silvestre, entrevista concedida pela autora em 05 de agosto de 2022).

Giane Silvestre apontou, dentre outros aspectos, dois pontos que se destacaram ao longo das entrevistas. Primeiramente, os reflexos da própria conjuntura de hierarquização racial e de gênero brasileira que se projeta sobre o campo, ao enfatizar que, mesmo desfrutando de privilégios, as mulheres brancas ainda são invisibilizadas no campo. O outro aspecto está relacionado à racialização dos estudos relacionados à pasta em que gradativamente, dentro da perspectiva acadêmica, foi ganhando espaço nas discussões, que inicialmente estavam voltadas para os estudos sobre classe. A pesquisadora ainda apontou para um estudo de iniciativa conjunta com Jacqueline Sinhoretto, de caráter inédito, sobre segurança pública e relações raciais na Universidade de São Federal de São Carlos.

Por sua vez, Samira Bueno expressou percepção que conflui com o pensamento das outras entrevistadas, contudo enaltece outra preocupação. Ela diz:

Dentro das perspectivas das questões raciais e de gênero. Eu acho que nas raciais é muito pior. Eu acho que nós avançamos bastante na agenda de gênero e das relações raciais não. Então, eu acho que de uns anos para cá, e é algo muito recente mesmo, pensando nas relações raciais, esse é um tema que entrou definitivamente na agenda e para as organizações ignorarem isso, pega muito mal. O problema é: como é que elas estão incorporando isso de fato? Então, existe uma incorporação genuína dentro da Universidade, eu não saberia dizer da lógica universitária. Quando olhamos para a pós-graduação, vemos que é muito mais representativa hoje. Mas quando nós pensamos, por exemplo, na sociedade civil organizada, eu vou usar um termo que pode parecer forte, eu quero dar contexto para ela. Eu acho que nós corremos um risco, e por isso é importante que os próprios financiadores da sociedade civil exijam e cobrem de todo mundo, porque corremos o risco de todo mundo ter um negro chaveirinho, sabe igual à mulher que é cota, “ah, eu preciso ter uma mulher na equipe porque só homem pega mal, então, olha aquela lá, ela é supertalentosa”. E, é sempre ela que aparece para dizer que teve representatividade. É a mesma coisa com as pessoas pretas e pardas.

Porque se você é uma organização que só tem brancos trabalhando tem alguma coisa errada. Hoje em dia, qualquer fundação séria que apoia o terceiro setor, vai desconfiar. Mas, essas pessoas estão ocupando espaços de poder dentro das organizações? Elas estão galgando? Porque é a mesma coisa que você estava falando. Na hora dos cargos de gestão e liderança são sempre ocupados por homens. Se as lideranças foram sempre ocupadas por pessoas brancas, não estamos reproduzindo mais do mesmo? Então, acho que nós ainda não atingimos isso. (S.Bueno entrevista concedida pela autora em 19 de dezembro de 2022).

A entrevistada constrói um raciocínio cuidadoso em relação às organizações do terceiro setor. A preocupação se faz em torno das instituições que efetivamente agregaram a questão racial aos seus projetos, evitando a utilização da imagem de pessoas pretas como figuras ilustrativas que, na verdade, não estariam em posição de poder de decisão dentro das instituições.

Já a entrevistada Izabel Nuñez apresenta outra percepção acerca da educação e da segurança pública, abordada por algumas entrevistadas. Ao falar sobre sua experiência na docência e a presença de policiais na universidade a estudiosa diz:

Mas, como eu trabalhei também na implantação de alguns programas de Segurança Pública, eu pude ver também essa parte. E, sempre dando aula para a polícia, sempre dando aula para formação policial, porque a minha turma, os cientistas sociais com quem eu trabalho, a minha escola de formação, é totalmente contrária à ideia estúpida de que a gente não pode dar aula para policial, de que o policial não tem que estar numa Universidade. É justamente o contrário, na nossa ideia que se os policiais militares e os policiais civis não forem socializadas dentro da Universidade, não puderem conhecer esse outro mundo, que é um mundo completamente diferente do mundo deles, eles nunca vão ter contato com esses outros saberes. Então, é a minha escola, é uma escola que os criminólogos críticos criticam. Eu já ouvi muito disso, assim: “não, porque vocês dão aula para a polícia, vocês se alinham com a polícia”. E não tem nada a ver com se alinhar com a polícia, tem a ver com uma crença na universidade pública, com uma fé na universidade pública, que é assim que é a nossa grande crença e da Universidade como espaço de capacidade de transformação do pensamento das pessoas. Então, a ideia de que a Universidade te dá ferramentas para aprender e pensar sobre o fenômeno da Segurança Pública e da Justiça Criminal de uma maneira que só a universidade pode dar, através de pesquisa empírica, pesquisas com sociólogos, com antropólogos, com pessoas que trabalham mesmo observando as práticas dessas pessoas” (I. NUÑEZ, entrevista concedida pela autora em 24 de novembro de 2022).

Embora se apresentem distintos, os dois temas, a representatividade de pessoas pretas nos espaços de poder na segurança pública e a resistência ao acesso dos profissionais de segurança pública nas universidades como docentes, se apreciados mais de perto, possuem um ponto em comum. Nesse caso, a exclusão

de determinados sujeitos e o apagamento de narrativas diversas daquelas passíveis de serem legitimadas pela academia, ainda que adotados mecanismos de acesso ao espaço acadêmico enquanto instrumento de emancipação do indivíduo através, por exemplo, das políticas de ações afirmativas, aparentemente alguns intelectuais perpetuam-se na crença de que alguns espaços acadêmicos devem ser mantidos restritos.

Contudo, é possível que a delimitação de acesso à academia ou do acesso ao saber, principalmente nos sítios das ciências sociais a determinados sujeitos, mais especificamente, os profissionais da segurança pública, possa contribuir não somente para consolidar a ideia de que um ambiente acadêmico pode ser árido ao aproximar policiais e cientistas sociais, como expressou Leeds (2011) ao discorrer sobre a experiência do Colóquio sobre Segurança Pública da ANPOCS no ano de 1998, quando registrou um “desconforto mais sentido pelos acadêmicos que pelos policiais” (Leeds, 2011, p. 07/08) pela presença dos profissionais fardados durante o evento.

É inevitável desperceber que a negação de acesso aos espaços de exercício do poder, através da construção formal do conhecimento, colabora não somente para a manutenção das elites acadêmicas, como também apresenta um terreno fértil para a consolidação de posicionamentos institucionalmente conservadores alicerçados, sobretudo, na subalternização das ideias.

Ao considerarmos o fragmento acima juntamente com a exposição realizada no segundo capítulo desta dissertação, que trata dos representantes da “voz” da administração pública, podemos inferir quais profissionais, histórias, narrativas e percepções são selecionáveis para exclusão da possibilidade de repensar, criar, refazer ou mesmo discutir amplamente a pauta da segurança pública. Observando quem não é apartado do jogo da segurança pública, percebemos a importância do capital social na edificação de determinados grupos laborais nos espaços de poder voltados para a pasta.

Segundo Spaniol, Moraes Júnior e Rodrigues (2020), o sentimento de continuidade de gestão da segurança pública não democrática, por parte da população, deriva da não inserção expressa de mecanismos e de instrumentos que pudessem garantir a participação popular na prevenção à violência no texto constitucional. Logo, ao associar o uso histórico das instituições de segurança e, por

consequência, seus profissionais, com a manutenção de um determinado regime político ou para “controle” de grupos sociais vulneráveis associados à inação legislativa, é possível encontrar uma justificativa para a resistência da sociedade civil e de alguns profissionais da acadêmica em admitir profissionais da segurança pública nas universidades. Contudo, o que poderia justificar a passividade coletiva diante dos porta-vozes da gestão pública na pasta da segurança serem, em sua maioria, representantes dessas mesmas instituições?

Em resposta ao questionamento, à luz de Bourdieu, “o poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência: é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade” (Bourdieu, 2009, p. 167). Acredita-se que a limitação do acesso à academia entre aqueles e aquelas que não pertencem a uma casta amparada pelos capitais necessários para acesso ao jogo no campo da segurança pública implica na manutenção de violências e desigualdades que paradoxalmente são denunciadas nas próprias universidades.

O ingresso nas carreiras policiais, sobretudo na base da cadeia hierárquica, é alcançado justamente pelas camadas menos privilegiadas da sociedade. Logo, passada a necessidade de ingressar no mercado de trabalho, a busca pela academia passa a ser um espaço crível para o acesso. Conforme apontou a entrevistada Nivia Rodrigues:

Eu sou do interior do Estado da Bahia, de uma cidade chamada Aramari, fui estudante de escola pública, entrei na instituição com o objetivo de sair. Eu pensei em construir uma trajetória porque eu precisava escapar do ciclo de violência doméstica do meu pai com minha mãe, com minha família de modo geral. Eu precisava fugir da situação de insegurança alimentar, então, quando se apresentou esse concurso, e eu já tinha passado em mais dois para professora do município, eu sou professora pelo ensino médio, então, eu pensei em ingressar na instituição, porque eu tinha um claro objetivo de estudar, mas ao longo de minha trajetória estudantil, enquanto estudante de escola pública, eu não aprendi a sonhar, eu não acreditava na possibilidade de ingressar numa instituição pública, eu não me via pertencente a esse mundo da universidade pública. Ele não era definitivamente desenhado para mim. Eu acreditava que se eu tivesse algum dinheiro para pagar, eu poderia superar isso e ocupar um espaço, que, mais tarde, estudando educação e direitos humanos, ele sempre foi meu por direito, mas ele era negado, porque eu era menina pobre, preta, de família marcada e conhecida pelo ciclo da violência. Eu já venho estudando segurança pública na minha prática da infância até a idade adulta, até hoje, eu venho pensando segurança pública e quando eu digo que a minha pesquisa está envolvida com esse lugar de fala. Não um lugar individual, porque isso não é lugar de fala segundo Djamila Ribeiro (Djamila Taís Ribeiro dos Santos). O lugar de

fala é o lugar que se parece comigo, mas que se parece com outras meninas negras, mulheres negras que ocupam esses espaços, mesmo quando lhes é negada essa possibilidade de ter reconhecido um espaço como seu. (N.B.Q RODRIGUES entrevista concedida pela autora em 12 de abril de 2023).

A formação superior atua como instrumento fundamental para que pessoas oriundas de grupos vulnerabilizados possam se assenhorar de suas próprias histórias, tomando para si a possibilidade de contá-las ou mesmo de tornar audíveis demandas que passam despercebidas. Com isso, a elitização da academia passou a ser minada com a implementação da Lei N. 12.711 de agosto de 2012 (Brasil, 2012), que trata do ingresso nas instituições federais de educação para os níveis médio e superior. Por outro lado, o ingresso nas fileiras policiais também se apresenta como recurso para alcançar a universidade, espaço reservado por muito tempo quase exclusivamente às camadas sociais mais privilegiadas. A resistência dos acadêmicos, por sua vez, também iniciou um tímido processo de desconstrução com a investida dos pioneiros e das pioneiras no campo.

Contudo, persistiu o posicionamento de uma corrente acadêmica que se mantém ortodoxa quanto à elitização do saber, o que sugere o fortalecimento da percepção de Bourdieu (1989) frente ao papel dos intelectuais na criação do capital simbólico e na defesa de interesses hegemônicos. Todavia, o trabalho executado por parte das acadêmicas aqui estudadas, tanto nas universidades, quanto na sociedade civil organizada, em certa medida, contradiz a concepção da classe dos intelectuais por parte do autor supracitado.

Por óbvio, há disputa por espaços de poder, busca de reconhecimento e acesso aos capitais necessários para suas manutenções no campo da segurança pública. Mas, há também utilização dos produtos dos capitais conferidos à elite intelectual, cultural e econômica que elas estão inseridas, para apresentar a outros sujeitos as regras e o jogo do campo da segurança pública, engrossando um coro de insubmissão aos poderes hegemônicos estabelecidos no campo.

3.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MULHERES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO

Ao discorrerem no Dossiê sobre Segurança Pública e Justiça Criminal, Spaniol, Moraes Júnior e Rodrigues (2019) apontam para os planos e programas

Nacionais de Segurança Pública. Os documentos abordam temas amplamente discutidos pelas profissionais, sobretudo ao tratarmos das contribuições das mulheres no campo da gestão e da educação, enumerados respectivamente no segundo e terceiro capítulos desta dissertação. Sobre os Planos Nacionais de Segurança Pública os autores supracitados destacam:

Planos e Programas Nacionais de Segurança Pública (PNSP), lançados após a Constituição Federal de 1988, mais especificamente os planos de 1991, 2000 e 2003, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas), de 2007, o Programa de Reestruturação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), de 2011, o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, de 2015, o PNSP elaborado no final de 2016 e lançado no início de 2017 e o Plano Decenal de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028, recentemente aprovado pelo Conselho do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). (Spaniol, Moraes Júnior, Rodrigues, 2020, p. 101).

Ainda de acordo com os autores, a proposta de Segurança Pública voltada para o conceito de Segurança Cidadã ainda é recente no Brasil e foi apresentada no PNUD de 1994. Até então, sendo apenas tratada como assunto de polícia a segurança pública, a proposta acabou tendo investimentos voltados quase que exclusivamente para a repressão policial.

As políticas de segurança pública, que poderiam ser levantadas por uma agenda Estatal consolidada, tornaram-se objetos das mais diversas narrativas de setores tanto da direita quanto da esquerda, transitando entre programas de governo e propostas de solução para a violência que, no decorrer dos mandatos e conveniência dos gestores, foram esvaziadas ou retomadas. De fato, poucas correntes políticas administrativas aderiram aos planos para desenvolvimento da Segurança Pública com uma perspectiva mais “cidadã”. Quanto aos governos estaduais, pouco se sustentavam e ainda hoje pouco se sustentam no combate à criminalidade, em razão dos poucos recursos voltados para a segurança, em sua maior parte dependentes de repasses federais. Já os municípios, responsáveis pela administração das guardas municipais, pouco atuam na questão do crime, uma vez que se limitam à preservação do patrimônio público municipal.

A participação na formulação de planos de segurança também foi notada nos depoimentos das entrevistadas Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Vila e Isabel Seixas de Figueiredo. A primeira participou da elaboração de um plano nacional de segurança pública voltado no enfrentamento à violência contra a mulher, no qual a

entrevistada apontou que, após os esforços coletivos, o plano não foi implementado. Já a Isabel Seixas abordou sua participação na criação de alguns planos de segurança pública, dizendo que:

Nossa Senhora Aparecida, eu não sei é nada. Tem que entender o que é esse país, porque eu estou completamente fora disso. Nesse meio tempo, eu já tinha feito algumas consultorias, tinha trabalhado no Pará, quando Ana Júlia (Carepa) foi eleita governadora, fui fazer o Plano de Segurança dela. Eu sempre tive esse outro lado político. O Plano de Segurança do Mercadante (Aloizio Mercadante Oliva), o Plano de Segurança do Genoíno (José Genoíno Neto), o Plano de Segurança do Segundo Governo Lula. Sempre estive muito envolvida na elaboração desses planos, nessa parte política, de alguma forma. Fui para o Governo Federal – (I. FIGUEIREDO entrevista concedida pela autora em 08 de agosto de 2022).

Isabel Seixas de Figueiredo participou da elaboração de planos e políticas de segurança em diferentes gestões nas esferas estaduais e federais. Foi observada, a partir das narrativas das contribuintes, uma postura quase uníssona acerca do envolvimento de três setores fundamentais para a gestão da segurança pública ao tratar sobre a prevenção da violência e as políticas. A participação popular formou um tripé juntamente com o Estado e a Universidade no desenvolvimento de políticas de segurança, de modo que, se pudéssemos desenhar um plano de segurança pública baseado na contribuição das mulheres, destacariam-se:

- a) A humanização profissional, com ênfase da construção do perfil dos profissionais políticas e prevenção à violência institucional com recortes para as questões de raça e gênero;
- b) Valorização do saber policial, com políticas de acesso à formação, capacitação do profissional e ações de fomento à pesquisa, sobretudo vislumbrando uma formação uniformizada acerca do uso progressivo da força, voltada para redução de ações enviesadas por parte das corporações;
- c) Criação de Centros de Referência que possam articular os movimentos sociais, profissionais dos diversos segmentos da segurança pública, a administração e a universidade tendo como principal objetivo a criação de uma cultura de segurança pública de participação cidadã, com ênfase na sensibilização dos profissionais e sociedade civil frente à ideia que a polícia pode ser o primeiro degrau no acesso à justiça, quando feridos os direitos fundamentais de um cidadão;
- d) Sistematização e implementação de políticas públicas baseadas nas estatísticas fornecidas por uma base de dados consolidada das quais se garanta a lisura e transparência na obtenção e tratamento dos dados;
- e) Sistematização de ações integradas da segurança pública, a partir da articulação interinstitucional, baseada nos estudos de tempo e resposta tendo como modelo os estudos de análise de fluxo;
- f) Construção de um perfil policial considerando as especificidades regionais de modo a entender a cultura policial de cada estado, também em razão da doutrina de criação e formulação da instituição, de modo a fornecer ao gestor informações que tornem mais eficiente a implementação de proposta de mudança de cultura organizacional;
- g) Parceria público privada no desenvolvimento de estudos e

implementação de tecnologias de processamento e armazenamento de dados que suplemente os sistemas públicos de identificação facial e monitoração eletrônica para implementação de ações de prevenção à violência e padronização de respostas para crises.

Alguns assuntos não foram abordados como construção teórica para segurança pública ou ações de gestão por parte das entrevistadas, a exemplo da exploração da inteligência artificial associada às políticas de segurança pública, tanto na identificação de “suspeitos”, quanto na busca de mecanismos que visem a redução das ações racialmente enviesadas nos dispositivos cibernéticos de busca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU APENAS UM NÓ)

Dê um nó no ponto, senão você perde a renda. A costura foi durante muito tempo um trabalho conferido à mulher, mas existiam algumas peças que nunca foram a elas conferidas, tecidos destinados apenas aos cortes dos velhos alfaiates. Este trabalho dissertativo não possui um ponto final, mas assim como o nó necessário para não perder a costura, apenas marca o início de outras tantas tramas que poderão vir a partir da necessidade de abordar as diversas facetas das construções mulheris no campo da segurança pública.

Talvez como uma necessidade de contribuir com a desconstrução de uma imagem que pouco privilegia a importância da multiplicidade de corpos, percepções e narrativas sobre o campo da segurança pública no Brasil, esse trabalho tenha se alicerçado na necessidade da construção de memórias sobre a tradição e o legado do trabalho das mulheres que se dedicaram e, ainda hoje, se dedicam ao campo dos estudos e da gestão da segurança pública. Dessa forma, esse nó buscou colaborar para que nossos sentidos se atentem à percepção das mulheres enquanto contadoras das suas próprias histórias e senhoras das suas construções, para que o poder de falar por si e sobre si seja o principal recurso das nossas memórias, ao direcionar nossos olhares na busca por protagonistas quando o assunto for a segurança pública no Brasil.

Embora não se tenha debruçado de maneira aprofundada sobre outros tantos aspectos que abordam a desigualdade no jogo do campo da segurança pública, buscou-se agregar às concepções sobre o campo outros corpos e sujeitos, em específico, a representatividade feminina, para que a nossa valoração sobre o campo não seja edificada apenas a partir de um ponto de vista verticalizado tradicionalmente nos moldes hegemônicos. Dessa forma, em resposta ao questionamento principal deste trabalho que foi, “qual contribuição das mulheres no construto do campo da segurança pública no Brasil?”, foi apresentado sinteticamente o resultado contido nas aproximadas 300 páginas transcritas dos depoimentos extraídos das 32 entrevistas realizadas entre os anos de 2022 e 2023. As aproximadas 40 horas de entrevistas trouxeram, dentre outros resultados, políticas públicas das quais participaram as entrevistadas, assim como elaboração de instrumentos legais, legislativos e administrativos.

Um dos resultados que mais chamou a atenção, embora não figurasse como um objetivo deste trabalho, foi a dedicação das profissionais para desmistificar a percepção dos profissionais de segurança pública sob um aspecto que os coloquem em um espaço absoluto de violência e desinteligência nas relações humanas. Por óbvio, notou-se uma dedicação constante na promoção da educação como fio condutor fundamental para desconstrução de padrões comportamentais arraigados em culturas organizacionais que, ao longo de suas histórias, edificaram-se para manter e defender interesses hegemônicos que, por suas vezes, também atuavam sob a subalternização do saber e dos corpos que compunham os recursos humanos das instituições policiais.

As contribuições foram destacadas em tópicos contidos nos capítulos dois e três. O capítulo dois, dentre outros aspectos, tratou da participação da mulher nos quadros da administração pública e suas colaborações para as políticas de segurança pública. Os dados encontrados apontaram que as produções das mulheres no campo da gestão foram fundamentais para a instrumentalização de políticas de valorização dos profissionais de segurança pública, bem como para o aperfeiçoamento das ferramentas de gestão, sobretudo, enfatizando recortes para as polícias civis e militares.

As contribuições na gestão também apontaram para a preocupação e atuação das interlocutoras em espaços de gestão em outros segmentos do sistema de justiça criminal, como a atenção ao sistema penitenciário. Ainda, foram observadas as contribuições voltadas para a mediação de conflito entre grupos sociais vulneráveis e as polícias, o papel das mulheres entrevistadas na articulação entre as polícias, as secretarias de segurança pública e a sociedade civil organizada, nas suas mais diversas representações de grupos historicamente apartados da discussão popular sobre a segurança pública no Brasil. Além disso, houve aporte de conteúdo em relação à produção de dados essenciais para instrumentalização de sistemas estatísticos objetivando a melhoria e a eficácia do trabalho policial.

Na gestão, também apreciou-se, enquanto contribuição feminina, a implementação de políticas voltadas para o diagnóstico de indicadores de ações das agências de segurança pública, objetivando maior eficácia nas ações relacionadas à pasta. Na administração pública, as colaborações das mulheres também se voltaram à redução de indicadores de violência de gênero, homicídios relacionados a grupos

sociais vulneráveis, letalidade policial e, inclusive, atenção à mulher policial em situação de violência doméstica.

No que diz respeito às contribuições das mulheres no campo da segurança pública a partir do recorte educacional, embora não tenha sido um objetivo da pesquisa, o campo explicitou que em um contexto geral alguns membros da universidade apresentam uma relação pouco amistosa quanto a presença de policiais enquanto educandos.

Tanto na revisão de literatura, quanto nos depoimentos de interlocutoras que laboravam diretamente com a formação de profissionais de segurança pública, em específico os policiais militares, nota-se que alguns segmentos acadêmicos, sobretudo, aqueles mais voltados para as ciências sociais ainda resistem à presença desses profissionais. Situação que sugere uma “ferida” social que não fecha, aberta com a ruptura da democracia brasileira e com uso político das instituições de segurança pública para perseguição de categorias profissionais, violação de direitos fundamentais, mortes e desaparecimentos.

Contudo, ao entender que o acesso à educação é via fundamental e condição *sine qua non* para mudanças sociais e transformação de indivíduos, a animosidade que reside na relação entre de alguns acadêmicos e suas percepções acerca dos policiais pode ser observada como um desafio relevante para o desenvolvimento dos estudos sobre o campo da segurança pública no Brasil. Nesse sentido, acredita-se que ao repelir os policiais dos espaços de formação na perspectiva das ciências sociais implica também em apartá-los das reflexões, da busca por soluções e da própria mudança de perspectiva dos agentes, uma vez que as ciências sociais e seus profissionais desempenham papel fundamental no enfrentamento aos desafios presentes no campo da segurança pública.

Ressalta-se, porém, que ao apontar os desafios referentes ao distanciamento dos policiais da universidade e em específico das leituras voltadas para as ciências sociais, os profissionais em questão não estão presentes no alto escalão das carreiras profissionais, estão sim na base da hierarquia organizacional das instituições policiais que a grosso modo são oriundos da base da pirâmide social brasileira. Indivíduos que tanto são atravessados por violências estruturais quanto reproduzem tais violências.

Ao observar os depoimentos das interlocutoras e o desafio para o

distanciamento encontrado na pesquisa de campo, outro achado da pesquisa, diante da relação corroída entre policiais e alguns acadêmicos, foi a função desenvolvida por parte das profissionais em mediar situações embaraçosas envolvendo a presença dos policiais na academia quando na condição de estudantes.

A trajetória das interlocutoras, a partir de suas experiências nas universidades e também em ambientes de formação de profissionais de segurança pública, evidenciou o papel dessas mulheres em desmistificar o saber policial na academia e na também na sociedade civil organizada. Suas atuações colaboraram como um pensar politizado e racializado sobre a polícia, inclusive motivando profissionais a pensarem sobre o racismo institucional presente na segurança pública. Além disso, a atuação das entrevistadas em ambientes policiais, seja na elaboração de políticas públicas, seja enquanto educadoras colabora para a desconstrução da ideia, equivocadamente difundida entre os profissionais da base da segurança pública, de que um acadêmico não teria competência para tratar do assunto em virtude de não atuar como policial.

Nos papéis desempenhados pelas profissionais da educação, observou-se que na academia há uma maior recepção no que se refere à atuação, elaboração teórica e liberdade de expressão acerca dos temas referentes à segurança pública, sendo exatamente o espaço acadêmico que vem servindo à gestão da segurança pública, sobretudo nos órgãos federais que tratam da pasta, assim como muitas vezes atuando em conjunto com a sociedade civil organizada. Logo, a mão de obra lapidada sob um rigor técnico científico para a consolidação de políticas públicas, formalização das demandas sociais voltadas para o combate às violências provocadas pelo Estado, ou pela ausência dele, tem comparecido constantemente enquanto ferramenta de transformação, tanto para a administração pública, quanto para os movimentos sociais.

A pesquisa apontou que, embora as entrevistadas, sobretudo as socialmente privilegiadas, sejam beneficiadas pelos capitais fundamentais de inserção no palco da segurança pública no Brasil, o campo se apresenta pouco sensível a mudanças estruturais significativas quando o assunto é representatividade feminina, especialmente nas gestões estaduais. Em outras palavras, há de se explorar elementos além dos capitais sociais, culturais, econômicos para efetivamente entender as dinâmicas do campo nas sobreposições de forças e disputa por

espaços de poder. Talvez, para entender a movimentação do jogo da segurança pública e alinhar insubmissões epistemológicas, ainda carece elementos que transversalizem configurações regionais, narrativas políticas e outros aspectos essencialmente permeados por uma leitura interseccional, mas que também analise a cota do Estado enquanto produtor de hiatos e, possivelmente, beneficiário dos vazios que se sustentam nas representatividades sobre o campo.

Dito isso, a Academia e os grupos de pesquisa, admitidas exceções, revelaram-se como um espaço fecundo para discutir transformações no campo e aliadas às demandas da sociedade civil que tensionam as relações de poder. Sendo este possíveis espaços de insubmissão a um poder hegemônico que se estabeleceu na administração da segurança pública, bem como de contestação dos privilégios presentes nos espaços acadêmicos que, por muito tempo, apresentaram-se como redutos de uma elite intelectual pouco tolerante ao surgimento de novas epistemologias.

Considerando as linhas ascendentes, os resultados desta pesquisa permitiram contrariar, em parte, a consideração das leituras de Bourdieu acerca do intelectual enquanto contribuinte para a consolidação do poder simbólico e perpetuação de poderes hegemônicos. O estudo aqui apresentado permitiu inferir que foi justamente usando os frutos do capital cultural, intelectual e econômico que as mulheres puderam se alinhar e aliar a outras mulheres na disputa por espaços de poder, sobretudo, no trânsito entre os cargos de gestão das cátedras universitárias. A postura diferenciada das intelectuais do campo da segurança pública permitiu notar o quinhão da participação dessas profissionais com seus conhecimentos técnicos para potencializar o alcance das demandas dos movimentos sociais.

A condição das entrevistadas de poder se apropriar dos frutos dos capitais, conferidos a grupos privilegiados, e usá-los para promoção de pautas populares edificadas sobre a necessidade de transformação das forças que atuam sobre segurança pública no Brasil, foram exponencialmente potencializadas em virtude do ingresso de outros sujeitos na universidade. As pesquisas acadêmicas sobre o sistema de justiça criminal ganharam ainda mais potência com a atuação dos movimentos sociais, em especial, do movimento negro na introdução das políticas de educação voltadas para a equidade racial.

Contudo, embora se tenha denso material coletado a partir das entrevistas,

por necessidade de adequação ao tempo, esta temática voltará a ser abordada em momento oportuno, entretanto, é possível visualizar as linhas iniciais da aproximação das profissionais com o tema. Além disso, a narrativa das mulheres que se dedicaram ao campo da segurança pública proporcionou confirmar que o campo pode ser um potencial produtor de apagamentos históricos, especialmente, ao notar o ensurdecedor silêncio do campo da segurança pública ao observamos que, mesmo com a mudança do cenário acadêmico, as mulheres negras são pouco notadas em espaços de maior projeção nos estudos sobre o sistema de justiça criminal e, especificamente, a segurança pública.

Algumas hipóteses foram levantadas nas “tecituras” iniciais desta pesquisa. A primeira delas se referiu à possibilidade do campo da segurança pública refletir as desigualdades das relações de gênero. Os dados sobre a pesquisa responderam positivamente em relação ao reconhecimento do trabalho das mulheres no campo da gestão, conforme apontado anteriormente, estando a resposta assentada, sobretudo, na análise dos cargos de gestão. Sim, as mulheres ocuparam cargos de direção, coordenação, liderança, mas, sobretudo atualmente, as secretarias de segurança pública apresentam um perfil de administrador masculino e assentado em um saber quase que exclusivamente jurídico-policia.

Uma das hipóteses elaboradas no projeto dissertativo foi o campo da segurança pública ser possivelmente masculino, branco e de classe média. Encontramos, ao analisar as entrevistas e a distribuição dos cargos de gestão, que as mulheres ocupam uma posição mais destacada na academia, o que não significa que não sejam absorvidas para aplicar suas competências na gestão pública, pelo contrário, o conhecimento é absorvido pela gestão, mas os papéis de destaque são, em geral, ocupados pelos homens. Todavia, o efetivo entrevistado visivelmente contrasta com um cenário político e administrativo majoritariamente masculino. Por outro lado, no local de disputa da academia, quando observamos a presença das mulheres nos grupos de pesquisa e organizações não governamentais, há notadamente maior expressividade e visibilidade do trabalho feminino.

Outra hipótese levantada consistia nas estudiosas do campo da segurança pública se dedicarem exclusivamente às pautas mulheris. Nesse caso, existem sim estudos e trabalhos realizados pelas mulheres voltados para as violências de gênero, redução da vitimização da mulher policial e instrumentalização da segurança

pública para que as agências se edifiquem em bases eficazes de combate à vitimação feminina. Contudo, os estudos sobre gênero não possuem exclusividade nos trabalhos realizados pelas entrevistadas, elas abordam diversas temáticas dentro do campo, o que corrobora a promoção do trabalho mulheril na pasta e, além disso, constitui um necessário contra-argumento frente aos discursos que tendem setorializar o trabalho da mulher direcionando-o apenas às pautas de gênero.

Por fim, a singularidade dessa construção está na escuta, assentada em uma pesquisa empírica que buscou evidenciar a importância de contar a história do construto do campo da segurança a partir do olhar de quem fez, considerando o valor de poder contar sua própria versão da história, atendendo a importância de ouvir quem pode construir seu legado e partilhado para a coletividade. Este trabalho encontra sua singularidade na produção acadêmica ao explorar o campo da segurança pública, evidenciando o pioneirismo feminino em um terreno árido, em que o espaço de disputa e sobreposição de forças se dá quase que totalmente sobre as narrativas de gerenciamento de instituições historicamente antropocêntricas, bélicas e pouco abertas às transformações de suas culturas organizacionais. Outro aspecto em que repousa a originalidade deste trabalho é sua dedicação a estudar quem estuda a segurança pública, talvez, a singularidade igualmente esteja em tentar responder aos profissionais de segurança pública e a quem porventura tenha acesso a esta construção teórica de quem são as “policiólogas”. Apresentar as mulheres que se dedicam ao campo da segurança pública, bem como as suas contribuições, é cooperar para desmistificar o imaginário constante dos profissionais que estão na atividade fim, o da “policióloga”, mulher acadêmica que “nunca entrou em uma viatura e não sabe o que é polícia” e, além disso, apresentar as evidências de um construto feminino que atua enquanto força motriz para a efetivação da segurança pública como uma agenda de Estado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO F. M de B, ALVES, e CRUZ, M.P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de Hábitos na obra de Pierre de Bourdieu. **Revista perspectivas da ciência e tecnologia**. Volume 1, Número 1. Janeiro de 2009. Disponível em: file:///C:/Users/imeir/Downloads/4-134-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política A-Z**. 11ª edição, Editora UnB. Volume 01. Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Ed. 1998

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____, Pierre. **A Dominação Masculina. A condição feminina e a violência simbólica**. Tradução Maria Helena kuhner- 1ª Edição – Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

_____, Pierre. **Escritos de Educação**. Seleção , organização e notas Maria Alice Nogueira, Afrânio Catani. Editora Vozes, Petrópolis, 2008 – Ciências Sociais na Educação.

_____, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

BRANDÃO, G. M. Linhagens do pensamento político brasileiro. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 2, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/DPMQDggPd76RKfzCHgTM64S/?format=pdf&lang=pt> . Acesso: 25 jun. 2024.

_____, Piere. Campo Científico. – Sociologia. In: ORTIZ, Renato (org.). São Paulo: Ática. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, vol. 39. p. 122-155, 1983. Disponível em: <https://cienciatecnosociedade.files.wordpress.com/2015/05/o-campo-cientifico-pierre-bourdieu.pdf>. Acesso: 23 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo

Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 30 nov. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 14.611, de 3 de Julho de 2023**. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14611.htm. Acesso: 10 out. 2024

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 08 ago. 2024.

BRASIL. **Relatório Final da Primeira Conferência de Segurança Pública**. Ministério da Justiça, Brasília, 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Publica/relatorio_final_1_conferencia_seguranca_publica.pdf. Acesso: 08 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 08 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002**. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10559.htm. Acesso em: 08 ago. 2024.

CARDOSO, Renata da Silva. **Reminiscências de uma coleção. As peças do candomblé do IGHB: apreender, ofertar e exhibir**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em antropologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **CIDADANIA NO BRASIL: O longo caminho**, 3ª ed. Rio de Janeiro 2002. Disponível em: <https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/CARVALHO-Jos%C3%A9-Murilo-de.-Cidadania-no-Brasil1.pdf>. Acessado em 10 jun. 23

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241, jul. 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em 03 fev. 2023.

DURKHEIM. Émile. **Da divisão do Trabalho Social**. Trad. Eduardo Brandão. 2ª Edição. São Paulo. Ano, 1999. Disponível em: [Émile Durkheim-Da divisao do trabalho social \(2004\).pdf](#). Acesso: 16 jun. 2023.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 4. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do Patronato Político Brasileira**. 3ª ed. Revista, 2001, p. 272. Globo. Disponível em: Acesso em: <https://favaretoufabrc.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/faoro-raymundo-os-donos-do-poder1.pdf>

FACHINETTO, R. F., MADEIRA, . L. M., AQUINO, . J. P. D. de, & GELISKI, . L. (2020). As linhagens de descendência acadêmica dos pesquisadores “pioneiros” nos estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil (1970-2018). BIB - **Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, (91), 1–39. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/216102/001118983.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 jul. de 2024.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 432 p.

FRANCO. Fábio Luís Ferreira Nóbrega. **Da biopolítica à necrogovernamentalidade**: um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Filosofia, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/User/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Da%20biopol%C3%ADtica%20%C3%A0%20Necrogovernamentalidade.pdf>. Acesso em 02 jan. 2023.

FREITAS, Viviane Gonçalves (org.). **Feminismos e Interseccionalidade: Mulheres negras protagonistas de suas histórias**. (Série Estudos Reunidos, Vol. 75). 1. Ed. –Jundiaí; Paco Editorial, 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Texto-Base da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-2/26texto_base.pdf. Acesso: 02 jul. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O Lugar do Olhar: Elementos para uma geografia da visibilidade**. Editora Bertrand. Rio de Janeiro.2013. P. 5-63

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019; p. 275.

GUERRA, M. P., & MACHADO, R. D., Fº. (2018). O regime constitucional da segurança pública: dos silêncios da Constituinte às deliberações do Supremo Tribunal Federal. **Revista de Informação Legislativa**: RIL, 55(219), 155-181. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/55/219/ril_v55_n219_p155. Acesso 07 set. 2023

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

LIMA, Renato Sérgio de e RATTON, José Luiz (Org.). **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. – São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/User/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/PRODU%C3%87%C3%83O/FBSP_Livro_ciencias_sociais_pioneiros_estudos_crime_2011.pdf.pdf. Acesso: 09 abr. 2024

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: Ensaios e Conferências**. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Tradução de Stephanie Borges.

MORAIS, MSA de; CANUTO, Reinaldo. **POLÍCIA E SOCIEDADE: uma análise da história da segurança pública brasileira**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PORDER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/POLICIA_E_SOCIEDADE_UMA_ANALISE_DA_HISTORIA_DA_SEGURANCA_PUBLICA_BRASILEIRA.pdf. Acesso: 06 jun. 2023

MUNIZ, J.; CARUSO, H.; FREITAS, F. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. BIB - **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 84, p. 148–187, 2017. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/439>. Acesso em: 3 ago. 2024.

OYEWUMI, Oyèrónkè. **A Invenção Das Mulheres - Construindo um sentido Africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PASSIANI, Enio. Figuras do intelectual: gênese e devir. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan/abr 2018, p. 16-47. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/178520/001066987.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 8 ago. 2024.

RAMALHO Neto, Jaime Pinto; VITAL da Silva, Antônio e BASTOS Wilson. **Caminhos da Memória – Morte no Largo da Calçada em Salvador: a História da Greve dos Oficiais da PMBA em 1981**. Ed. Pinaúna. Salvador, 2018.

RODRIGUES, Nivia Bomfim Queiroz. **Formação dos oficiais da Polícia Militar da Bahia 1964-1980: Uma história não contada**. Disponível em:

<https://saberaberto.homologacao.uneb.br/server/api/core/bitstreams/966606f6-b350-4673-81f8-e86da86d7d75/content>. Acesso em: 04 ago. 2024.

ROLIM, Marcos; PEREIRA, Vanessa de Quadros. A eficiência policial e seus indicadores. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 3, 2022. Disponível em: <https://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1445>. Acesso em: 30 set. 2024

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. Ed. Companhia das Letras. Primeira edição, ano 1995.

SOARES, Barbara M.; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais: Presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Coleção Segurança e Cidadania. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=H74iovqjAy8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso 24 set. 2024.

SPANIOL, M. C. MORAES JÚNIOR; RODRIGUES. Dossiê sobre segurança pública e Justiça Criminal, **Rev. bras. segur. pública** | São Paulo v. 14, n. 2, 100-127 ago/set 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/amandalagrega,+1035-rbsp-vol14-n2-ago_set-2020\(100-127\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/amandalagrega,+1035-rbsp-vol14-n2-ago_set-2020(100-127).pdf). Acesso: 13 de out. 2023.

SOARES, L. E. **Medidas impulsionam 'audácia antidemocrática' das polícias, diz antropólogo**. O Estado de. São Paulo, Caio Sartori, São Paulo, 12 jan. 2021.

SPANIOL, Marlene Inês. **Dossiê: avanços e desafios da segurança pública brasileira pós-redemocratização**. Série – Sociologia das conflitualidades, Vol. 10, Ano 2019, p. 607-624.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. **Esboço de uma sociologia política das Ciências Sociais contemporâneas (1968-2010): a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13042015-171013/>. Acesso em: 02 mar. 2024.

WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e; CARVALHO, Salo de. Criminologia feminista com criminologia crítica: perspectivas teóricas e teses convergentes. **Revista Direito e Práxis** [Recurso Eletrônico]. Rio de Janeiro, v.11, n.3, set./nov. 2020. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/38481>. Acesso: 15 de jun 2023

WOOLF, Virgínia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Ed. Coleção L&PM, vol. 1032, 2013; p.17;18.

ZACKSESKI, Cristina. **Segurança e ordem pública: uma comparação entre Brasil e México**. Belo Horizonte: Ed. Dialética, 2021.

ZAFFARONI, E. R (Entrevistado por Julita Lemgruber). A esquerda tem medo, não tem política de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 130–139, 2007. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/36>. Acesso em: 2 mai. 2024.

ANEXOS

Ana Paula Mendes de Miranda

Eu sou bacharel e licenciada em Ciências Sociais e fiz a pós-graduação em antropologia na Universidade de São Paulo. A minha graduação eu fiz na Universidade Federal Fluminense. Eu tenho, desde os meus 18 anos, trabalhado no setor público. Primeiro na área da educação e depois fiquei um pouco trabalhando na área de segurança e estou novamente na área da educação. Eu estou desde 2009, na Universidade Federal Fluminense atuando como professora, pesquisadora e também em algumas funções de gestão. Então, eu poderia dizer que a minha trajetória profissional ela é marcada por experiências em Políticas Públicas, seja em pesquisas, seja na atuação direta em Políticas Públicas. Então, essa é uma característica do meu trabalho estar sempre atuando com políticas públicas. (A. Miranda, entrevista com a autora, realizada em 22 de novembro de 2022).

Analía Laura Soria Batista

Eu sou socióloga de formação, fiz mestrado na área da sociologia e doutorado na área da sociologia e também doutorado na área das ciências sociais. Essa é minha formação. Eu venho inicialmente da sociologia do trabalho. Toda a minha formação foi na área da sociologia do trabalho, meus primeiros estudos foram localizados em empresas do ramo automobilístico, montadoras de automóveis e também produtoras de autopeças. Me dediquei por um tempo considerável para tentar entender, primeiro, as formas de organizar o trabalho e a produção dentro de um contexto teórico, eu diria, meio marxista, do processo de trabalho capitalista. Sempre fui muito interessada, digamos, por saber como se organizava a produção, como também se dava a passagem de um sistema de produção para um outro sistema de produção. (A. Batista, entrevista com a autora, realizada 23 de março de 2022).

Andréia de Oliveira Macedo

Sou socióloga de formação. Socióloga e mestra em sociologia pela Universidade de Brasília. Eu tive algumas experiências de trabalho no campo da segurança pública. Trabalho desde 2005 com esse tema. Já passei por diferentes instituições, mas a minha primeira inserção foi no ministério da justiça, na Secretaria Nacional de Segurança Pública. Eu iniciei meu trabalho lá em 2005 e fiquei no Ministério, na SENASP, até 2013. Então, só na SENASP foram oito anos e meio trabalhando no departamento de pesquisa e gestão da informação como uma técnica e socióloga. Depois, eu fui para o departamento de Políticas, Programas e Projetos. Eu acho que trabalhar com gestão da informação foi importante, mas essa transição para o departamento de Políticas, Programas e Projetos foi o que me abriu a possibilidade de desenvolver uma pesquisa específica sobre políticas de redução de homicídios. (A. Macedo, entrevista com a autora, realizada em 24 de agosto de 2022).

Bárbara Musumeci Mourão

Eu já tive outras formações antes, mas não importa muito. A minha formação nessa área da Sociologia foi o primeiro na graduação em sociologia, depois eu fiz um mestrado em antropologia, e o doutorado em sociologia e ciências sociais, né? Sociologia com foco na sociologia. Depois eu fiz formações menos institucionalizadas na área de mediação, e mais recentemente eu me formei, ou, eu estou em formação como terapeuta de família essas coisas parecem não ter nada a ver com a outra, mas elas seguem uma linha assim de mudança de interesses ou de focos que foram em conduzindo para um caminho aparentemente muito diferente, mas que tem sempre a ver alguma medida com conflito. Se tiver uma noção que conjugue todas essas formações, eu acho que é como lidar com o conflito, é uma questão mais humana talvez do que especificamente na segurança pública, mas que se expressa na segurança pública de forma exacerbada. (B. Mourão, entrevista com a autora, realizada em 17 de novembro de 2022).

Beatriz Cruz da Silva

Iniciei minha formação acadêmica na Universidade Federal de Pelotas, na Faculdade de Direito. E à época, a gente trabalhava com projeto de extensão. Eu trabalhei em todos os anos da faculdade com esse projeto chamado “Tribunas da Cidadania”, que era um projeto que trabalhava atenção universitária, assessoria jurídica popular, muito focado na questão dos direitos humanos e no papel do estudante de direito, na formação do estudante de direito, no contato com a realidade, com a sociedade brasileira, no caso com a realidade da sociedade brasileira de Pelotas. E uma das iniciativas que a gente criou, à época, foi uma escola de direitos humanos para a cidadania, que acho que foi esse meu primeiro contato com a questão da segurança pública. Nessa escola, eu era a coordenadora discente. Esse projeto era coordenado pela professora Maria das Graças Brito, que é doutora em direito pela Universidade Federal de Pelotas. Nessa escola, a gente tinha formação para agentes comunitários, para a sociedade civil, estudantes de direito e policiais do Rio Grande do Sul. Essa iniciativa foi em 1998/1999. Uma das primeiras iniciativas onde você fazia uma formação juntando a sociedade civil, movimento negro, movimento de mulheres, movimentos comunitários e profissionais de segurança pública, no mesmo espaço, para discutir direitos humanos, para discutir segurança pública, para discutir gênero, para discutir machismo. Foi uma experiência que eu diria que foi um divisor de águas na minha vida. (B. Cruz, entrevista com a autora, realizada em 11 de novembro de 2022).

Cristina Neme

A minha formação é em Ciências Sociais, pela Universidade de São Paulo e o mestrado em Ciência Política também na Universidade de São Paulo. Sobre minha experiência, eu destacaria duas que foram as minhas experiências na gestão. Primeiro lugar na Secretaria Nacional de Segurança Pública, eu fui coordenadora de análise e planejamento, coordenadora geral de pesquisa e análise da informação. E, num segundo momento, logo em seguida, eu fui coordenadora de análise e planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, do Estado de São

Paulo. Eu vejo essas experiências conjuntamente. Destacaria essas duas experiências na gestão, porque apesar de eu ter toda a minha formação na universidade, na academia, eu tinha essa vontade de trabalhar com a gestão pública. Eu tive uma experiência breve na Ouvidoria de Polícia, também fui assessora do Ouvidor, antes de ir para Brasília, mas essas duas experiências nas Secretarias Nacional e Estadual são as que eu destacaria na minha carreira. (C. Neme, entrevista com a autora, realizada em 23 de dezembro de 2022).

Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa

Eu me formei em arquitetura, no Rio de Janeiro, morei 10 anos no Rio de Janeiro. [...] As funções que eu desempenhei tem muita afinidade com meu percurso pessoal. Eu pude estudar no Rio de Janeiro, arquitetura e urbanismo, e me dediquei a arquitetura e urbanismo, sobretudo no urbanismo social. Eu trabalhei, no Rio de Janeiro, na arquitetura regional. Trabalhei com o arquiteto Severino Mario Porto, que trabalhava na arquitetura na Amazônia. Eu sempre tive muita vontade de conhecer a arquitetura, na perspectiva do uso da madeira, sempre gostei muito disso, mas trabalhei em outras firmas internacionais. E, voltei “pro” Piauí como arquiteta e urbanista, comecei a trabalhar na COHAB - Companhia de Habitação do Piauí. Passei a atuar em habitação popular, aqui no Piauí. Trabalhei durante 13 anos como arquiteta da companhia de habitação do Piauí. Como eu fui parar delegada, né? Essa é a grande pergunta.[...] Quando entrei na primeira delegacia, isso foi muito forte. [...] Quando cheguei na delegacia foi muito interessante. Tudo o que eu aprendi na academia, tanto na universidade, quanto na ACADEPol, nada daquilo era a realidade... Então, quando eu adentro, no primeiro dia, era um complexo, imagina, maravilhoso! Juiza, promotora, assistentes sociais, havia um atendimento integrado, um atendimento integral ao adolescente em conflito com a lei. Quando eu chego lá, comprei logo o Celso Delmanto, que, na minha época era um código penal comentado por um advogado. Eu pensei: vou levar o pensamento de um advogado que sempre é mais flexível, a Constituição e o ECA. Eu tinha que entrar com ECA, era o mínimo que eu tinha que ir. (E. Villa, entrevista com a autora, 12 de novembro de 2022).

Giane Silvestre

Eu comecei a minha formação na graduação em ciências sociais. Eu sou paulista, sou do interior de São Paulo. E eu fiz a minha graduação em ciências sociais, tanto bacharelado, quanto a licenciatura, na UNESP, que é a Universidade Estadual Paulista, que aqui em São Paulo é a universidade que mais tem campi no interior. Então eu fiz no campus de Marília, que é a Faculdade Filosofia e Ciências. Foi em 2004, que eu iniciei a minha graduação. Já durante a minha graduação, no meu segundo, no terceiro ano, mais precisamente, eu comecei a fazer iniciação científica. Já na área de violência e segurança pública. Eu consegui uma bolsa de iniciação científica da FAPESP. Aqui em São Paulo a gente tem a Fundação de Amparo à pesquisa, que é a FAPESP, que concede bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado. Enfim, uma série de bolsas e ela permite que você faça a inscrição individual para ter acesso às bolsas. Então, há toda uma seleção com base no projeto de pesquisa e com base no currículo dos alunos para conceder ou não as bolsas. Bolsas que têm uns valores melhores do que os valores das bolsas federais como da CAPES e CNPQ. E bolsas que contam também com uma reserva técnica que é um percentual além do valor da bolsa que pode ser usado para subsidiar coisas que você precisa para pesquisa. Seja a aquisição de materiais, quanto a contratação de serviços, custear a participação em eventos científicos. Então é uma bolsa bastante importante para quem quer seguir mesmo nessa carreira e já começar desde cedo. (...) Então, como eu disse sou do interior, de uma pequena cidade do interior de São Paulo que tem cerca de 18.000 habitantes hoje, mas na época que eu estava na graduação tinha as 15.000 habitantes e tem 02 unidades prisionais grandes de segurança máxima na cidade. Então, tem toda uma questão em torno do impacto dessas unidades na dinâmica da cidade. Impacto social e Impacto econômico e impacto ambiental. Então, a minha iniciação científica foi feita com base nisso, olhando para os impactos da instalação dessas unidades prisionais na cidade. (...) Trabalhei em organizações não governamentais ligadas a defesa de direitos. Trabalhei com pesquisas nessas organizações de pesquisas não acadêmicas. Trabalhei numa pesquisa sobre prisões provisórias que foi organizada

pelo Instituto Sou da Paz, onde a gente fazia análise de auto de prisão em flagrante antes da audiência de Custódia e da lei das cautelares. Foi uma pesquisa também foi muito legal ter trabalhado. Trabalhei no IDDB como assistente de projeto do Instituto de Defesa do Direito de Defesa. Em projetos ligados ao sistema prisional também. A gente tinha projetos de educação dentro das prisões, mutirão carcerário. Então, eu quis viver outras experiências para além da pesquisa acadêmica. Fiquei um ano fazendo isso, depois fui de para o doutorado. Fiz o doutorado também com a Jaqueline. Eu entrei com um projeto que não desenvolvi, que era sobre defensoria pública, e depois eu acabei desistindo e acabei mudando o meu projeto de pesquisa depois no doutorado e eu resolvi fazer um projeto que olhasse para a noção de controle estatal do crime. Então, a questão, basicamente, da pesquisa do doutorado era se a gente viveu um processo, aqui em São Paulo especialmente, de organização do PCC que muitos estudos etnográficos mostraram atuação do PCC para além das prisões como mediador de conflitos. (G. Silvestre, entrevista com a autora, realizada em 05 de agosto de 2022).

Haydée Glória Cruz Caruso

Eu fiz graduação e bacharelado em Ciências Sociais na UFRJ. Isso entre os anos de 1995 e 1999. Já durante o curso, eu tenho experiências que são importantes para a área da segurança pública. A primeira delas é que eu fui aluna do professor Michel Misse, em Sociologia da Violência e do Crime, e aquela disciplina foi muito determinante para as minhas escolhas posteriores. Eu tive contato com a literatura da área da Sociologia da Violência, a partir da disciplina do Michel e pude, já naquele momento, era uma das propostas da disciplina, da gente olhar jornais dos anos 50/60 que tinham a ver, dos anos 40 também, e então eu fui para a Biblioteca Nacional para poder ter contato com esses jornais que tratavam das questões de violência à época, no Rio de Janeiro. Isso dialogava com que depois virou a tese de doutorado do Michel Misse sobre malandros, marginais e vagabundos, sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Ele defendeu em 1999. Então, quando eu me formo e quando eu termino o bacharelado, logo no semestre anterior ao término da faculdade, eu precisava trabalhar. Meu pai

estava doente, depois veio a falecer, e eu consigo atender na central do Disque Denúncia do Rio de Janeiro. Eu fui atendente da central Disque Denúncia (...) minha porta de entrada importante, porque eu concílio a minha atividade no Disque denúncia, depois eu fui sendo promovida, virei coordenadora de projetos do Disque Denúncia, eu faço o curso de especialização e essa especialização me dá acesso a colegas oficiais da PM, que são meus colegas de turma e isso vai abrir o campo da Polícia Militar para os meus estudos, porque eu consigo conhecer as pessoas, ter acesso à maiores, a tenentes coronéis e etc. Então a gente sabe como é difícil entrar numa corporação, sendo alguém civil e mulher, então o fato deles serem meus pares de curso, isso facilitou minha vida e eu tenho acesso a professores que são pioneiros no debate da Segurança Pública no Brasil. (H. Caruso, entrevista com a autora, realizada em 20 de janeiro de 2022).

Isabel Seixas de Figueiredo

Eu acho que vou contar um pouco a minha trajetória de trabalho na segurança, e, de alguma forma, eu penso na mais destacada. Como eu disse, eu sou advogada, eu fiz direito na Faculdade de Direito da PUC, de São Paulo. Quando eu estava na Faculdade de Direito da PUC, fui fazer uma iniciação científica, que nem era no Direito, era nas Sociais. Vi um cartazinho procurando alguém para ser bolsista de iniciação científica. Eu nem sabia do que era. Eu fui lá, me candidatei e fui selecionada e era um projeto de violência contra a mulher, que era orientado pela Heleieth Saffioti¹⁴², que é uma feminista importante no Brasil. Era sobre violência contra a mulher e a minha função, eram uma função de campo, bem de iniciação mesmo. Era um trabalho mais braçal, mas era nas delegacias da mulher. No segundo ano da faculdade de direito, comecei a trabalhar nas delegacias da mulher. Era um trabalho, como eu disse, no começo, meio braçal, que era a leitura de boletins de ocorrência e aí eu tinha formulários que eu tinha que preencher. Era uma coleta de dados, que a gente não tinha toda essa tecnologia que a gente tem hoje. A gente ia para o formulário pegar os dados do B.O (bolotim de ocorrência) e passar para o formulário, que depois eram formulários que eram digitalizados, e formavam

¹⁴² Heleieth Lara Bongiovani Saffioti

uma base de dados etc. Em paralelo a isso, foi muito importante para mim, porque também foi quem me introduziu nas leituras sobre feminismo, o que era gênero, coisas que, de alguma forma, não passavam tanto pela minha cabeça. O que é que era violência de gênero, começar a ler sobre violência doméstica etc. Tudo começa ali, entre 1994, 1995 e comecinho de 1996. (I. Figueiredo, entrevista com a autora, realizada em 08 de agosto de 2022).

Izabel Saenger Nuñez

Eu sou bacharel em direito. Eu me formei em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na PUC no Rio Grande do Sul, e eu comecei a trabalhar com Segurança Pública e Justiça Criminal ainda na graduação porque eu fui aluna de um dos nomes mais importantes da Universidade do Rio Grande do Sul nesse assunto, que é o professor Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. Então, eu comecei a me interessar por esse assunto, um bicho me picou na coisa do direito, eu achava que a faculdade de direito ia me ensinar a resolver o problema das pessoas e eu fui fazer direito e vi que o direito não resolvia nada. Então, eu sempre tive muito incômodo com a faculdade de Direito. Eu fui aluna do professor Rodrigo nas disciplinas de Sociologia Geral (01 e 02), Sociologia Jurídica e Criminologia. Não, criminologia eu fui aluna da Lídia que foi minha orientadora. Com isso, eu comecei a ter contato com esse mundo da pesquisa da Segurança Pública e eu acho também que nós estarmos vivendo um período, que era um período em que isso vinha sendo muito discutido, especialmente pelo primeiro governo Lula. Então, eu entrei na faculdade em 2002, lá no primeiro governo Lula e sai da faculdade em 2007. Então, o nosso país estava num momento de muita discussão sobre Segurança Pública, e uma discussão muito boa, uma discussão muito positiva. Assim, de pensar em projetos e programas e tudo mais. Eu sempre tive essa curiosidade. Eu me formei em 2007, tentei fazer mestrado porque eu entendi que eu queria muito fazer pesquisa, ser uma pesquisadora, entendi isso durante a graduação, que esse era um projeto. Não passo na primeira seleção de mestrado e sou convidada para trabalhar em Brasília junto com o professor Paulo Abraão na Comissão de Anistia. Essa temporada em Brasília vai ser importante porque ela vai

primeiro me ensinar muitas coisas sobre a militância, muitos problemas sobre a militância. [...] Então, eu cheguei no Rio de Janeiro, as coisas começaram a acontecer, eu comecei a ser contratada para trabalhar com pesquisas, algumas na área da Segurança Pública, outras não, outras mais dentro da Justiça mesmo e fui trabalhando com essas coisas. Então, essa é um pouco essa minha história de formação. (I. Nuñez, entrevista com a autora, realizada em 24 de novembro de 2022).

Jacqueline de Oliveira Muniz

Pra começar a segurança pública é substantivo feminino. Eu sou uma das pioneiras que inventou isso no Brasil. Mas como você mesmo já colocou, a minha tese de doutorado é pioneira. Uma das pioneiras nos estudos de segurança pública, *stricto sensu*, polícia, né? Então, isso aí quem desenvolve mais no país é mulher, existe uma diferença entre a produção não só científica, como de políticas públicas e o discurso hora machista, hora masculinista, muitas das vezes não é explicitamente machista, mas é masculinista, que tem a ver com a própria realidade das moralidades em torno da discussão da segurança pública, mas a produção, por exemplo, a minha tese de doutorado sobre a polícia militar, trabalho de campo como antropóloga, é de 1999 (defesa disponível na internet). Eu comecei a pesquisa 4/5 anos antes, desde 1992/93, eu começo a trabalhar, fazer pesquisas na polícia militar, na polícia civil, com violência, crime, cadeia, tudo mais e me dedico a estudar. Começo a estudar a polícia, fazer trabalho de campo com as polícias e adquirir uma biblioteca de estudos policiais internacionais, porque no Brasil você não tinha produção científica substantivas sobre polícia, sobre policiamento, sobre os dispositivos, os meios de força que eu chamo de comeditos. Então, eu tive que importar uma biblioteca, uma produção internacional e seja porque a ciência não reconhece fronteira, nós não podemos ficar no mundo dos pedágios, só cito autores que eu gosto, isso é um “enviesamento” ideológico que não põem de pé e nem afirma, nem sustenta a produção do conhecimento. A produção do conhecimento, ela tem que ser crítica, e para isso, como não se tinha no próprio programa de

doutorado, onde eu fazia! (J. Muniz, entrevista com a autora, realizada 02 de outubro de 2023).

Jaqueline Sinhoretto

Me formei em Ciências Sociais na USP¹⁴³, ainda nos anos 1990, entrei na turma de 1991, bastante tempo atrás, século passado, milénio passado. Terminei a graduação em 1996, entrei no mestrado em 1997, e, naquela época, a gente tinha 5 (cinco) anos para concluir o mestrado. Eu terminei o mestrado em 2001. E no meu mestrado, estudei sobre Linchamento, no âmbito de uma pesquisa do Núcleo da Violência, que eu fazia iniciação científica. Eu trabalhava com estudantes de graduação, tive bolsa e tudo com orientação do Sérgio Adorno. Eu trabalhava no âmbito de uma pesquisa maior desse núcleo, que se chamava Continuidade Autoritária e Construção da Democracia. Era uma pesquisa que tinha várias frentes de estudo sobre grandes violações de direitos humanos, no período democrático. Eu trabalhava na equipe de linchamentos e fiz a minha dissertação de mestrado também sobre esse tema. Tive bolsa FAPESP, mas a bolsa foi de 2 (dois) anos, mas o período da graduação era maior e quando eu estava no mestrado comecei a dar aula em 1999, foi a minha primeira experiência docente. (J. Sinhoretto, entrevista com a autora, realizada em 08 de setembro de 2022).

Julita Tannuri Lemgruber

Eu me formei em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1972. Depois fiz mestrado no antigo IUPERJ e fiz uma parte do meu mestrado na Universidade de Columbia em Nova York. Minha dissertação de mestrado foi sobre prisão de mulheres. E daí começou meu interesse por essa área. Toda essa discussão sobre criminalidade feminina, em que a criminalidade feminina se distinguia da criminalidade masculina, qual era o perfil e, claro, a dinâmica dentro de uma unidade prisional e de que maneira essas dinâmicas também eram distintas. A

¹⁴³ Universidade de São Paulo.

minha dissertação focou na Penitenciária Talavera Bruce, que era, na época, a única unidade prisional para penas definitivas, ou seja, para mulheres condenadas. Mulheres que estavam ainda aguardando julgamento ficavam em outra unidade. Na Talavera Bruce, em princípio, claro que tinha sempre casos que saiam um pouco da regra, mas em princípio, naquela época, era uma unidade dedicada a guardar mulheres já condenadas. Eu comecei a fazer meu trabalho de campo em 1976, a minha dissertação é de 1979, depois teve uma publicação em 1982, depois teve outra publicação em 1999, sei lá. Depois da minha dissertação de mestrado, em 1982, o Brizola se candidatou ao governo do Estado do Rio de Janeiro. Eram as primeiras eleições para governadores depois da Ditadura Militar. Em 1983, o Brizola assumiu o governo do Rio de Janeiro e eu fui convidada para integrar a equipe que ia administrar o Sistema Prisional do Estado do Rio de Janeiro, então comecei a trabalhar no sistema penitenciário e isso foi justamente a minha dissertação de mestrado. (J. Lemgruber, entrevista com a autora, realizada em 24 de novembro de 2022).

Leonarda Musumeci

Eu fiz graduação em economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e depois fiz mestrado em Antropologia Social, no Museu Nacional também na UFRJ e fiz o doutorado em Ciências Sociais na UERJ¹⁴⁴, no PPCIS¹⁴⁵. Então eu tenho essa formação mista, um pouco de economia, um pouco de antropologia e mais genericamente ciências sociais. Eu sou professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, eu trabalho no Instituto de Economia, eu fiz a graduação lá e acabei ficando lá como professora, embora eu dê aula de história e de introdução às ciências sociais e eventualmente economia política[...] Em me envolvi com essa temática da segurança pública, a partir de 1994, a primeira pesquisa que eu fiz nessa área foi meio por acaso. [...] Luiz Eduardo Soares trabalhava com esse tema, ele começou a trabalhar com esse tema no início dos anos 90, ele foi para os Estados Unidos e me pediu para dar continuidade a uma pesquisa que ele tinha

¹⁴⁴ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

¹⁴⁵ Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

iniciado sobre o policiamento comunitário em Copacabana que foi uma das primeiras experiências de policiamento comunitário na Polícia Militar do Rio de Janeiro. (L. Musumeci, entrevista com a autora, realizada em 06 de setembro de 2022).

Letícia Godinho de Souza

Eu sou formada em ciência política e em direito também e depois da minha graduação, eu fiz mestrado e doutorado em ciência política, aqui em Belo Horizonte mesmo, na UFMG. Eu acho que é isso, minha formação é bem resumida. Fiz direito e ciência política. E logo quando eu comecei a trabalhar de forma mais significativa, eu comecei a dar aulas em algumas universidades privadas, como na universidade católica, entre outras. Depois eu passei num concurso da Fundação João Pinheiro, em 2008, e tô na Fundação João Pinheiro desde então. Na fundação, eu já assumi vários cargos, mas a maior parte da minha vida profissional foi na Fundação João Pinheiro, como professora, como pesquisadora. (L. Souza, entrevista com a autora, realizada em 11 de outubro de 2023).

Lia Zanotta Machado

Minha experiência profissional mais destacada é difícil, porque é tudo meio global. Na academia, o que é o mais destacado? Eu professora de antropologia desde 1977, na UnB, antes eu fui professora de sociologia na Universidade Federal do Paraná. Meu doutorado é em ciências humanas pela USP, com opção em sociologia. Foi quando eu vim para Brasília, que eu ingressei no departamento de antropologia em 1977 e passei a me dedicar para a disciplina de antropologia. Então, eu faço essa passagem. Participei como socióloga, terminei meu doutorado em 1980 e vim para cá e defendi meu doutorado. O meu assunto era Estado, Escola e Ideologia. Depois que eu cheguei, aqui, em Brasília, quando entro na antropologia, começo a trabalhar com a questão de Cultura e Família. Os aspectos sociológicos mais amplos sempre foram muito importantes para mim, mas eu sempre queria conhecer os valores sociais e como as pessoas apresentavam sua subjetividade,

sua sociabilidade e tudo mais. Então, “pra” mim, foi muito fácil fazer essa transição, em termos de desejos e em termos de leituras também, porque as coisas que eu lia na antropologia sempre foi alguma coisa que fez essa relação, entre discutir, basicamente, a questão da desigualdade, na sociologia e, na antropologia, foi muito mais a questão da diversidade, da diferença da subjetividade, da sociabilidade. (L. Zanotta, entrevista com a autora, realizada em 28 de fevereiro de 2023).

Liana De Paula

Eu fiz ciências sociais na UnB¹⁴⁶, ingressei, se eu não me engano, em 1996 e conclui em 2000. Em 2001, eu ingressei no mestrado na USP, em sociologia. E, na graduação, na UnB eu fiz uma iniciação científica logo que eu entrei, com David Fletcher, professor de Ciência Política, depois eu fiz uma outra iniciação científica com Carlos Benedito de Campos Martins e no fim eu fui orientada, na monografia, pela Lourdes Bandeira, que faleceu recentemente inclusive. E, no mestrado, eu vim para São Paulo e fiz o mestrado com a Maria Helena Oliva Augusto, de 2001 a 2004. Eu fiz uma pausa, entre o mestrado e o doutorado. Eu tenho filhas gêmeas, que nasceram em 2005, depois do mestrado e antes do doutorado. Eu entrei no doutorado em 2007, defendi a tese em 2011 e entrei na UNIFESP¹⁴⁷ um ano depois, como professora adjunta, em 2012, praticamente um ano depois de ter concluído o doutorado. Na minha trajetória, eu acumulei na formação experiência de pesquisa, desde a iniciação científica, mas também alguma experiência fora da academia. Quando acabei o mestrado, comecei a trabalhar em organizações não governamentais. Então, trabalhei um tempo no ILANUD¹⁴⁸, com pesquisa, trabalhei no Instituto Sou da Paz, assim, foi muito rápido, porque logo que eu entrei no Sou da Paz, na sequência, fui convidada para trabalhar na Fundação Casa, na época ainda da FEBEM, pouco tempo depois de eu entrar e eu fiz o doutorado sem bolsa, porque eu estava trabalhando na Fundação Casa. (L. de Paula, entrevista com a autora, realizada em 26 de agosto de 2022).

¹⁴⁶ Universidade de Brasília.

¹⁴⁷ Universidade Federal de São Paulo.

¹⁴⁸ Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente.

Luciane Patrício Barbosa Martins

Eu me chamo Luciane Patrício, sou antropóloga, fiz minha graduação na UFRJ, fiz ciências sociais, ingressei no mestrado, mas antes do mestrado, eu ingressei numa especialização em políticas públicas de justiça criminal e segurança pública. Isso foi no ano 2000. Isso já tem 23 anos, ou seja, eu era criança. Hoje sou docente aqui na UFF (Universidade Federal Fluminense). E eu acho que isso convergiu com uma atuação profissional que eu já tinha no campo da segurança, porque eu trabalhava no Disque Denúncia. Eu era atendente no Disque Denúncia e depois eu vim a ocupar um cargo de gerência lá, ajudando na construção de projetos e tal, um pouco ensaiando nessa coisa da gestão pública que eu vou acabar atuando anos mais tarde. Depois dessa especialização, em 2000, ingressei no mestrado em antropologia e fiz o doutorado na antropologia também. Minha dissertação de mestrado foi sobre o Disque Denúncia, aí no doutorado, foi sobre os Conselhos Comunitários de Segurança. Então, desde muito tempo à segurança pública, de uma maneira geral, ela ocupa, digamos assim, minhas preocupações acadêmicas, desde o final da minha graduação, que foi quando ingressei como funcionária no Disque Denúncia e depois disso eu acabei trazendo isso para minha trajetória profissional. (L. Patrício, entrevista com a autora, realizada em 17 de outubro de 2023).

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

Essa é sempre uma pergunta interessante, porque eu sou graduada em Administração Pública e Direito. Quando eu fiz graduação, há muitos anos atrás, era possível fazer duas graduações simultaneamente em universidades públicas. Eu fiz graduação em Administração Pública na Fundação João Pinheiro e fiz Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, e, já na metade desses dois cursos, eu fiz uma disciplina que mudou a minha vida. Essa disciplina se chama Sociologia das Organizações. Ela foi feita com o professor Luiz Flávio Saporì, e, nessa disciplina, ele enfatizava muito como funcionavam as organizações policiais e as organizações

do sistema prisional, numa perspectiva organizacional. Eu fiquei muito maravilhada com essa discussão. Aí fui fazer o mestrado em Políticas Públicas, que foi também na Fundação João Pinheiro. Fiz o mestrado em políticas públicas, pensando no sistema prisional e o sistema prisional voltado para as mulheres, sobre como que funcionavam as organizações. (L. Ribeiro, entrevista com a autora, realizada em 22 de agosto de 2022).

Maíra De Deus Brito

Eu sou jornalista e sou doutoranda¹⁴⁹ em Direitos Humanos da Cidadania, mesmo departamento do mestrado. Mestrado que vai conversar com segurança pública e que vai conversar com criminologia. Já no doutorado estou fazendo uma outra coisa, mas sigo pesquisando e sigo escrevendo sobre o tema do meu mestrado que é o extermínio da juventude negra a partir do olhar dessas mães que veem os filhos assassinados. (M. Brito, entrevista com a autora, realizada em 14 de julho de 2022).

Marcelle Gomes Figueira

Eu sou graduada em geografia e eu tive duas posições mais destacadas. Acho que é difícil definir uma só, porque tive uma no governo, onde trabalhei na Secretaria Nacional de Segurança Pública, fui Coordenadora Nacional de Análise Criminal e depois fui Coordenadora na Universidade Católica de Brasília, da graduação em Segurança Pública. E, na coordenação do projeto de curso, eu pude coordenar cinco mil policiais militares fazendo graduação, que, na época, correspondia a 1/3 do efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal. Então, acho que, de maior impacto, foi ser coordenadora da Universidade Católica, durante esse projeto, mas, em relação à função, foi ter sido Coordenadora de Análise Criminal na Secretaria Nacional de Segurança Pública, onde, depois, fui consultora outras vezes. Comecei o meu curso, a trajetória no campo de Segurança Pública no meu

¹⁴⁹ Doutorado concluído em 2024.

mestrado. Eu fiz a graduação em Geografia pela UFRJ, depois, no mestrado, eu fui fazer Engenharia Cartográfica, no Instituto Militar de Engenharia, onde construí o meu primeiro trabalho sobre segurança pública. Entrei para o mestrado sem pensar em estudar a segurança pública, mas, nesse meio tempo, eu precisava trabalhar e apareceu oportunidade na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro tem o INSP, que é o Instituto de Segurança Pública, que é quem trabalha com pesquisas. Lá, eu tive a oportunidade de trabalhar com a professora Jaqueline Muniz. E aí trabalhando com a professora Jaqueline Muniz, eu tive a ideia de mudar o tema da minha dissertação, que era sobre uma outra coisa e se direcionou para o campo de segurança pública e aí nunca mais deixei de pesquisar, nem de trabalhar com o campo da segurança pública. (M. Figueira, entrevista com a autora, realizada em 09 de agosto de 2022).

Maria Stella Grossi Porto

Em 1987 eu fiz o concurso porque eu professora é e aí entrei como adjunto, mas aí foi na sociologia rural [...] eu acho que foi ligada às preocupações da pesquisa na área de rural porque era um momento da intensificação da modernização da pecuária no Brasil. Numa perspectiva em que havia uma intensa técnica são mais as relações de produção não mudavam [...] com a expulsão dos trabalhadores na maioria dos assalariados, e aí foi um período de grande intensificação da violência. Foi um período também de muito movimento contestatório das ligas camponesas. Eu não tive assim... nenhum grande estudo sobre as Ligas Camponesas, mas sobre a os trabalhadores rurais a gente trabalhou muito aqui na UnB fizemos duas ou três pesquisas em que eu acompanhei (...) sou uma pioneira retardatária, cara, também porque se você pensar no Michel (Misse) e a Alba (Zaluar) pessoas que já vinham discutindo segurança pública, entendeu? Porque eu acho que, primeiro tinha essa necessidade de entender um pouco mais a violência enquanto conceito de categoria não teoria, e porque para o bem ou para o mal eu sempre fui um pouco é viciada nesse negócio de teoria [...] eu fui me dar conta que uma coisa, sem a outra não existe, né? (M. Porto, entrevista com a autora, realizada em 21 de março de 2022).

Marlene Inês Spaniol

A minha formação profissional ela é extremamente peculiar, porque eu sou da primeira turma de policiais militares femininas do Estado do Rio Grande do Sul, provavelmente eu ingressei no ano onde tu ainda não era nem nascida, em 1986 e o concurso começou em 1985 e aí concluiu em 1986. No mesmo ano de 1986, nós ingressamos no curso. Nós éramos 16 mulheres. No meu caso, eu ingressei já como sargento. Ingressaram 08 (oito) mulheres como oficiais e 16 (dezesesseis) como sargento. Era esse o nosso efetivo e aí a intenção era que nós nos formássemos primeiro, para que daí nós formássemos as soldados femininas de polícia militar, que aqui no estado do Rio Grande do Sul nós temos uma mania de sermos diferentes, a polícia militar aqui se chama brigada militar, então às vezes eu falo brigada militar ou polícia militar. Agora já tenho mais o hábito de falar a polícia militar, porque eu escrevo nacionalmente, então eu destaco que aqui no Rio Grande do Sul chamamos brigada militar. Eu sou uma das sargentos oriunda dessa primeira turma. Obviamente que na época era uma novidade, imagina no Rio Grande do Sul, naquela época, mulheres policiais femininas? (M. Spaniol, entrevista com a autora, realizada em 26 de novembro de 2022).

Nivia Bomfim Queiroz Rodrigues

As minhas experiências em segurança pública estão ligadas não só a minha formação acadêmica, mas as minhas próprias vivências. As pesquisas que desenvolvi, tanto nas graduações quanto nas especializações, mestrado, doutorado, todas estão ligadas, de certa forma, ao fazer segurança pública e estão ligadas também a minha prática, enquanto mulher, enquanto negra, enquanto estudante de escola pública, enquanto nordestina, enquanto pessoa que precisou acessar segurança pública com o objetivo de estudar e como resultado disso terminei permanecendo e fazendo da minha prática aspectos do estudo em si. Eu sou licenciada em história, primeiramente, depois eu fiz uma especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Nesse momento eu era professora do Colégio da

Polícia Militar da Bahia e fiz um estudo sobre representação social de estudantes negros do colégio à luz de uma produção cinematográfica brasileira. Desse estudo participaram adolescentes que estavam na primeira série do ensino médio. Depois disso, eu decidi que faria mestrado e ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia. Engraçado que à época não tinha ninguém que se preocupasse com a questão da segurança pública e o meu projeto vai falar sobre a formação de oficiais da Polícia Militar, no período da Ditadura Militar, de 1964 a 1980, que foi o período que eu considerei como o mais efervescente, e já finalizando em 1985. (N. Bomfim, entrevista com a autora, realizada em 12 de abril de 2023).

Paula Ferreira Poncioni

Meu nome é Paula Poncioni e atualmente sou professora aposentada da escola de serviço social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sou editora chefe da revista brasileira de segurança pública e conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Eu fiz serviço social na minha graduação, meu mestrado foi em serviço social e meu doutorado foi em sociologia na USP (Universidade de São Paulo). E, nesse período do doutorado, eu fiz uma bolsa sanduíche, passei sete meses no Centro de Criminologia da Universidade de Toronto, no Canadá. Depois eu fiz um pós doutorado no Departamento de Sociologia da UnB (Universidade de Brasília) sob a supervisão da professora Maria Stella Grossi Porto. E, por fim, eu fiz um pós doutorado no King's College de Londres, sob a supervisão do Anthony Pereira. Eu comecei a minha vida profissional como assistente social em um projeto de implantação de serviço social em delegacias de polícia, em 1984, muito tempo atrás. Eu fiquei nesse projeto como assistente social à frente de duas delegacias de polícia no Rio de Janeiro. A minha vida toda foi no Rio de Janeiro. Meu objeto de estudo é com policiais civis e militares do Rio de Janeiro. Eu trabalhei durante seis anos nesse projeto. Era um projeto pioneiro. Não tem nada a ver com a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Não tem nada a ver com a Delegacia Legal. (P. Poncioni, entrevista com a autora, realizada em 17 de outubro de 2023).

Samira Bueno Nunes

Eu me formei em Ciências Sociais na USP. Fiz graduação e na própria graduação eu já comecei a trabalhar com Segurança Pública, já tinha interesse de trabalhar com essa temática. Quando terminei a graduação eu queria ir para a pós. Eu já estava inserida no Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Eu comecei a trabalhar muito cedo, no colégio ainda com 14 anos e nunca parei. Fiz cursinho, eu trabalhava para pagar o cursinho. Depois, entrei na faculdade e já no primeiro ano, eu peguei estágio porque eu dependia financeiramente, não tinha opção de não trabalhar. No segundo ano de faculdade, eu já me apaixonei pelo tema por conta de uma disciplina da graduação. Quando eu estava no terceiro ano, se eu não me engano, eu fazia estágio na Fundação SEADE¹⁵⁰ e surgiu uma oportunidade para vim trabalhar no Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Isso foi em 2008. (S. Bueno, entrevista com a autora, realizada em 19 de dezembro de 2022).

Silvia Ramos de Souza

Eu fiz graduação em psicologia nos anos 70 na PUC¹⁵¹. Fiz mestrado em psicologia nos anos 80. O meu mestrado já foi sobre o tema: o psicólogo sobe o morro. Eu já estava interessada em olhar e compreender o trabalho de psicólogos em favelas cariocas que era uma onda durante o governo Brizola etc. E, quando eu defendi a minha dissertação de mestrado, na época se chamava tese mestrado, eu recebi uma orientação da minha orientadora e um convite de uma pessoa do IUPERJ, que é o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro que era na ocasião o maior centro pesquisas sociais, formava cientistas sociais e sociólogos. E, então, eu já entrei para o doutorado na área de ciências sociais que, na verdade, era meu desejo, meu olhar, minhas intuições, meus interesses de pesquisa sempre foram para a área social e não tinha começado a fazer a minha graduação em psicologia e até uma parte do mestrado, mas eu tinha interesse da área social. E, eu

¹⁵⁰ Sistema Estadual de Análise de Dados.

¹⁵¹ Pontifícia Universidade Católica.

nem conclui esse doutorado. Saindo do mestrado entrei direto para esse doutorado. Eu não concluí esse doutorado no IUPERJ porque eu fui trabalhar numa organização de informação sobre AIDS, era o início do anos 80 e a AIDS estava chegando no Brasil, fui trabalhar com Bertinho e outras pessoas muito importantes do Rio de Janeiro. Fui acabar concluindo meu doutorado dos anos 2000 na FIOCRUZ, onde eu fiz um doutorado sobre saúde e violência coordenada pela professora Cecília Minai. Nessa ocasião, em que fui fazer meu doutorado, em 2004, eu já tinha feito muitas publicações, escrito livros, feito projetos etc. O doutorado era mais para cumprir uma formalidade que eu tinha deixado em aberto. Em 1999, eu junto com Bárbara, Julita, Leonarda, fomos trabalhar com Luiz Eduardo Soares na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro e essa experiência foi muito importante. (S. Ramos, entrevista com a autora, realizada em 16 de dezembro de 2022).

Suzana Soares Branco Durão

Eu fiz toda a minha formação como antropóloga social e cultural. Eu não fiz ciências sociais na graduação, já fiz antropologia desde o início. Eu fiz lá toda formação e fiz o mestrado e o doutorado também em antropologia. Então, tenho uma visão bem ortodoxa também da antropologia. Eu escolhi um objeto de estudo que é mais raro dos antropólogos tomarem com atenção e com a mesma que outros, e eu passei certas dificuldades em encontrar com pessoas que se interessassem em me orientar. Não foi fácil, nessa área da antropologia encontrar interlocução. Acabei me comunicando mais por parte das pessoas da Antropologia Urbana. Eu fiz um doutorado um pouco fora da caixa lá em Portugal, para fazer esse acompanhamento profissional, do dia-a-dia dos policiais, com proximidade, uma etnografia da polícia em Portugal. Fiz esse trabalho com muita proximidade com os policiais, no sentido de perceber como é que estavam essas dinâmicas da prevenção, tendo em conta que o país tinha se tornado democrático. Foi como uma transição para a democracia. Tudo isso eu acompanhei nesse sentido também, como uma proposta institucional e como uma prática do dia a dia do policiamento. (S. Durão, entrevista com a autora, realizada em 22 de agosto de 2022).

Wânia Pasinato Izumino

Eu sou bacharel em ciências sociais pela USP, fiz mestrado e doutorado em sociologia, também pela USP, e um pós-doutorado na Unicamp, no núcleo de estudos sobre gênero. E bom, eu trabalhei 23 anos como pesquisadora no núcleo de estudos da violência da USP (Universidade de São Paulo) e para diversos projetos associados à temática das violações de direitos humanos, o funcionamento do sistema de justiça criminal e respostas institucionais às violações de direitos humanos. Mas, nessa experiência do núcleo, nós não tínhamos um recorte de gênero na violência estudada e eu sempre tive, desde a faculdade, um interesse particular pelas temáticas relacionadas, ao que, na época, em que eu fazia graduação, se chamava condição feminina e que depois passou a se chamar condição de gênero e se passou a trabalhar com o conceito de gênero, então eu fiz uma trajetória ali um pouco paralela. Eu fui para a pós-graduação para fazer mestrado e doutorado sobre violência contra as mulheres para poder satisfazer esse meu interesse por essa temática, enquanto seguia trabalhando no núcleo com outras questões mais amplas. Foi uma formação que eu considero que foi muito importante para mim, porque como pesquisadora eu olhava, por exemplo, para o sistema de justiça criminal no seu funcionamento como um todo, respondendo a processos de casos de homicídio de um modo geral, violações de direitos humanos e no mestrado e depois no doutorado, eu pude olhar para o funcionamento desse sistema com a perspectiva de gênero, então isso também me possibilitou ter uma maior sensibilidade para aquilo que diferencia as respostas do sistema de justiça quando se trata da violência contra as mulheres. (W. Pasinato, entrevista com a autora, realizada em 23 de fevereiro de 2023).